



UNIOESTE - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E
LETRAS- CCHEL CURSO DE HISTÓRIA

FRANCIELE M. BARD ANDRADE

A LUTA PELA TERRA A PARTIR DE NARRATIVAS DE TRABALHADORES
Os Posseiros e a Revolta da Gleba Silva Jardim- PR (1961)

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR
2017

FRANCIELE M. BARD ANDRADE

A LUTA PELA TERRA A PARTIR DE NARRATIVAS DE TRABALHADORES
Os Posseiros e a Revolta da Gleba Silva Jardim-PR (1961)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, na linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, para obtenção do título de mestra.

Orientador: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A553L Andrade, Franciele Margarida Bard Andrade
 A luta pela terra a partir de narrativas de trabalhadores: os posseiros e a
 Revolta da Gleba Silva Jardim-PR (1961). / Franciele Margarida Bard
 Andrade.— Marechal Cândido Rondon, 2017.
 114 f.

 Orientador: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
 Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017
 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História

 1. Paraná - História. 2. Posseiros. I. Schreiner, Davi Félix. II. Universidade
 Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 981.62
CIP-NBR 12899



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

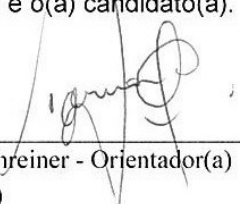


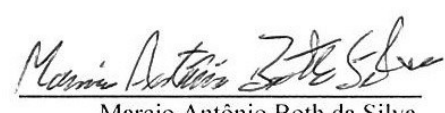
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

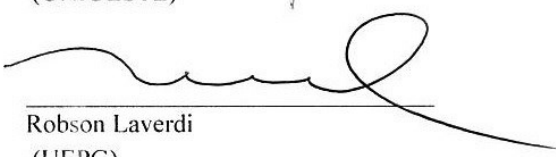
Programa de Pós-Graduação em História

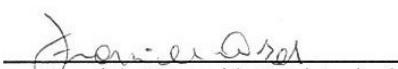
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE FRANCIELE MARGARIDA BARD ANDRADE, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 14 dia(s) do mês de dezembro de 2017 às 14h00min, no(a) nas dependências da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon – UNIOESTE, sala de aula nº 60, 4º piso, do bloco 4., realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Franciele Margarida Bard Andrade, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Marcio Antônio Both da Silva, Davi Felix Schreiner, Robson Laverdi. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Davi Felix Schreiner, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "A LUTA PELA TERRA A PARTIR DE NARRATIVAS DE TRABALHADORES: OS POSSEIROS E A REVOLTA DE 1961 DA GLEBA SILVA JARDIM-PR". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Marcio Antônio Both da Silva, Robson Laverdi. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).


Davi Felix Schreiner - Orientador(a)
(UNIOESTE)


Marcio Antônio Both da Silva
(UNIOESTE)


Robson Laverdi
(UEPG)


Franciele Margarida Bard Andrade
Candidato(a)


Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

AGRADECIMENTOS

O esforço precisou superar as dificuldades durante a pesquisa e a escrita do texto, mas essa força para seguir lutando veio do apoio que recebi de meus familiares, amigos e professores. Todos de uma forma ou de outra me ajudaram a conseguir.

Agradeço, de forma especial, ao meu orientador Professor Dr. Davi Félix Schreiner, um ser humano excepcional, compreensivo, ao mesmo tempo exigente. Sabendo cobrar e questionar de uma forma que me motivava cada vez mais, mostrando possíveis caminhos de pesquisa, mas incentivando a minha busca. Serei eternamente grata por todo o conhecimento adquirido.

Ao meu esposo Tiago que me motivou diariamente a seguir meu sonho, que por várias vezes ficou com nosso filho Lucas para que eu pudesse escrever. Aos meus pais Nilvo e Araci que sempre destacaram a importância do estudo, ao meu irmão Roberto que sempre acreditou em mim e incentivou.

Aos professores da Banca de Qualificação e Defesa: Professor Dr. Marcos Stein, Professor Dr. Márcio Antônio Both da Silva e Professor Dr. Robson Laverdi pelas importantes contribuições e apontamentos, me fazendo refletir sobre o texto a partir de uma nova perspectiva.

As secretárias do programa: Iraci e Lisane pela lembrança quanto ao cumprimento de prazos e pela simpatia no atendimento. Aos demais professores e aos colegas pelas horas de estudo, debate e pelas conversas sempre motivadoras. A Capes pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou realizar o Curso de Pós-Graduação em História.

Sou grata também pelas pessoas que cruzaram o meu caminho durante a pesquisa, sem as entrevistas que realizei este trabalho não teria se concretizado. Foram experiências renovadoras tanto no lado profissional quanto pessoal. Poder me aproximar ainda mais desse tema que tanto me motivou e trabalhar com a história oral foi algo realmente gratificante.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar as experiências de luta pela terra de pequenos posseiros, envolvidos, em 1961, no conflito na Gleba Silva Jardim, então Distrito de Medianeira e, atualmente, localizado no município de Serranópolis do Iguaçu, a aproximadamente 80 quilômetros de Foz do Iguaçu, na região oeste do Paraná, a partir de suas narrativas em entrevistas orais, de reportagens dos jornais "*Gazeta do Povo*", "*Diário do Paraná*" e da "*Folha de Londrina*", da "*Revista Oeste*" e do processo judicial de ação ordinária de manutenção de posse e a ação de contestação à ação de manutenção de posse. As vivências dos pequenos posseiros agricultores serão problematizadas nas relações conflituosas e contraditórias que viveram com o governo do Estado do Paraná e as empresas colonizadoras, subsidiárias da colonizadora Pinho e Terras. Este trabalho objetiva, assim, investigar como os pequenos posseiros vivenciaram as disputas pela terra e elaboram narrativas acerca de tais confrontos ocorridos no processo de ocupação, colonização e expansão da propriedade privada da terra, bem como as suas trajetórias de vida, e, assim, constituindo uma identidade social.

Palavras chave: Experiências, Luta pela terra, Pequenos Posseiros.

ABSTRACT

THE FIGHT FOR THE EARTH FROM NARRATIVES OF WORKERS The Posseiros and the Revolt of Gleba Silva Jardim-PR (1961)

The present work has the purpose of analyzing the experiences of fighting for the land of small squatters, involved, in 1961, in the conflict in Gleba Silva Jardim, then Medianeira District and currently located in the municipality of Serranópolis do Iguaçu, approximately 80 kilometers Foz do Iguaçu, in the western region of Paraná, from their narratives in oral interviews, reports of the newspapers "Gazeta do Povo", "Diário do Paraná" and "Folha de Londrina", "Revista Oeste" and the process judicial action for maintenance of tenure and the action to contest the maintenance of tenure. The experiences of the small farm squatters will be problematized in the conflictual and contradictory relations that they lived with the government of the State of Paraná and the colonizing companies, subsidiaries of the colonizer Pinho e Terras. This work aims to investigate how small squatters experienced land disputes and elaborate narratives about such confrontations in the process of occupation, colonization and expansion of private land ownership, as well as their life trajectories, constituting a social identity.

Key-words: Experiences, Land Fight, Small Squatters.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Localização do município de Serranópolis do Iguaçu.	8
FIGURA 2. Localização da Gleba Iguaçu e da Gleba Silva Jardim.	21
FIGURA 3. Detalhe da delimitação da Gleba Silva Jardim.	22
FIGURA 4. Detalhe da área abrangida pelo PNI.	24
FIGURA 5. Localização da "Encruzilhada" onde ocorreu o confronto armado.	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 - Memórias de colonos: da posse da terra à resistência agrária	20
1.1 Do domínio e da posse.....	20
1.2. Trajetórias e vivências de migrantes... ..	25
1.3. Terra, trabalho e sociabilidades	39
1.4. Pressões e insegurança social.....	46
CAPÍTULO 2 - “Na encruzilhada”: pequenos posseiros na luta pela terra	66
2.1. O confronto armado... ..	66
2.2. A disputa pela posse na justiça	84
2.3. A repercussão do conflito na imprensa	89
2.4. Tempos e temporalidades sociais diversas.....	93
CONCLUSÃO.....	104
BIBLIOGRAFIA	110

INTRODUÇÃO

A luta pela terra de pequenos posseiros em narrativas revela um terreno conflituoso e de confrontos diretos, a exemplo das experiências dos posseiros da Gleba Silva Jardim, no Oeste do Paraná, que desencadearam, em 1961, um conflito armado como forma de permanecerem na terra que ocupavam. As narrativas orais, bem como outras formas de narrativas, presentes em fontes judiciais, jornalísticas e de obras memorialistas evidenciam interpretações diversas sobre as vivências contemporâneas ao referido conflito e sobre ele, indicando disputas de memórias.

No que tange às falas dos entrevistados, há também a atribuição de sentidos e significados múltiplos por suas trajetórias de vida e experiências em relação ao conflito. A entrevista com Euclides Basso segue nessa direção. Euclides é natural do Distrito de Planalto, município de Três de Maio, na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Veio para o Paraná com sete anos e está com cinquenta e nove anos. Possui um sítio onde cria ovelhas e abelhas o que lhe trás grande satisfação pessoal. Atuou também na comunidade como professor de Geografia. Atualmente, é ministro de eucaristia na Igreja Católica, na comunidade São Sebastião do bairro de Jardinópolis e encontra-se afastado da sala de aula por motivos de saúde, aguarda a aposentadoria, auxiliando no Laboratório de Informática e cuidando da área externa do Colégio Estadual do Campo Pedro Américo, em Jardinópolis, em Serranópolis do Iguaçu, onde reside com sua esposa Anelzi Ana Grosbelli, que também é professora nessa escola, lecionando as disciplinas de Física e Química e sua filha Leonora Ana Basso é estudante universitária. Sua narrativa expõe um sentido deslegitimador de outras falas sobre o conflito.

Foram feitas várias entrevistas. No entanto as pessoas não contam a verdadeira verdade dos fatos. [nesse momento, percebe-se através da fala a indignação do entrevistado] Muitos casos não são certos, como foi na realidade. Então a história, ela hoje, ela tá bastante fragmentada, a gente deveria coletar mais informações, de mais pessoas, geralmente, sempre são as mesmas pessoas entrevistadas

e, eu acho que esse é o fato que não se conta a verdadeira realidade dessa passagem da história daqui de Serranópolis.¹

Para Euclides, há muito a ser contado sobre o conflito e sobre a história local. Para ele, a “verdadeira realidade” sobre o conflito ainda não foi contada, o que denota diferentes narrativas e uma disputa em torno das memórias que se produziram sobre o referido confronto. Questões que nos fazem pensar no ofício do historiador, pois qual é o conteúdo e sentido da verdade para ele.

Adam Schaff, em seu livro *História e verdade*², levanta o questionamento sobre o que é verdade e o que pode ser classificado como não verdadeiro, aborda a subjetividade e é isso que justifica as diferentes formas de ver e pensar o contexto ao nosso redor. Existe uma verdade absoluta, pronta, acabada, que serve para todos os tipos de povos e para todas as formas de pensamento? A história das Companhias Colonizadoras, por vezes, é contada como se fosse a única verdade, mas existem outras perspectivas e outros sujeitos, como os colonos posseiros, com suas trajetórias e modos de vida, que devem ser estudadas para a compreensão das disputas, das relações e dos movimentos sociais.

A fala da entrevista de Euclides Basso, neste sentido, nos remete para a afirmação do pesquisador da história oral Alessandro Portelli, com o qual compartilho muitas ideias. Para Alessandro Portelli, “as entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos, ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”³. Essa compreensão nos move na problematização e interpretação das narrativas na presente pesquisa, que tem como objeto as vivências de luta pela terra dos pequenos posseiros da Gleba Silva Jardim.

O conflito em tela ocorreu nas localidades de Jardimópolis e Flor da Serra, interior do município de Medianeira, entre Junho de 1960 e Julho de 1961. Atualmente, o local é identificado como município de Serranópolis do Iguaçu, uma junção dos dois bairros que deram origem ao nome da cidade, “Serra” de Flor da Serra e “nópolis” de Jardimópolis e Iguaçu devido ao rio Iguaçu.

¹ - BASSO, Euclides. *Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade*. 20/05/2016.

² - SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

³ - PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo: PUC, v. 14, p. 31, jul./dez. 1997.



FIGURA 1. Localização do município de Serranópolis do Iguaçu.

Fonte: <http://www.serranopolis.pr.gov.br/municipio/7/histórico>

O contexto vivido nessa região era de disputas pelas terras ocupadas. Visto que os moradores da Gleba Silva Jardim, onde hoje estão localizadas algumas comunidades e o bairro Jardinópolis, não possuíam escritura que comprovasse a compra ou a propriedade da terra. Diferente dos moradores da Gleba Iguaçu, onde hoje estão algumas comunidades do interior e o bairro de Flor da Serra, que quando da compra dos lotes já conseguiram fazer a escritura, porém o valor comercial de venda nessa localidade era maior. Diante disso percebemos uma “seleção” de quem moraria em qual Gleba, ou seja, quem tinha condições de comprar pagando mais caro morava na Gleba Iguaçu. Conforme percebemos no mapa acima as localidades de Jardinópolis e Flor da Serra. A distância entre elas é de 3 quilômetros.

O bairro de Jardinópolis possui 60 famílias, já Flor da Serra 133 famílias. A estrada ou “linha” que divide as comunidades é conhecida como divisa seca ou linha seca. Pertencentes a Gleba Iguaçu, colonizada pela Colonizadora Matelândia temos: Linha Progresso, Linha Auto Pinheirinho, Linha Pinheirinho e Linha Pedra Branca. Fazendo parte do território da Gleba Iguaçu, colonizada pela Indústria Agrícola

Bento Gonçalves: Flor da Serra, Linha Bonatto e Linha Bento Gonçalves. Na Gleba Silva Jardim encontram-se atualmente: Jardinópolis, Linha Palmital, Linha Esquina Represo, Linha Cristo Rei, Linha Divisa do parque, Linha Bananeira, Linha Bellon, Linha Boa Vista e Linha Santa Rosa de Lima.

Essas comunidades foram se formando após a abertura, em 1955, de uma estrada dentro do Parque Nacional do Iguaçu, que ficou conhecida como a Estrada do Colono. Ligando o município de Medianeira ao entroncamento da antiga estrada Guarapuava/Foz do Iguaçu com a Linha Divisa do Parque, onde inicia a Estrada do Colono, atualmente PR 495. Por ela passaram grande parte dos colonos que vieram ao Oeste do Paraná e com isso foi possível a construção da área urbana de Flor da Serra e o povoamento da Gleba Silva Jardim ou Jardinópolis. A origem do nome Silva Jardim não foi possível localizar até o momento, nem em registros oficiais e nem por relato de moradores.

O confronto armado entre posseiros e o aparato armado do Estado (supostamente policiais, pois há indícios de que podem ter sido civis armados e contratados) foi bastante noticiado na imprensa, causando preocupações por parte dos dirigentes do Estado. Reuniões foram realizadas, nas quais participaram o observador da república, o secretário do Interior e Justiça, o diretor do DGTC, o chefe de Polícia, o Procurador geral do Estado e o Comandante da PMP⁴, conforme foi noticiado no jornal *Diário do Paraná*.⁵ Segundo informa o jornal⁶, no dia 08 de Julho, o governador Ney Braga e vários assessores viajaram para Brasília a fim de participar de uma reunião no Ministério da Justiça, para encontrar uma solução ao problema das terras ocupadas e em disputas. A questão de terras, em discussão,

⁴ - COLOMBO, Leonir O. *Memória*: documentos sobre a revolta de 61. Capanema: Editora IGAL, 2001. Tais informações são oriundas da obra, que se constitui em uma obra memorialista com, inicialmente, um texto do autor e na sequência uma coletânea de artigos de jornais de pequenos posseiros.

⁵ - O jornal *Diário do Paraná* teve como proprietário o magnata da comunicação Assis Chateaubriand com o apoio da família Stresser. Foi um jornal voltado aos interesses da elite, sendo de circulação diária e sua primeira sede foi no edifício do Clube Curitibano, na Rua Barão do Rio Branco, onde também atuava a Agência Meridional, de Chateaubriand, em Curitiba. Com a pretensão de ampliar as comunicações dos Diários Associados no estado do Paraná, os fundadores do jornal, em 29 de março de 1955 iniciaram com o periódico de Chateaubriand na década de 1970, o jornal não conseguiu se manter rentável e acabou por fechar suas portas em 23 de janeiro de 1983. In: O CALDEIRÃO intelectual paranaense. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/o-caldeirao-intelectual-paranaense-ar1vxwnxmu2cjwqcj4quzmq6>> Acesso em: 12 de maio de 2017.

⁶ - Observamos que neste trabalho o jornal *Diário do Paraná* não é objeto de estudo, o que implicaria em uma pesquisa própria, mas as matérias nele que se referem ao conflito na Gleba Silva Jardim.

não se resumia apenas ao conflito da Gleba Silva Jardim, mas às demais disputas por terra no Paraná.

O conflito foi motivado pela possibilidade de os colonos/posseiros permanecerem na terra ocupada. Esses colonos, que vieram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em busca de melhores condições de vida, se organizaram para a luta. Visto que poderiam perder a terra por não terem escritura que comprovasse a compra da propriedade. Em um contexto de tensão, ameaças e medo, decidiram agir, o que originou no confronto armado.

A organização para o dia do conflito ficou por conta de um pequeno grupo de colonos/posseiros. Eles decidiram criar uma trincheira, derrubaram uma tora de peroba (árvore forte, resistente e de difícil remoção) em cima da estrada que liga Flor da Serra à Jardinópolis, impedindo o acesso com carro ou jipe e dificultando assim a chegada do suposto policiamento. Os posseiros estavam escondidos em buracos ou atrás de árvores, como haviam combinado. Atiraram no jipe com policiais, quando se aproximava. O motorista impedido de passar, mas por não ser da polícia pode fugir e também um policial acabou fugindo e foi chamar reforço. Já os outros foram mortos. Este fato, para os colonos, foi o estopim para a revolta. Quando o reforço chegou começou o tiroteio. O confronto encerrou com a chegada do exército vindo de Foz do Iguaçu e o resultado foi a morte de vários policiais ou jagunços.

Essas vivências, acima narradas, fazem parte do objetivo desta pesquisa, que é abordar as experiências de luta pela terra desses pequenos colonos/posseiros da Gleba Silva Jardim nas relações conflituosas com as companhias colonizadoras e com o governo estadual, a partir de suas narrativas em entrevistas orais e no processo judicial Autos de emissão de posse, da primeira vara cível da Comarca de Foz do Iguaçu. Em outras palavras, o objetivo principal é verificar como os entrevistados elaboram suas narrativas, atribuindo sentidos e significados à luta pela terra e as suas trajetórias de vida, e, assim, constituindo uma identidade social.

Outros objetivos que norteiam esse estudo, mais especificamente, são: compreender, por meio de narrativas do processo judicial, como os posseiros interpretam as disputas e os conflitos da época da Revolta e como, na atualidade, visualizam as suas experiências de luta pela terra; compreender o conflito agrário da

Gleba Silva Jardim no processo de expansão da propriedade privada em meio às disputas por modos de vida diversos; compreender as práticas relacionadas às disputas pela posse e/ou propriedade da terra, entre as quais a da grilagem e da violência física, no contexto da política do governo estadual.

Durante o levantamento de fontes e leituras, o que nos intrigou foram os diversos relatos de tentativas de “tomar” a terra que já estava ocupada, de intimidar e forçar a desocupação da terra por saber que posseiros não tinham a documentação necessária para comprovar que tinham feito o pagamento pela terra. Ao analisar as fontes e a produção acadêmica sobre a situação agrária no Paraná, percebemos que a questão agrária é mais complexa do que até o momento foi possível investigar, o que demonstra a necessidade de ampliar e aprofundar os estudos sobre as disputas pela terra e das memórias construídas sobre elas.

Neste sentido, o estudo pretende contribuir para compreender não apenas as disputas e o conflito armado pela terra na Gleba Silva Jardim, mas, também, como se constituiu a estrutura agrária e as disputas diversas relacionadas a esta questão. Ao mesmo tempo, a história narrada por quem a vivenciou, rica em detalhes, com emoções e significados diversos, também me instigou à pesquisa, pois contribui para o conhecimento sobre como os trabalhadores posseiros vivenciaram determinadas situações, disputando a terra, bem como sobre as disputas de memórias sobre o conflito agrário.

No percurso de pesquisa e escrita do texto, procuramos, como ensina Carlo Ginzburg, partir da análise de detalhes, aquele indício que parece irrelevante como uma fala, um gesto, um olhar. Para o autor a importância de agirmos como detetives, investigando, nos permite perceber nos pequenos detalhes uma riqueza de significados que pode mudar toda a pesquisa e consequentemente o resultado final.⁷ Neste sentido, problematizar as práticas de uso e posse da terra dos agricultores que se estabeleceram na gleba Silva Jardim, atual município de Serranópolis do Iguaçu, bem como suas narrativas orais sobre o enfrentamento compartilhado para a permanência na terra possibilita apreender os significados de suas vivências, de como constituíram uma teia de solidariedade em meio e para disputas pela terra e ao elaborarem memórias sobre elas.

⁷ - GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Trad. de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

As fontes orais, segundo Portelli, são constituídas de subjetividade na medida em que o narrador “conta-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e que agora pensa que fez”⁸, ou seja, como afirma Yara Khoury, as narrativas orais são “expressões do enraizamento dos sujeitos no social”. Elas expressam sujeitos que, ao compartilharem práticas sociais e valores vão “alimentando e modificando sentimentos de pertencimento a um lugar”, a um movimento social, e que, em meio aos conflitos e às contradições, vão se constituindo socialmente, elaboram memórias, transformam a realidade e “são moldados por ela.”⁹

Essa questão, da elaboração e recriação das memórias, é possível relacionar com o texto do autor Michael Pollak, que expõe sobre as memórias em museus, praças e monumentos, argumentando que o trabalho de enquadramento das memórias individuais e coletivas para a construção de uma história nacional teria respondido, no século XIX, às exigências de afirmação da unidade, coerência e continuidade dos grupos sociais envolvidos.¹⁰

A continuidade e a integração ou a aceitação social dos sujeitos, não raras vezes, impõe o silêncio. No que se refere ao conflito pela terra na Gleba Silva Jardim e as memórias que foram produzidas acerca do evento, há que se destacar que muitos dos envolvidos diretamente, com medo, não falavam sobre o assunto com os vizinhos ou outros colonos. Ainda há os que, atualmente, têm receio de relatar o que ocorreu, pois lutaram contra pessoas fardadas. Se realmente pertenciam à polícia, os relatos em entrevistas orais e os escritos sobre a revolta ainda não nos permitem afirmar, mas permanece vivo o sentimento de medo nas memórias dos posseiros.

Desse modo, para a realização desta pesquisa dialogamos com variados tipos de fontes. Materiais escritos tais como: livros, jornais, revistas, documentos oficiais, fotos e mapas, porém a base deste trabalho é a pesquisa oral. Realizamos entrevistas com trabalhadores que estiveram envolvidos direta e indiretamente no Conflito da Gleba Silva Jardim. Os critérios para a escolha dos entrevistados foram a

⁸ - Cf. PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Op. cit., p. 31.

⁹ - KHOURY, Yara Aun. *Historiador, as fontes orais e a escrita da história*. In: ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d' Água, 2006. p. 27.

¹⁰ - POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Trad. Dora Rocha Flaksman. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

partir de indicações de outras pessoas e das contribuições que esses poderiam trazer a pesquisa. Além dos materiais citados, outras fontes utilizadas são o processo judicial de Ação Ordinária de Manutenção de Posse 18/1957 e o Processo Judicial Autos de Emissão de Posse 510/93.

No trabalho com essas fontes, analisamos as narrativas dos posseiros e, sempre que possível, relacionamos com as fontes escritas. Assim como diz Marc Bloch, tudo o que o homem produz e trabalha faz parte da sua história, então deve ser estudado. Todos os dados possíveis, tanto em entrevistas como em fontes escritas, devem ser problematizados. Marc Bloch anotou freneticamente suas últimas ideias em um caderno, cujas folhas fez chegar às mãos de seu amigo Lucien Febvre, que mais tarde as publicou. Foi neste contexto que nasceu a obra *Apologia da História*, uma verdadeira profissão de fé ao ofício do historiador.¹¹

Para Marc Bloch, o verdadeiro escritor é aquele que sabe “falar, no mesmo tom, aos doutores e aos escolares.”¹² Antes de tudo, é preciso saber interrogar o passado, pois não basta interrogá-lo, mas saber fazer as perguntas certas. Neste sentido, compartilhamos das ideias de Bloch, pois é preciso aprender a perguntar e ter capacidade de aprender e entender coisas que parecem simples, porém apesar de serem detalhes fazem toda a diferença.

Segundo Portelli, existe uma distância enorme entre o que é, e o que, e como eu entendo determinado fato. Ao realizarmos entrevistas, é importante não apenas relatar o que conta o entrevistado, mas analisar os significados, os silêncios, as hesitações, o que e como narra suas vivências.¹³

As questões teóricas nos apontam que a exposição do fato traz pouco sobre quem produziu e como produziu, por isso é importante visualizar além da narração do fato e como aquela fonte expõe os conteúdos e evidencia os sentidos. Analisar as fontes, para além das especificidades, é preciso observar os diferentes posicionamentos no próprio registro desses documentos. Para isso é importante a separação entre o que é a fonte e, em seguida, o que ela descreve, seu conteúdo, percebendo e explicitando as experiências de pessoas comuns. Isso para fins de

¹¹ - BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

¹² - Idem.

¹³ - Cf. PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Op. cit., p. 31.

compreensão, observando, no entanto que a fonte e seus conteúdos não se separam. É preciso, ainda, compreender o passado à luz das experiências por eles vividas e de suas próprias reações a essa experiência, das práticas relacionadas às disputas pela posse e/ou propriedade da terra, entre as quais a da grilagem e da violência física. Todas essas questões permeiam o debate sobre a questão da memória e o contexto estudado.

É importante perceber o modo como os sujeitos interpretam o que viveram, não só o que viveram, como história de vida, mas a história como relato, como trajetória e como processo concreto. Não é possível analisar apenas o comportamento, é preciso analisar também os valores e os significados dos seus atos. Por parcial ou imperfeito que seja seu entendimento da situação, são dotados de intenções e valores que permeiam suas ações. Nas formas cotidianas de resistência, a partir de suas falas, entre outras fontes, que se faz sentir sua presença política.

Para entender e explicitar o confronto armado é necessário conhecer a história dos sujeitos envolvidos, para compreender suas ações, pois são agentes humanos que fazem parte dessa história, desse contexto e cotidiano de opressão.

Os sujeitos ajudam a construir a história, porém vivem em condições determinadas tanto no meio social quanto familiar e por períodos determinados. É preciso relacionar as coisas e prestar atenção nas condições materiais de existência dentro da sociedade, que está em conflito, pois são homens que a produzem. Os historiadores Karl Marx e Friedrich Engels afirmaram, no livro *A ideologia alemã*: “O ser social determina a consciência” e não o contrário, pois não existe um ser social desprovido de consciência e não existe a separação entre a consciência e o ser. É uma relação dialética, constitutiva no processo histórico, algo que ocorre efetivamente nas relações humanas e que deve ser analisado.¹⁴ Diante dessa afirmação, o nosso esforço enquanto historiadores é construir uma chave de leitura de um processo histórico.

Outra questão relevante no debate acerca da memória é apontada por Raymond Williams: a cultura é o modo como vivemos, os valores familiares e o fato

¹⁴ - MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner. São Paulo: Boitempo, 2007.

de seguir uma tradição familiar pode levar à luta¹⁵, por exemplo, a luta por terra. Ou seja, a luta econômica e material não pode ser desvinculada do aspecto histórico de experiência social. As práticas sociais não estão desvinculadas do sujeito que fala, pois estes interagem e são ativos no processo. Cada linguagem tem a sua história ou trajetória que aparece nela, nas suas entrelinhas, nem sempre de maneira evidente, e ao analisa-las percebemos as suas particularidades e posicionamentos dos seus sujeitos. A ação social é entendida como prática social, pois há uma intenção de intervir na realidade, e muda-la e de até de transformá-la.

Por isso, é importante destacar que há uma distância entre a oralidade e a escrita. A linguagem constrói a realidade e a influencia e vice versa. O entrevistador pode ter um roteiro, uma sequência, mas o entrevistado vai narrar o que ele viveu e da maneira que quiser ou que lhe convier narrar ou que sua memória lhe possibilita narrar. Pode ser um “espelho” da realidade, mediação da realidade ou um distanciamento dela. Além disso, a transcrição escrita da linguagem oral, por vezes, pode alterar o sentido ou fazer com que o autor não se faça entender.

Numa outra direção, mas não desconectada desta, entendemos que a entrevista é uma construção intersubjetiva, entre entrevistado e entrevistador, uma relação por meio da qual a memória se explicita permeada por conteúdos e significados diversos. Assim como afirma Beatriz Sarlo:

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.¹⁶

A utilização das fontes orais para esta pesquisa contribui significativamente como forma de análise sob outro ponto de vista com relação às propriedades rurais, ao modelo de sociedade que valoriza a propriedade privada da terra, enquanto

¹⁵ - WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011.

¹⁶ - SARLO, Beatriz. Tempo Passado. *Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.p. 93.

mercadoria, silenciando o passado histórico de formação de certos latifúndios por meio da prática de grilagem.

Quando o oprimido, neste caso o pequeno posseiro, reage e decide lutar por seus direitos, comumente as autoridades opressoras utilizam dos recursos a seu favor, como o policiamento, recursos financeiros e manipulação ideológica como forma de tentar conter as ações e os movimentos dos pequenos posseiros. Por outro lado, historicamente esses trabalhadores enfrentaram coletivamente essas práticas opressoras. Analisar como articularam o enfrentamento e como significam esta experiência é fundamental para compreender não apenas a revolta, mas a formação de uma estrutura agrária local e regional.

A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva à discussão, trazendo novas perspectivas à historiografia e à problematização das memórias sobre tais disputas. Embora os documentos escritos sejam diversos, a história oral é importante como fonte histórica. Como destaca Paul Thompson:

[...] a história oral pode dar grande contribuição [...] mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.¹⁷

Segundo o autor, é preciso valorizar todos os depoimentos, cada um com sua experiência, particularidade e com sua contribuição histórica, tornando a memória viva e presente. A análise de uma entrevista pode trazer detalhes que passaram despercebidos em outra. Narrativas orais possibilitam a interpretação de diferentes significados atribuídos pelos sujeitos às suas trajetórias de vida e, no que se refere ao tema desta pesquisa, às experiências de luta pela terra, que envolvem violência física e psicológica, bem como apontam transformações na ocupação da terra e nas relações no trabalho familiar no campo.

Além da fonte oral – entrevistas com moradores que participaram ativamente da luta, a partir de suas vivências e como compreendem esse processo sobre a

¹⁷ - THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 17.

Gleba Silva Jardim –, utilizaremos o livro *Memória: documentos sobre a revolta de 61*.¹⁸ Trata-se, ao mesmo tempo, de uma obra memorialista e coletânea de documentos.

A primeira parte da obra de Leonir Olderico Colombo é formada por três temas: a conquista da terra, a trajetória de vida dos colonos e a organização para o confronto armado. Os outros capítulos abordam matérias jornalísticas, a relação dos posseiros com a polícia, o desenrolar do processo judicial e, no último capítulo, traz os depoimentos, ou como cita o autor, os relatos orais de alguns dos envolvidos nesse contexto.

O autor traz uma coletânea de artigos dos jornais *Gazeta do Povo*¹⁹, *Diário do Paraná*, da *Folha de Londrina* e da *Revista Oeste*. Além disso, depoimentos de oito pessoas conhecidas na cidade como “pioneiras” e conhecedoras desse fato histórico ocorrido em Serranópolis do Iguaçu.

Também utilizamos como fonte o livro *No rastro do burro: memórias e discursos do “colono posseiro”*, originalmente escrito como dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste, Campus de Foz do Iguaçu, que também é uma produção historiográfica de autoria de Leonir Olderico Colombo.²⁰ Além dessas obras, dialogamos com a dissertação de Antonio Marcos Myskiv, intitulada *Colonos, posseiros e grileiros:*

¹⁸ - COLOMBO, Leonir Olderico. *Memória: documentos sobre a revolta de 61*. Capanema: Editora IGAL, 2001.

¹⁹ - O jornal *Gazeta do Povo* foi criado por Benjamin Lins e Oscar Joseph de Plácido e Silva no dia 3 de fevereiro de 1919. Criaram o jornal pretendendo fazer dele o “porta-voz” dos paranaenses. A primeira edição tinha apenas seis páginas e quase a metade delas era impressa com publicidades. Tendo como subtítulo “Diário Independente” o jornal destacou a importância de afastar os investimentos de partidos políticos, porém, apoiou à candidatura presidencial de Rui Barbosa, atuação que se evidencia ainda hoje, o apoio a políticos e a partidos. A ajuda financeira foi através de produtores de erva-mate, indústrias madeireiras. No ano de 1923 a *Gazeta do Povo* foi transferida para a rua XV de Novembro, e se manteve nesse endereço até janeiro de 1951 quando mudaram para a Praça Carlos Gomes, onde está localizado desde então, hoje de propriedade da Rede Paranaense de Comunicação-RPC. Como já faz 98 anos desde a sua criação, a *Gazeta do Povo* sofreu grandes alterações, porém continua sendo um jornal carregado de opinião, na maioria das vezes apoiadores da direita ou da elite paranaense. Cf. PINTO, Samantha Isabela; SILVA, Fernando Moreno. O ethos presente nos jornais *Gazeta do Povo* e *Folha de Londrina*. In: X SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA SÓLETRAS – Estudos lingüísticos e literários, 2013, Jacarezinho. *Anais...* UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná – Centro de Letras, Comunicação e Artes. Jacarezinho, 2013. ISSN 18089216, p. 413 - 419.

²⁰ - COLOMBO, Leonir Oderico. *No rastro do burro: memórias e discursos do “colono posseiro”*. Foz do Iguaçu: Canal6, 2015.

*conflito de terra no oeste paranaense (1961/66)*²¹, e a publicação de Osmilda Bertoldi, *As disputas de memórias da luta dos posseiros da Gleba Silva Jardim - Medianeira/Serranópolis do Iguaçu (1961)*²². Além de utilizarmos as informações contidas nos referidos jornais citados, também analisamos a Ação Ordinária de Manutenção de Posse 18/1957 e o Processo Judicial Autos de Emissão de Posse 510/93.

No que tange a estrutura da dissertação, planejamos a organização em dois capítulos. No primeiro, abordaremos as trajetórias dos trabalhadores da terra, desde a saída do Rio Grande do Sul ou Santa Catarina até a chegada ao Paraná, a instalação na posse, ocupação e seus modos de vida.

Nesse capítulo, a análise centra-se também em explicitar como as narrativas produzem diferentes memórias acerca das vivências, em especial, sobre a organização das relações sociais de trabalho, as reciprocidades horizontais em um contexto de insegurança, ao que se refere à permanência na terra, diante de ameaças de expulsão e violência física, psicológica e simbólica.

No segundo capítulo, abordaremos como os posseiros, em um terreno instável vivenciaram a disputa pela terra no processo de expansão da propriedade privada, desdobrando-se para o campo da disputa judicial. Aprofundaremos a discussão sobre como os entrevistados elaboram suas narrativas, atribuindo sentidos e significados à luta pela terra, constituindo memórias sobre a revolta, bem como elaborando suas identidades sociais por meio das narrativas e a partir de seu presente.

Nesta direção, tematizaremos conflitos na atualidade entre os moradores das Glebas Silva Jardim (atualmente Serranópolis do Iguaçu, o bairro Jardimópolis) e Gleba Iguaçu (bairro Flor da Serra). Como se constroem as identidades a partir das representações sociais elaboradas pelo outro e pelo próprio narrador, ou seja, como um morador de Jardimópolis elabora representações sociais de si próprio, bem como a de moradores de Flor da Serra e, assim, como constrói a sua identidade e a do

²¹ - MYSKIV, Antonio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflito de terra no oeste paranaense (1961/66)*. Niterói, 2002, 209 f. Dissertação (Mestrado em história social) - Universidade Federal Fluminense.

²² - BERTOLDI, Osmilda. *As disputas de memórias da luta dos posseiros da Gleba Silva Jardim - Medianeira/Serranópolis do Iguaçu (1961)*. Programa de Desenvolvimento Educacional. UNIOESTE, SEED-PR, 2010.

outro. Neste sentido, buscaremos permanências de relações sociais e culturais existentes no município de maior duração que permanecem na atualidade.

CAPÍTULO 1

Memórias de colonos: da posse da terra à resistência agrária

1.1 Do domínio e da posse...

Uma família entra na mata carregando mochilas, carentes de provisões básicas, lavoura feita à foice, machado e serrote. Terra lavrada a boi, limpa à enxada, plantio e colheita feitos manualmente... a carne vinha da caça e pesca, a luz era à base de lampião de querosene, a casa de chão batido, a madeira era serrada no estaleiro e, às vezes, os trabalhos eram executados em forma de mutirão entre vizinhos. Também existiam os bailes que eram feitos em algum galpão. O enfermo sem médico. A professora que somente tinha o terceiro ano primário... viagem a cavalo ou a pé. Fazer e conservar estradas e construir bueiros.²³

Com esta narrativa, Abílio Santini, descreveu, no dia sete de agosto de 1988, ao jornal *Folha de Londrina*²⁴, as experiências cotidianas de trabalho, a organização da infraestrutura, as dificuldades, entre outras, vividas no processo de ocupação de terras da Gleba Silva Jardim. Os migrantes, quando chegaram ao Oeste do Paraná (a maioria vinda do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina) buscavam uma “vida melhor”, a inserção na comunidade em formação e a compra de terra de menor preço do que o encontrado no estado onde moravam. Compraram de posseiros ou de companhias colonizadoras, derrubaram a mata, construíram suas casas e aos poucos começaram a trabalhar para o sustento da família.

A segurança de que detinham a posse ou a propriedade da terra não estava garantida. Em meio à lida diária, receberam “visitas” inesperadas, de pessoas que alegavam que teriam invadido uma propriedade e, portanto, que deveriam

²³ - ENTREVISTA de Abílio Santini. *Folha de Londrina*, 07 de agosto de 1988.

²⁴ - O jornal *Folha de Londrina* foi criado em 1947, na cidade de Londrina, Paraná, por isso do nome do jornal. O empresário catarinense João Milanez que foi seu fundador. As práticas desse jornal eram, a princípio, semelhantes à pequena imprensa no interior do Brasil, porém noticiavam fatos ocorridos no dia. Nos anos de 1950, quando houve a grande expansão da cidade de Londrina, o jornal deixou de ser semanal e tornou-se diário, já ampliando o seu foco e trazendo informações sobre a cidade e região. Aliado a elite, com visão conservadora e hoje de propriedade do Grupo RPC- Rede Paranaense de Comunicação. Cf. PINTO, Samantha Isabela; SILVA, Fernando Moreno. O ethos presente nos jornais Gazeta do Povo e Folha de Londrina. In: X SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA SÓ LETRAS – Estudos lingüísticos e literários, 2013, Jacarezinho. *Anais...* UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná – Centro de Letras, Comunicação e Artes. Jacarezinho, 2013. ISSN 18089216, p. 413 - 419.

desocupar ou comprar a terra que ocupavam. Essa intimação deixou os colonos revoltados, pois já haviam feito o pagamento do devido valor e não aceitaram a acusação.

A tensão e a articulação entre os posseiros se ampliou, levando ao confronto coletivo ocorrido na Gleba Silva Jardim, localizada no município de Medianeira, atualmente Serranópolis do Iguaçu, região Oeste do Paraná, entre junho de 1960 e julho de 1961, ano em que ocorreu o conflito armado. Nos mapas abaixo é possível perceber a localização e a extensão das Glebas Iguaçu e Silva Jardim.

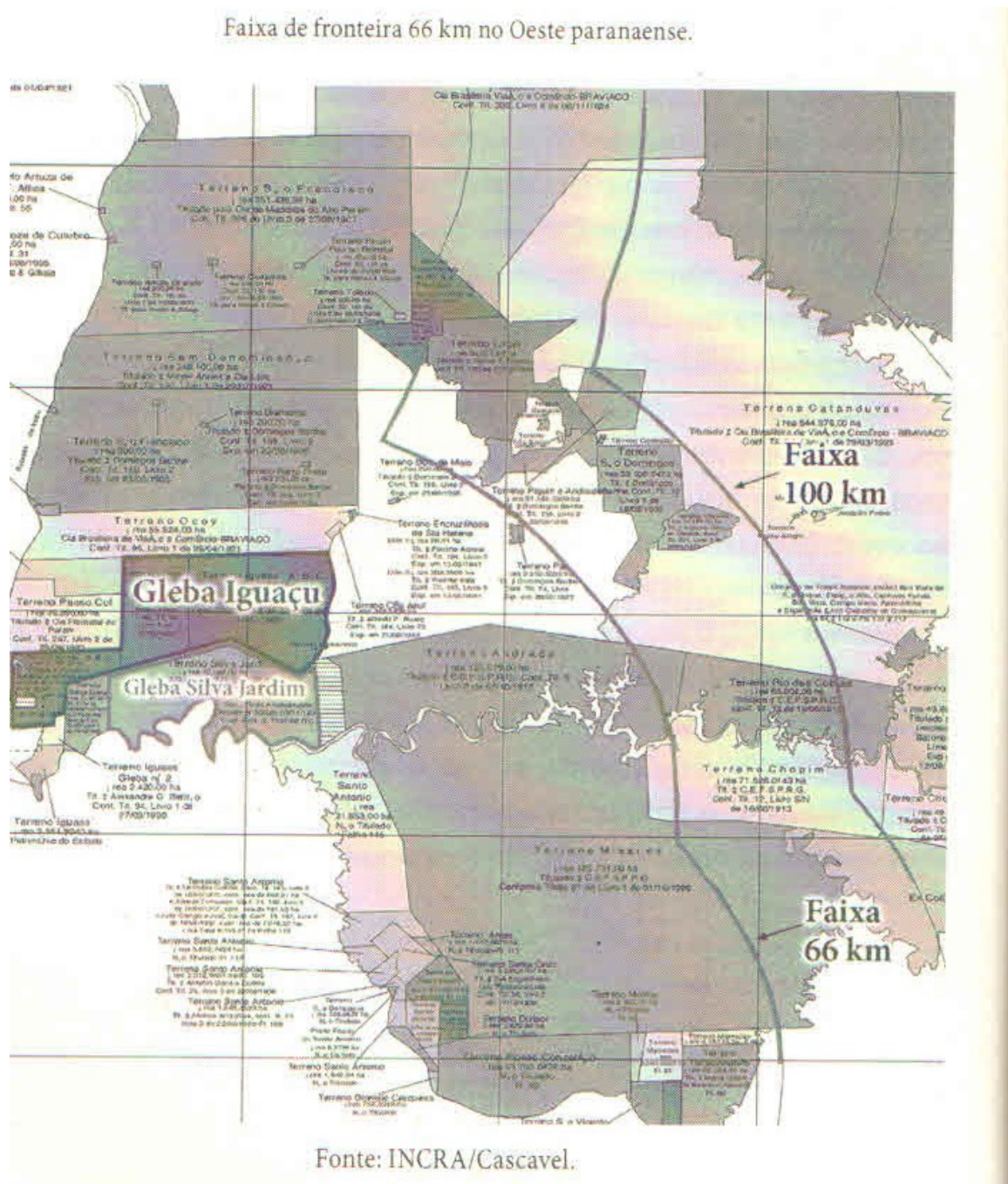


FIGURA 2. Localização da Gleba Iguaçu e da Gleba Silva Jardim.

Fonte: COLOMBO, Leonir O. *Memória: documentos sobre a revolta de 61*. Capanema: Editora IGAL, 2001.

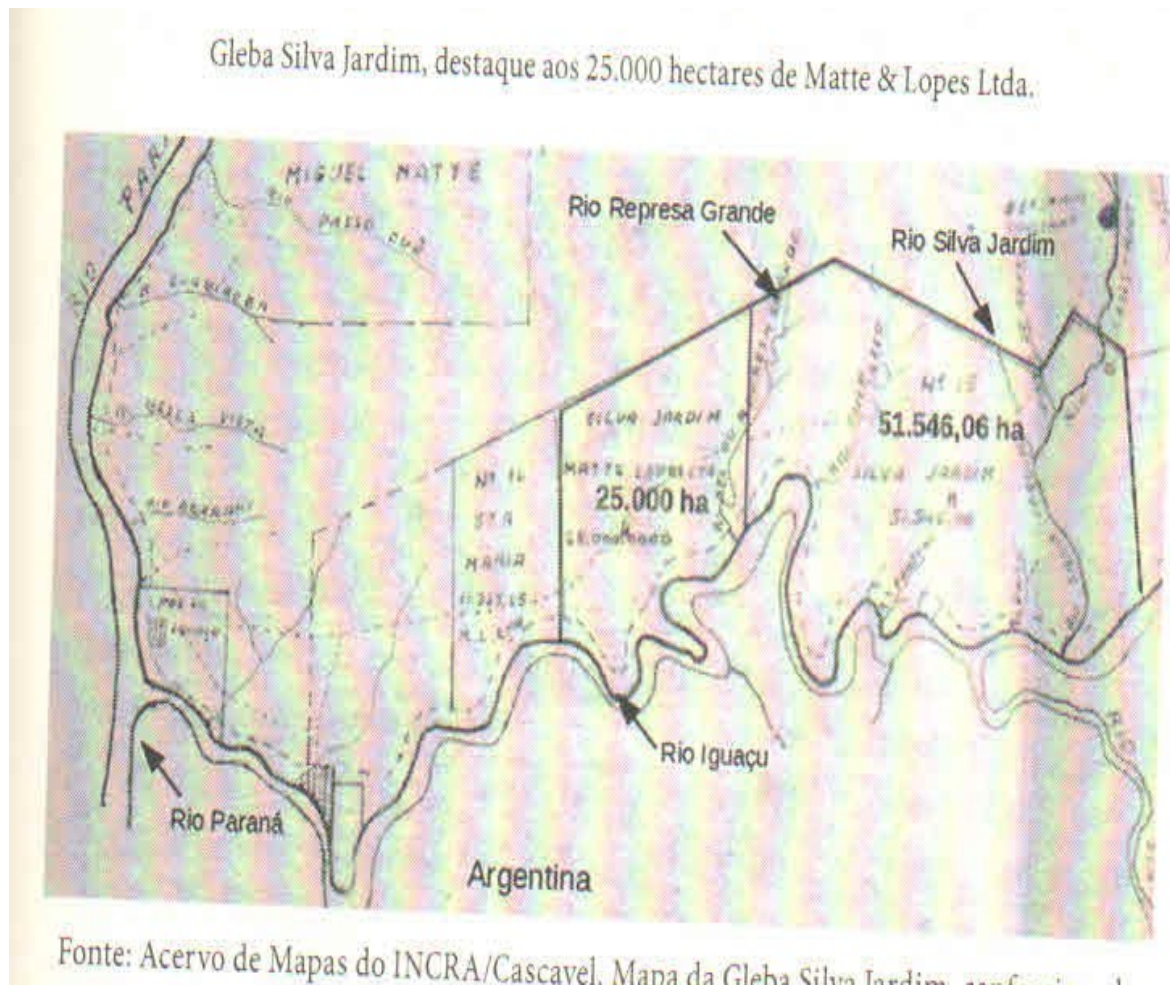


FIGURA 3. Detalhe da delimitação da Gleba Silva Jardim.

Fonte: COLOMBO, Leonir O. *Memória: documentos sobre a revolta de 61*. Capanema: IGAL, 2001.

No início da década de 1950, na área entre o rio Represa Grande até o rio Silva Jardim, a terra ainda não era colonizada da Gleba Silva Jardim. Essa localidade foi vista pelos colonos/posseiros enquanto terra devoluta e, então, começaram a ocupar. Sobre a ocupação existe a possibilidade de nesse espaço terem vivido paraguaios, afrodescendentes, portugueses, espanhóis, indígenas, Guaranis e Kaingang (conhecidos como “caboclos”). O que motivou a vinda era o objetivo de conquistar terra através do sistema de posse, já reconhecida pela legislação vigente na época, pela constituição de 1946, no artigo 156 em seu

parágrafo terceiro²⁵. A legalidade da ocupação pelo sistema de posse, da constituição em vigor, se tornava possível desde que a terra cumprisse o seu papel social.

Essas terras da Gleba Silva Jardim foram concedidas e tituladas a favor da Sociedade Anonyma “Companhia Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul - EFSPRG” pelo então governador do Estado do Paraná Caetano Munhoz da Rocha em 1920. Somente no dia treze de março de 1946 o título foi lavrado no cartório de registro de imóveis na cidade de Foz do Iguaçu, não considerando a decisão do decreto federal de março de 1940, o qual reincorporava o patrimônio da Companhia Estrada de Ferro – EFSPRG à União. O seu registro foi feito com base na decisão do Tribunal de Justiça Estadual de julho deste mesmo ano.²⁶

A titulação da Gleba em 1920 passou então a EFSPRG e ficou sob seu domínio, mesmo desistindo das obrigações contratuais. Esta Companhia, após cinco anos, no dia vinte e oito de abril, acabou vendendo uma área de vinte e cinco mil hectares, equivalente a dez mil trezentos e trinta alqueires, a compradora Matte & Lopes Ltda. Este negócio deixou dúvidas devido a falta de contrato que comprovasse ser a proprietária do referido imóvel. Também sob registro no cartório de registro de imóveis de Foz do Iguaçu em março de 1947. O que restou foram cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e seis hectares, equivalente a vinte e um mil e trezentos alqueires que segundo o Estado do Paraná estaria sob seu domínio.²⁷

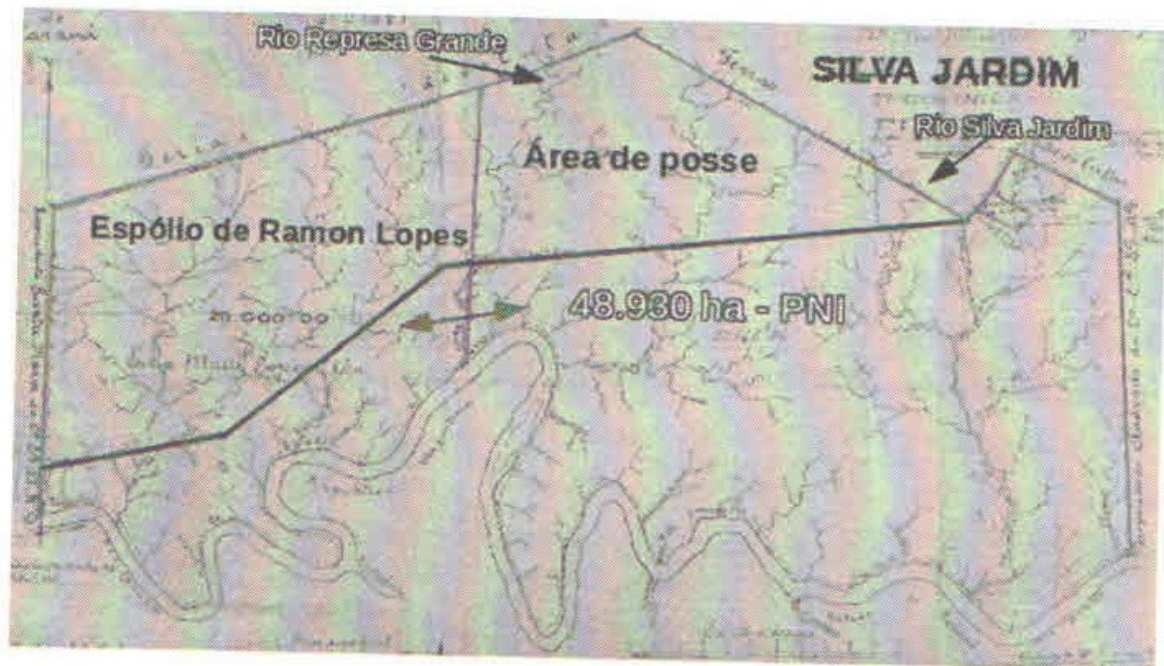
Quando o governo federal criou o Parque Nacional do Iguaçu (PNI), em junho de 1944, a Gleba Silva Jardim que tinha no total setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis hectares ficou com apenas vinte e sete mil, seiscentos e dezesseis hectares, os outros quarenta e oito mil, novecentos e trinta hectares foram destinados ao Parque Nacional do Iguaçu.²⁸

²⁵ - Sobre esse processo, para ter uma visão detalhada, consultar a obra *No rastro do burro: memórias e discurso do “colono posseiro”* de Leonir Olderico Colombo (2015).

²⁶ - Idem.

²⁷ - Idem.

²⁸ - Idem.



Fonte: Acervo de Mapas do INCRA/Cascavel. Mapa confeccionado originalmente em 1913, com cópia em 1961 onde delimitava o PNI.

FIGURA 4. Detalhe das área abrangida pelo PNI.

Fonte: COLOMBO, Leonir O. *Memória: documentos sobre a revolta de 61*. Capanema: IGAL, 2001.

A área acima, remanescente do PNI continua em negociação após separação da sociedade e dissolução da empresa Matte & Lopez Ltda. Os vinte e cinco mil hectares ficaram sob domínio de Ramon Lopez, que ao falecer caíram em inventário e a sucessão passou às mãos de Alonso de Carvalho Braga em 1952. Diante disso, nesse período começaram vários desmembramentos de terras. Segundo a Certidão número 2.932 do Registro de Imóvel foram vinte e seis beneficiários entre abril de 1953 e maio de 1958.²⁹

Foram registrados os vinte e cinco mil hectares de Alonso de Carvalho Braga, mas os limites de fronteira são os mesmos que delimitaram a área total da Gleba Silva Jardim. Ou seja, mantiveram as fronteiras e apenas “diminuíram” a área, fazendo com que os mapas de setenta e seis mil hectares “virassem” os vinte e cinco mil hectares. Carvalho Braga transferiu para Cândido Musa Telles dois terrenos, porém se analisarmos o mapa fica visível que as terras registradas em nome de Musa Telles ficam dentro dos 51.546 hectares da Gleba que nunca pertenceram a Matte & Lopez Ltda.

²⁹ - Id. Ibid.

Essas artimanhas do registro de limitações da área com o Parque Nacional do Iguaçu, forjando as transcrições de confrontação, levaram a criação de duas novas áreas. Entretanto, quando Musa Telles, em 1959, se tornou “dono” do imóvel ele já estava ocupado por posseiros, acarretando um novo processo de disputa judicial.

Entram nesse cenário de luta pequenos posseiros e pequenos proprietários de terra. As manobras do cartório acabaram “criando” novos proprietários. Percebe-se também nesse contexto, após analisar os relatos de moradores durante a entrevista, que eles foram “selecionados e induzidos” pelas companhias colonizadoras a vir para o Oeste do Paraná. Essas pessoas foram escolhidas para aqui morar. A aquisição das terras por parte das colonizadoras ocorreu através de pronunciamento oficial do governo e com o auxílio das artimanhas cartorárias.

Neste contexto, se produziu um clima de tensão, culminando na revolta de colonos e posseiros, levando os últimos a um enfrentamento coletivo direto³⁰ em 1961, lutando contra o Estado e seu aparato policial, disputando o domínio dessa área devoluta.

1.2. Trajetórias e vivências de migrantes...

Elvino Bogo, uma pessoa bastante participativa, conforme relataram os outros moradores, disse como foi a vinda, ocupação e o processo de compra da terra de posse, à *Revista Oeste*:³¹

Quando chegamos ainda tinham poucos moradores, mas entravam dez mudanças por dia, de maneira que um ano mais tarde já tínhamos 500 famílias aqui. Todas assentadas em pequenas propriedades, cujas áreas variavam de 10 a 20 alqueires. Eu comprei uma colônia de terra e jamais podia imaginar, ao fechar o negócio, que logo depois teria a posse de meu imóvel contestada. De Junho

³⁰ - Noção desenvolvia por SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão social e a utopia*: um estudo sobre os assentados rurais. Curitiba: CRV, 2016.

³¹ - A *Revista Oeste* foi criada na cidade de Cascavel, Paraná, na Rua Vitória, 511 Parque São Paulo. Ao todo são mais de mil exemplares que estiveram nas bancas por 20 anos, de 1984 até 2004, sobre a direção do jornalista Eduardo Lima (em memória). Que hoje estão disponíveis no Museu da Imagem e do Som - MIS de Cascavel, na Biblioteca Pública de Cascavel e na Biblioteca da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - campus Cascavel, através da doação do seu filho Michel Lima. São diversas matérias produzidas e reportagens investigativas.

de 1960 a Julho de 1961, quando aconteceu o levante, apareceram 13 pessoas se dizendo donas legítimas de parte ou de toda a gleba.³²

Importa destacar que as disputas pela terra estavam ocorrendo em meio ao processo de migração para a Gleba Silva Jardim. Não existiu uma ocupação e colonização já feita e foi nesse contexto que surgiu o conflito, ou seja, o conflito se dá no processo de ocupação da terra e a expansão do processo da propriedade privada da terra. Uma parte das famílias já havia chegado e estavam vivendo na Gleba e outras famílias ainda estavam vindo. Esse contexto nos faz levantar a hipótese de que o conflito foi, possivelmente, se ampliando na medida em que as terras iam sendo ocupadas e havia um processo de ocupação ou uma abertura de posses, sem uma preocupação com a legislação em vigor sobre a quem pertencia propriedade.

Tem um processo migratório, de ocupação e colonização, no qual os conflitos pela posse da terra passaram a ocorrer. As pessoas que aqui estavam já estavam sentindo a tensão, outras chegavam e percebiam o conflito, outras vem depois. Portanto, há uma dinâmica de ocupação em um espaço de fronteira e esse espaço de fronteira significa conflito, onde diferentes sujeitos se encontram e se desencontram, disputando interesses, como bem analisou José de Souza Martins.³³ Neste caso, disputam a posse da terra devoluta ou a terra que alegam ter comprado.

Martins abordou o processo de expansão da propriedade privada durante os anos de 1960 e 1970, naquilo que denominou como áreas de fronteira. Para o autor, a fronteira é o espaço próprio do encontro de sociedades e culturas entre si diferentes, a sociedade indígena e a sociedade dita 'civilizada', mas também as várias e substancialmente diferentes grupos sociais da sociedade, de brancos, caboclos, mestiços, entre outros.³⁴ Essas diferenças étnicas e culturais interferem e também constituem as relações sociais, o uso, a posse e as forma de trabalho na terra, como o a produção coletiva em algumas situações ou por um determinado grupo ou a apropriação privada da terra, quer por agricultores familiares ou por

³² - ENTREVISTA de Elvino Bogo. *Revista Oeste*, Cascavel, agosto de 1991.

³³ - MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

³⁴ - Idem.

latifundiários que usam a terra, muitas vezes, como forma de especulação imobiliária.

Francisco Paz também aborda a ideia de fronteira, explorando o conceito de fronteira em movimento,³⁵ acreditando ser um local de mudanças constantes. O autor acredita que essa análise pode oferecer um recurso para abordar ou explicar os vários conteúdos das leituras das diferentes pessoas ou agentes transformadores, que estiveram envolvidos no processo de colonização do Paraná, principalmente no que diz respeito aos significados sociais e culturais. A fronteira é móvel e impulsiona a ação dos sujeitos. Nos primeiros anos de ocupação do Estado as pessoas que iam para o Norte do Paraná se sentiam sem uma identidade comum, considerando essa definição importante, pois trazia um sentimento de pertencimento a um determinado local ou região acabavam migrando para o Oeste. O que impulsionou a chamada “Marcha para o oeste” incentivando a ocupação e colonização da região oeste do Paraná.

Sobre a vinda para o oeste e o contexto vivido na época é possível perceber na entrevista com Valério Rockenbach³⁶. Quando fui em sua casa no início do ano de 2015, Valério mostrou interesse em relatar as suas vivências. Combinamos que viria em outra oportunidade. Com o desenvolvimento da pesquisa percebemos a importância de coletar novas informações. Procurando-o novamente em sua casa em uma tarde fria de sexta-feira, dia 10 de junho de 2016, mas havia mudado de endereço. Informaram o local, onde ele mora com sua esposa, Rosina Rockenbach, em um apartamento na cidade de Matelândia, Paraná.

Um casal bastante receptivo, os dois logo disseram que tinham feito a mudança há pouco tempo, por isso estavam sem sofá na sala e que o Valério teve que fazer uma cirurgia no joelho, mas mesmo assim quis relatar. Ainda estava se recuperando, com um pouco de dor na perna. Porém a vontade de contar o que aconteceu e o que passaram era maior. Naquele dia estavam com visita, Olimpia Maria Wesseling e seu esposo Claudino Wesseling, irmã e cunhado de Valério. Olimpia também aceitou relatar.

³⁵ - PAZ, Francisco. *Cenários de economia e política – Paraná*. Curitiba: Prephacio. 1991. p. 17.

³⁶ - ROCKENBACH, Valério. *Entrevista* concedida a Franciele M. Bard Andrade. 10/06/2016.

No início da conversa me falaram que seus pais Idalino Rockenbach e Berta Tereza Rockenbach tiveram uma família grande, com oito filhos, quatro homens e quatro mulheres. O primeiro de oito é Amandio Rockenbach, que já é falecido, Valério é o segundo filho, depois Marcela Rockenbach, que é irmã religiosa, o quarto filho é Amário Rockenbach, seguido de Olimpia, depois tem a Noêmia Rockenbach Scherner, o Valdomiro Rockenbach e a última filha é Ana Helena Rockenbach, que também é irmã religiosa.

Valério começou a narrar o que viveram. Com muita emoção e enaltecendo as dificuldades que passaram ao chegar na região oeste do Paraná. O que motivou a vinda ao oeste do Paraná na visão de Valério foi a propaganda de que a terra era boa, que a plantação seria bonita e produtiva.

Naquele tempo já estavam começando com o plantio de soja. A terra, naqueles anos foi no ano de 1961, a terra era bem barata naquele tempo. Até não tinha escritura, era chamada de posse. Terra devoluta, era do governo antigamente. E os posseiros começaram a abrir o mato e construir os “ranchos”, era tudo casa de madeira. O importante é que a terra era barata naqueles anos ainda. Isso que motivou as famílias para vir ao Paraná e tinha bastante propaganda. Um fazia a propaganda e o outro acreditava. Vinham de mudança, com boi, vaca, traziam tudo junto, até porco traziam no caminhão junto com a mudança. Porque aqui não tinha nada, então os animais ajudavam no sustento.³⁷

Passaram por dificuldades, conta Valério, especialmente os primeiros “anos não foram fáceis”.

Até derrubar todo o mato, tinha muita cobra, foi matado muita. Mas como vinha a família inteira, os filhos ajudavam os pais a roçar, derrubar o mato e construir os ranchos. O pessoal estava feliz. Nunca pensamos em voltar, porque apesar das dificuldades o pessoal era acostumado a trabalhar. Permaneceram quase todos nessa região.³⁸

Então Valério, contou-me sobre sua trajetória de vida. Disse-me que nasceu em Campina das Missões, naqueles anos era município de Santa Rosa, mas hoje já

³⁷ - ROCKENBACH, Valério. *Entrevista*. Citada.

³⁸ - Idem.

é o município de Campina das Missões. Nesse momento, Olimpia disse que também nasceu em Campina das Missões. Contou que vieram para cá depois de ter comprado a terra de um tal de Benini. Seu pai e seu tio compraram juntos três colônias de terra. Depois repartiram no meio e ficou uma colônia e meia para cada um. Segundo eles, esse senhor Benini ficou morando em Serranópolis, perto de onde ocorreu a revolta. Já a casa deles estava localizada a uns dois quilômetros e meio, mais ou menos. Quando aconteceu a revolta Valério tinha dezesseis anos.

Isso nos remete a entrevista com Ema Preis. Chegando a sua casa, por indicação de outra pessoa, Ema me disse que de casa (quando solteira) era Bloemer e seu esposo Elisio Preis. Ambos estavam fazendo melado e caldo de cana. Ela convidou para olhar como é feito, ofereceu um copo de caldo de cana e sentamos na área da casa, em um sítio muito bonito, com um pé de manga fazendo sombra e um balanço para o neto brincar. Na primeira visita, em uma tarde de sexta-feira, dia 10 de junho de 2016, Ema já aceitou ser entrevistada e logo foi relatando as experiências que viveram aqui.

Eu nasci em Rio Fortuna, Santa Catarina. Meus pais são Pedro Bloemer e Verônica Bloemer. De lá viemos para Itapiranga, moramos sete anos e depois viemos para cá para Flor da Serra [Serranópolis do Iguçu, Paraná] ficamos sete anos aqui. Fomos para Santa Helena, casamos lá e daí em sete anos nós voltamos para Flor da Serra e aqui estamos até hoje.³⁹

O que motivou a vinda para o Oeste do Paraná foi o clima de Santa Catarina. Disse que era muito frio, tinha muita serração, não tinha sol e quase todos os dias era assim. Ouviram comentários de outras pessoas que no Paraná era melhor e por isso vieram para cá, no ano 1961, segundo ela, no ano que ocorreu a revolta. Relatou também sobre o trabalho quando chegaram. Segundo ele o seu pai comprou uma chácara e abriu uma pequena serraria, onde ele, com os seus irmãos, trabalhava. As mulheres trabalhavam na roça, além dos trabalhos no espaço privado, na casa e com os cuidados dos animais, como tirar leite. Tudo era plantado e colhido na mão (a muque disse Ema) e carregado nas costas. Ou seja, o trabalho

³⁹ - PREIS, Ema. *Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade*. 10/06/2016.

era manual no preparo da terra para os primeiros roçados, à moradia e demais instalações.

Ao chegar na Gleba Silva Jardim, as primeiras famílias encontraram muitas dificuldades na adaptação com a nova morada. Para Ema Preis a sorte foi que trouxeram duas vacas de leite na mudança de Itapiranga. Não tinham nenhuma renda e na chácara era tudo mato. Contou que chegaram em um domingo e no outro domingo já teve o conflito, mas não se sentiram ameaçados. Apesar de saber que eram jagunços armados que vieram da cidade de Foz do Iguaçu para enfrentar os colonos no dia da revolta. Sabendo que viriam, os colonos durante a noite se organizaram e no dia dois de julho de 1961 começaram a revolta, que durou o dia todo. Naquele dia foi um tiroteio, parecia “pipoca estourando na panela”. Segundo Ema foram vinte e nove mortes, sendo vinte e oito jagunços e um colono, foram de noite olhar quando a polícia chegou para recolher os corpos.

Ficamos todos escondidos em cima da cama, enrolados na coberta de pena, chorando juntos. Só o meu pai que não chorou, ele não participou da revolta porque o meu irmão estava doente e não podia andar. Disse para nos escondermos em baixo da serraria. Deitamos meu irmão em cima de um cobertor. Quando chegamos na serraria estava cheio de gente. Meu pai disse se for para nós morrer, vamos morrer dentro de casa. Fomos de volta para casa. Era mais baixo e os tiros passavam por cima. Naquele dia passaram do lado da nossa casa setenta e dois colonos armados.⁴⁰

Ema quando compara os dias de hoje aquele período, destaca o trabalho, já trabalhavam naquele tempo e continuam trabalhando, mas hoje “está mais fácil para ganhar os troquinhos”. Lembra mais daquele tempo do que das coisas que acontecem hoje. Após dar o seu depoimento, Ema chorou afirmando que foi difícil, que muitas pessoas foram embora por medo, inclusive o seu tio.

As pessoas sentiam pressões e essas pressões que se traduzem em insegurança, em instabilidade, em medo de perderem a vida. Muitas vezes não era a opção que queriam tomar, mas acabaram tomando a opção de ir adiante ou retornar de onde vieram. Ao mesmo tempo chorar e sentir medo significa que esse conflito marcou profundamente a história de vida dessas pessoas, tanto é que está marcado

⁴⁰ - PREIS, Ema. *Entrevista* Citada.

na memória. Chorar, nesse caso, não é à toa, significa que aquele conflito, aquele confronto produziu mudanças naquelas pessoas. No modo como elas viveram, elas podem até ter ampliado isto. Cada um viveu de uma maneira essa experiência. Conforme Alessandro Portelli explana:

A motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados.⁴¹

As pessoas narram de formas diferentes determinado fato, conforme o seu envolvimento no que foi vivido. E, duas pessoas ou mais, diretamente envolvidas no mesmo conflito podem atribuir significados diferentes, a partir de outro lugar, outra visão, outra forma. Na entrevista acima, com a Ema, fica bem evidente que o conflito foi violento. Teve violência física, simbólica e psicológica. Esses ingredientes de medo, de insegurança, produziram trauma e ainda produzem, ele não está superado, porque ao falar dessa situação ela chora.

O que é vivido e o que é narrado pelo sujeito histórico são elementos de construção/reconstrução da identidade individual e coletiva, e “mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.”⁴²

As entrevistas, além de outros elementos, evidenciam que os narradores tendem a heroizar o seu passado, de bravura, de sofrimentos, de dificuldades. A heroização está no fato de que mesmo diante de todas as dificuldades, diante de todos esses limites, de enfrentar a natureza, de enfrentar vários dias de carroça ou caminhão, a falta de comida, os primeiros dias, eles sobreviveram e superaram os problemas.⁴³

⁴¹ - Cf. PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Op. cit., p.16.

⁴² - Cf. POLLAK, *Memória, esquecimento, silêncio*. Op. cit., p.14.

⁴³- Sobre a heroização das práticas dos sujeitos vividas em suas trajetórias de vida ver: SCHREINER, Davi & PEREIRA, Ivonete. *Experiências que se entrecruzam... Vidas que se constroem: Narrativas de um Imigrante*. Anuac, Volume II, Número 2, 2013.

Mas vamos pensar como o sujeito está construindo a sua identidade, a partir e por meio da sua narrativa. Hoje também existem dificuldades. O narrador está contando a sua própria história, está se afirmando como o sujeito, elaborando a sua identidade social. Muitas vezes como trabalhador, como o herói que venceu a tudo aquilo. Há uma necessidade de perceber como esses sujeitos viveram essas experiências. Na medida que narram essas experiências, como narram? Como por meio daquela narrativa eles vão construindo a sua própria identidade social e a identidade social do outro⁴⁴. Neusa Bloemer aborda isso ao tratar sobre migrantes e a constituição das identidades de si próprio e em relação ao outro. Ela afirma que “O estranhamento manifesta-se, também, na própria designação que cada grupo atribui ao outro”.⁴⁵ O que é fundamental, segundo Bloemer, para compreender o processo de construção da auto-imagem de cada um dos segmentos, a partir da imagem do “outro”, marcando seu lugar social, que no estudo da autora acabaram por colocar os brasileiros na condição de minoria étnica em relação aos italianos. Já em nosso estudo, as visões/definições de condição social ou local de moradia que contribuíram para a representação social dos moradores de Jardinópolis como inferiores ou como minoria em relação aos moradores de Flor da Serra.

Na narrativa o entrevistado vai selecionando o que contar. Percebemos durante as entrevistas que existe o momento em que para, pensa o que falar e então segue narrando os fatos.

Nesta direção, percebemos indícios na narrativa do professor Euclides Basso, no que se refere sobre a ocupação. Natural da região noroeste do Rio Grande do Sul, com cinquenta e nove anos. Formado em Geografia, atua no Colégio Estadual do campo Pedro Américo no bairro de Jardinópolis, na cidade de Serranópolis do Iguaçu, onde reside com a esposa e filha. Foi neste colégio que combinamos para realizar a entrevista no horário que o professor tinha disponibilidade. Ele está quase se aposentando e por motivos de saúde encontra-se fora de função, contribuindo e cuidando da área externa do colégio. Trouxe importantes contribuições quando afirmou,

⁴⁴- Neste sentido, para a análise que faremos no segundo capítulo, utilizaremos, sobretudo, a obra de BLOEMER, Neusa Maria S. *Brava gente brasileira: Migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

⁴⁵ - Id. Ibid. p. 243.

Eu vim para o Paraná tinha sete anos, e logo completei oito anos e eu vim juntamente com a minha irmã e aqui estava morando apenas um irmão. É, um da família que nós viemos para cá em partes da família, vamos dizer assim, inicialmente foi preparado o espaço pra trabalhar e pra morar e depois então veio o restante da família. Então eu fui um dos primeiros da família que chegou aqui.⁴⁶

Perguntei – Como souberam daqui e por que resolveram vir para o Oeste do Paraná? Então Euclides relatou a trajetória e o que motivou a vinda:

O senhor Elias Ross ele foi ao Rio Grande do Sul a propósito de vender a terra. E ele se encontrou com o pai e o pai, ele teve interesse, por que o preço era bom e ele também aceitou a proposta do pai e pelo fato do pai ter uma serraria e também ter uma família grande e por aqui ser um lugar, é, um lugar assim, é, que estava iniciando a colonização e existia fartura de madeira. Então despertou bastante interesse em fixar a moradia e a família, trazer a família naquela época.⁴⁷

O entrevistado seguiu contando como trabalhavam quando chegaram aqui no Paraná.

Quando chegamos aqui a prioridade foi a exploração da madeira. Então o pai, inclusive, antes de trazer a família e a mudança, ele já tinha o galpão onde seria instalado a serraria, e bem adiantado. Já estava em andamento, por que ele veio antes preparar esse espaço para colocar a serraria.⁴⁸

Observamos que a opção pela migração ocorreu devido à necessidade de manutenção da produção material para a sobrevivência e também porque no novo lugar poderiam não apenas manter a sobrevivência da família, mas o modo conhecido de produzir com base no trabalho familiar. A reprodução da vida e a possibilidade de manter o modo de vida foram fatores fundamentais para produzir. Além disso, havia a expectativa de melhorar as suas condições de vida.

⁴⁶ - BASSO, Euclides. *Entrevista Citada*.

⁴⁷ - Idem.

⁴⁸ - Idem.

Entretanto, observou em sua fala, que se falava muito em jagunços. Ao ser indagado se existiam muitos por aqui, segundo Euclides:

Os jagunços, eles já estavam todos presos no quartel em Foz e, vamos dizer assim, quando nós chegamos, o “pó já tinha baixado”. E só que, ainda havia muita movimentação por parte do exército. Com, voos rasantes de helicóptero, principalmente, e eles não só passavam como eles ficavam parados, sobrevoando no ar, principalmente sobre um galpão que existia na propriedade e que era residência desse Elias Ross é, que, que na época ele era aliado aos jagunços. A chegada foi tranquila, apesar do receio que houvesse a intervenção do Estado. Porque as terras eram do governo e a gente tinha mais medo por essa questão do governo do que pela própria revolta (Ocorrida em 1961), porque, vamos dizer assim, que o “pó já tinha baixado” e estava tudo tranquilo já. Então, havia esse tipo de preocupação, mas com respeito a continuidade da revolta, não havia preocupação, por que a gente sabia que eles estavam presos, principalmente os líderes.⁴⁹

Analisando esta fala, há evidência que os colonos ao decidir vir para o Paraná sabiam dos riscos que estavam correndo e da possibilidade de lutar pela terra. O que motivou a vinda nem sempre foi a terra fértil e, ou, o único motivo. Outra questão relevante é que a ocupação não aconteceu somente em um período, nem todas as pessoas moravam aqui durante a revolta. O processo de chegada e saída era contínuo. Algumas pessoas chegaram antes de julho de 1961, outras logo após e tempos depois ainda tinha gente chegando na Gleba Silva Jardim.

Seguindo com a narrativa contou-me onde moram seus irmãos, se permaneceram na terra ou saíram, ele como é um dos filhos mais novos, não ganhou terra e estudou, cursou licenciatura em Geografia.

Hoje, a grande parte da família continua morando aqui mesmo. É, inclusive na terra que o pai comprou naquela época. Porque era uma área relativamente grande e ela foi dividida entre os irmãos mais velhos. Então, eles continuam morando na parte que eles receberam. E os irmãos mais novos, que não sobrou terra pra eles, se dedicaram ao estudo e cada um hoje tem curso superior e trabalha por conta própria e a maioria dos irmãos mais novos moram em outros lugares, fora daqui.⁵⁰

⁴⁹ - BASSO, Euclides. *Entrevista* Citada.

⁵⁰ - Idem.

Comentou das dificuldades enfrentadas na vinda, na chegada e na ocupação. A adaptação foi difícil, porque existiam muitas diferenças da região onde moravam no noroeste do Rio Grande do Sul com a região Oeste do Paraná.

Existia dificuldade, porque aqui era mata virgem, “vamos dizer”. Haviam poucos espaços colonizados. Então, as estradas eram muito precárias, principalmente nos dias de chuva, não havia acesso para outros lugares, porque a lama era demais. Os automóveis, eles não conseguiam trafegar, por motivo do relevo, ele não ser plano. Então, qualquer lugar assim [relatou fazendo gestos com as mãos], que tivesse que subir o automóvel não conseguiam, muito menos caminhões, então, dias de chuva, principalmente, o trânsito paralisava.⁵¹

Podemos analisar que, além das dificuldades enfrentadas, a fala indica a ausência do Estado para a criação de infraestrutura necessária para a instalação, escoamento da produção e assistência na área da saúde, segurança e educação dos agricultores. Assim, os próprios agricultores, individualmente e, ou, coletivamente, procuravam resolver os problemas, como a abertura de estradas.

Sobre o confronto, relatou que as pessoas contavam o momento que tinham vivido. Existiam pessoas que não apoiavam esse confronto, que não quiseram pegar em armas e acabaram fugindo da Gleba.

As pessoas não comentavam, porque elas tinham muito medo. Então, era como se fosse às favelas, lá do Rio de Janeiro, São Paulo. Prevalencia as pessoas de ficarem caladas né? Só se comentava entre a família os fatos, assim, pra se manter no máximo sigilo. Porque havia ainda receio sobre um retorno de pessoas que quisessem o revanche da conquista que os colonos tiveram no desfecho da Revolução. Muitos não aceitavam por medo né? Eles tinham muito medo e por causa do medo, eles não confiavam. Eles se fixaram mais em Santa Catarina ou bem ao Sul do Paraná e somente mais tarde é que as famílias vieram em maior quantidade. Por causa que foi assim relatado que o solo era muito fértil e além da fertilidade do solo, o clima também era muito bom. E que aqui era chamado a nova fronteira, havia muita terra disponível. E o número de mudanças que chegavam mais tarde, eram impressionante, a gente via um caminhão atrás do outro e de gente vinda dos dois estados, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.⁵²

⁵¹ - BASSO, Euclides. *Entrevista* Citada.

⁵² - Idem.

Euclides utiliza a representação da favela como lugar da violência, somada a necessidade de cuidado sobre o que e com que se podia falar. O silenciamento dos sujeitos em determinadas conjunturas, nas relações sociais, foi abordado por Michel Pollak.⁵³ Para ele, “O silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de memória enquadrada”. Além disso, o autor afirma que desta forma “estaria assegurando o sentido de identidade, pois quando não há a possibilidade de ser compreendido, o silêncio passa a ser um recurso, diferente do esquecimento, mas algo pensado como uma necessidade para manter a comunicação”. O silêncio, em certas situações, como a que estamos abordando, é indício da pressão e do medo que as pessoas sentiam. Este medo vinha do fato de as vezes ouvirem comentários acerca de violências praticadas, de sujeitos contratados para a prática de expulsão das famílias da terra e de terem em algum momento de suas trajetórias vividos situações de violência. Mas, também, advinha do desconhecido, ou seja, de viverem em um novo espaço que estava se constituindo.

A partir da sua afirmação podemos constatar como ele analisa a sua identidade e analisa o outro. O medo fazia parte do cotidiano dessas pessoas. A família de Euclides não chegou a ser expulsa da terra, nem sofreram ameaça de perder a terra⁵⁴.

Somente o medo, principalmente, como eu falei, dos helicópteros que ficavam sobrevoando e parando. Eles ficavam parado principalmente no galpão onde estava a propriedade, onde morava, “vamos dizer” o líder dos jagunços. E isso causava um certo receio. Também haviam muitos aviões de guerra, que vinham do quartel de Foz do Iguaçu. Então foi essa a preocupação e o medo, porque era quase todos os dias essa situação. Eles ficavam no ar parado e a gente sentia curiosidade e também medo ao mesmo tempo.⁵⁵

⁵³ - Cf. POLLAK, *Memória, esquecimento, silêncio*. Op. cit., p.17.

⁵⁴ - O consenso desses trabalhadores em torno do objetivo de conquistar a terra parece ser tão forte a ponto de levá-los a passar por cima do medo, da insegurança e dos traumas. As recorrências dos colonos, nas entrevistas orais, às suas trajetórias de vida e experiências de luta, reforçam esta evidência, a exemplo do que observou Davi F. Schreiner em seu trabalho. O autor mostra que os Trabalhadores Rurais Sem Terra vinculados aos MST, a partir de seus valores, conscientização por meio do Movimento e de uma interpretação bíblica libertadora, coletivamente passaram a enfrentar as leis, os latifundiários e o aparato policial do Estado e começaram a ocupar terras para nelas trabalhar e produzir. SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão social e a utopia: um estudo sobre os assentados rurais*. Curitiba: CRV, 2016.

⁵⁵ - BASSO, Euclides. *Entrevista Citada*.

Nesse momento, Euclides me olhou com tristeza e aflição, sendo perceptível que estava narrando um fato que trazia consigo na lembrança, mas que preferia esquecer, por se tratar de uma recordação triste desse período da sua vida. Passando o momento de tristeza, contou-nos sobre as famílias que moravam aqui e como funcionava o comércio local.

Existiam poucas famílias, só que já era uma pequena vila. E esses comerciantes, eles vendiam remédio, eles vendiam tudo e eles também compravam, além de serem comerciantes, tipo supermercado. Eles também compravam a produção dos agricultores e muitos deles ficaram ricos, porque, eles vendiam muito bem. Eles compravam a produção dos colonos e vendiam os produtos industrializados para os colonos. Então, muitos deles ficaram ricos em pouco tempo.⁵⁶

A fala de Euclides parte de um lugar na sua narrativa que afirma o novo espaço social na Gleba como, ao mesmo tempo, lugar de insegurança e medo, e como de mudanças rápidas, que propiciaram inclusive o enriquecimento de “muitos deles” – migrantes – “em pouco tempo”. O enriquecimento “em pouco tempo”, aliado às informações que “compravam a produção dos agricultores” e que ‘eles vendiam muito bem’ (...) “os produtos industrializados para os colonos”, evidencia um processo de intensificação das relações de mercado. E, neste contexto, o comerciante e os atravessadores, os que fazem o elo entre a compra da produção dos colonos e os revendem para outras empresas, como as de beneficiamento de grãos. Não apenas a terra se tornou objeto de apropriação privada no processo de ocupação e colonização, mas qualquer produto, em tese, objeto de uso e, ou, desejo passou a ter valor de mercado. Estamos, pois, diante de um processo de expansão do capital sobre a terra, sobre os meios e instrumentos de produção.

Mas, tal espaço social se fez a partir de relações sociais que foram produzindo desigualdades socioeconômicas e culturais. Instigados pela curiosidade que move o trabalho do historiador, comentamos sobre o suposto líder dos jagunços, de Elias Ross, que segundo Euclides se apossou das terras e contratou jagunços para manter a posse. Perguntamos como ficou sabendo das terras da Gleba Silva Jardim, se existiam comentários sobre o motivo da venda dos lotes e, no

⁵⁶ - BASSO, Euclides. *Entrevista Citada*.

momento que ocorreu o confronto armado, se participou ou se ele já tinha ido embora. Euclides contou que:

Ele chegou aqui, quando havia pouca gente e ele se apossou e começou a colonizar. E, ele demarcou a área dele e nessa área ele foi bastante esperto, ele colonizou as bordas dessa área. E ele também tinha um jagunço que era o guarda dele, o segurança e esse jagunço, ele não tinha medo, ele enfrentava mesmo se fosse preciso. E ele também, esse Elias Ross, ele vivia a maior parte escondido, porque os colonos queriam acabar com ele, matar ele. Então ele procurou dar o fora o quanto antes. Inicialmente ele era um tipo chefe, entre outros também que comandavam o conflito. Ele era um dos “fuxiqueiros”, ele fazia o papel de passar para os jagunços as informações que ele conseguia através do pequeno número de colonos que havia na época. Então, mais tarde foi descoberto que a função dele era essa e aí quando os colonos descobriram, aí quiseram expulsar ele.⁵⁷

A fala remete, entre outras questões, ao ambiente de tensão permaneceu, mesmo após o confronto, e, como em outras narrativas, a heroização dos fatos históricos aparece, enaltecendo o sofrimento e as dificuldades conforme o relato acima.

Para entender o que engendrou na revolta, o contexto onde e como ocorreu, faremos uma análise a partir das narrativas. Como a entrevista com Santa Marsaro, que se tornou possível após uma conversa na panificadora central de Flor da Serra, Serranópolis do Iguaçu. Santa não morava na Gleba Silva Jardim, mas em uma comunidade próxima, na Linha Marsaro, onde mora até hoje. Porém, seus relatos trouxeram importantes contribuições, visto que vivenciou todo aquele contexto e ainda recorda muitos fatos.

A dona da padaria é Edewirges Marsaro, sua filha. Ela disse que sua família foi uma das primeiras a chegar e que sua mãe gostaria de relatar o que viveram. Falou com a sua mãe e deixou combinado para o dia 20 de outubro de 2016, uma quinta-feira de manhã. Quando cheguei na sua casa, Santa, que é chamada de Santina por todos, me recebeu muito bem, disse que ficou contente de poder contar o que viveram e que espera poder me ajudar. Nascida em Catuípe, Rio Grande do

⁵⁷ - BASSO, Euclides. *Entrevista Citada*.

Sul, no dia 8 de abril de 1941, com setenta e cinco anos de idade e uma memória invejável, Santina começou o seu relato.

Vimos de Catuípe, já viemos direto, naquela época era Santo Angelo, mas distrito de Catuípe, nós viemos direto aqui em Flor da Serra, no ano 1960. Nesse mesmo lugar que moro hoje. O meu marido veio no ano 1959, daí ele voltou, casamos e viemos em 1960. Casamos lá em Catuípe. Eu vim para cá com o meu sogro, a minha sogra, a família dele. Ninguém veio da família, só eu. João Fernandez Marsaro era o meu marido, já falecido. E o meu sogro era Otávio Marsaro e a nona era Edwirges Marsaro.⁵⁸

Observamos que em geral a família ou a maior parte dela migrava, mas nem sempre. Há casos em que alguém, mulher ou homem, ou ambos formaram um novo casal, ou mesmo pessoas sozinhas migraram para a Gleba. Santina disse que esse lugar foi descoberto por intermédio da firma Bento Gonçalves, por que eles saíram pela vila inteira vendendo essas propriedades e isso aqui foi comprado só por mapa.

Foi comprado por mapa no ano 1957 e depois, no ano 1959, o meu marido veio como solteiro, ele e o irmão dele, e deram início a primeira “desmatção”, pouca, mas pequena. Fazendo-se a primeira casinha e daí no ano 60, quando nós viemos, a gente morou em barracos de lona, porque a casinha dava mal apenas pra guardar a mudança, aquilo que a gente trouxe.⁵⁹

As trajetórias dos migrantes, narradas pelos entrevistados, são bastante parecidas em relação às dificuldades enfrentadas, a vinda para a Gleba, os motivos da vinda e sobre o conflito, em suma, sobre as suas vivências aqui na região. Todavia, a interpretação deles acerca das vivências difere nos significados e sentidos que a elas atribuem.

1.3. Terra, trabalho e sociabilidades

As narrativas dos migrantes, como se pode ver, indicam a necessidade de transformarem o ambiente dotando-o de infraestrutura, para a qual na maioria das

⁵⁸ - MARSARO, Santa. *Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade*. 20/10/2016.

⁵⁹ - Idem.

vezes não podiam contar com o Estado. Era imprescindível adaptar-se ao novo local em meio a imprevistos e buscar alternativas para a sobrevivência. O trabalho era diversificado, demandando a atuação de todos os da família que podiam ou tinham condições de exercer algum auxílio. Um local para se abrigar ou uma primeira moradia, bem como cultivar gêneros alimentícios.

Daí deu-se início a “desmatção” e a primeira plantação que a gente fazia era feijão, quem comprava aqui assim o produto era Marim, eu não sei o nome, mas é o pai desses Marim de Medianeira. Aí ele comprava o feijão e ele levava para Irati, perto de Curitiba e a gente trocava por telha, por tábuas de pinho. As aberturas da casa, que foi feita depois, a gente já trouxe do Rio Grande, mas a telha e essas coisas não. Aí mais tarde, no ano 1961 para 1962, começou a serraria que era do Bloemer, depois do Bloemer os Back também construíram, depois os Bloemer pararam, daí veio o Miro. Foi uma época muito boa.⁶⁰

Os moradores do espaço em ocupação não possuía infraestrutura. Primeiramente foi preciso desmatar, o que não significava necessariamente para estes trabalhadores destruir a natureza. Falava mais alto produzir as condições materiais para a sobrevivência, mas de qualquer forma houve destruição. Assim, desmatavam e usavam da queimada. O fogo ardia, por vezes, muitos dias seguidos. Depois, preparavam a terra para o plantio. Plantaram e cultivaram, no início, o feijão, pela rapidez do produto, pois logo poderiam colher, algumas variedades em até sessenta dias e, então, tinham alimento e produto para comercializar. Quanto antes fosse possível colher o feijão, antes eles poderiam trocar por materiais de construção e melhorar as condições de moradia.

Apesar das dificuldades, para Santa, “foi uma época muito boa”, o que poderia denotar certa contradição presente na sua narrativa. No entanto, a explicação pode ser entendida de outra maneira. Trabalhar em mutirão por ser uma prática coletiva/partilhada, pode constituir-se em uma vivência prazerosa. Então, era um tempo bom, apesar do trabalho árduo, pesado e das privações.

Nas narrativas, como a abaixo, as formas de trabalho e organização social da época apontam para práticas diferentes das utilizadas atualmente pelos colonos. As

⁶⁰ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

estradas foram abertas por eles, sem o auxílio do poder público. Esse trabalho foi realizado na forma de mutirão entre os moradores.

Mas não tinha estrada, atolava, os bois se ajoelhavam no meio da estrada para levar essas toras, os bois foram trazidos do Rio Grande do Sul, trouxemos duas juntas de bois. Mas, a dificuldade era muito grande por causa das estradas, e, depois, então, aqui no ano 1960, a balsa começou a trabalhar, por que em 1959 ainda tinha lá por Chapecó, Santa Catarina. No ano 1960, em fevereiro ou março, deu-se início a essa balsa e daí tinha um comprador de porco em Toledo e eles cruzavam e iam por Capanema comprar e pegar porco e quase, daqui desde aquela subida perto da prefeitura [fez gesto com a mão] e essa outra até lá no Bazzo [morador próximo da casa de Santina] era sempre rebocado a boi. Duas horas da madrugada ou uma hora da madrugada tinha que ir no pasto chamar os bois para ir acudir, mas morria porco, porco, que tá loco, porque é na subida assim, aí os porco iam pra trás e pisoteavam os outros. Depois começou-se a atravessar ônibus também, mas isso foi no ano 1961. Ia na segunda-feira até Barracão [vilarejo, atualmente município da região sudoeste do Paraná] e voltava na quarta-feira, daí depois ia de novo na quinta-feira, assim sabe, fazia esse trajeto.⁶¹

Após a vinda para o oeste do Paraná o sogro de Santina fez a divisão das terras. Os filhos homens ficaram com uma parte maior e as filhas com menos terra, porque se casariam. O que era uma prática comum.

O meu sogro, quando viemos, para os homens ele passou dez alqueires e para as meninas ele deu seis alqueires. Ele tinha oito filhos, os quatro homens ganharam uma colônia e as quatro meninas ganharam então seis alqueires de cada uma. Mas, ficou por isso assim, depois tivemos que se virar. Aí, depois, o meu pai também deu um pouco, depois juntos, os irmãos lutando um pedacinho aqui e um pedacinho ali fomos conseguindo. Hoje da vontade de não sei o que fazer, porque só vira em imposto sindical e não sei mais o que. Tem que trabalhar para poder se sustentar, mas foi bom, foi agradável.⁶²

A solidariedade e as reciprocidades horizontais foram elementos importantes. Elas ocorriam no interior da família, na constituição de uma nova, com o casamento dos filhos e filhas e mesmo depois da família já constituída. Todavia, observamos que o tratamento em relação aos bens materiais para iniciar uma nova família era

⁶¹ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

⁶² - Idem.

mais generoso para com os filhos. Tal fato demonstra uma desigualdade nas relações sociais entre homens e mulheres, a exemplo das funções atribuídas as mulheres na família rural na divisão do trabalho. Não obstante também trabalhassem na roça e no espaço doméstico, seu trabalho não raramente era considerado auxiliar, de menor importância, complementar.

Para a instalação, o trabalho e a sobrevivência das famílias, relata Santana que:

A gente muitas vezes dava pouso, dava comida para essa gente, porque a minha moradia era simples, mas duzentos metros pra lá [fez gesto com a mão], ali a estrada subia lá, essa estrada que tem hoje foi feita bem depois. Aí a gente emprestava cavalo e depois eles iam até Medianeira buscar socorro. Outras vezes as mulheres e as crianças dormiam com nós. Que nem sempre tinha tudo, mas uma panelada de arroz a gente sempre cozinhava, dava de comer pra tudo e dormiam e os homens ficavam dentro no ônibus. Me lembro que quando o pessoal chegava aqui em casa pra dormir, nós dormia tudo um do lado do outro, tipo acampado, porque não tinha onde dormir. Nunca passamos fome, isso eu te falo a franca verdade, nós nunca passamos fome, mas sempre comemos o que tinha.⁶³

As dificuldades e a produção material da vida denota trabalho, mas também trocas comerciais. A produção de porcos, para além da alimentação (carne, banha, torresmo, salame, morcilha e toucinho defumado), indica a forma encontrada de armazenar e preservar o alimento. Como naquela época ainda não possuíam geladeira para conservar os alimentos, o recurso encontrado era utilizar latas com banha. Carneavam o porco, fritavam a carne em tachos e a colocavam dentro de latas, o que mantinha ela própria para o consumo por um longo período. Ao mesmo tempo, a produção dos suínos permitia a aquisição de gêneros para além do espaço local, como o sal e o açúcar.

Em Medianeira tinha o Amélio Seco que tinha uma lojinha, mas não era sempre que tinha sal e açúcar, a gente dependia de vim de fora. Aquela subida ali no Ocoy Federal [entre Serranópolis e Medianeira] ali eu acho que tem umas cinquenta “caminhonada” de lenha dentro dos buracos, porque quando atolava eles cortavam as madeiras pra poder o caminhão ir, porque não tinha trator de esteira naquela

⁶³ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

época. Mudanças eram uma atrás da outra, uma atrás da outra pra vim morar pra cá. Mais de tudo era da região de Criciumal, Santa Rosa, Rio Grande do Sul, um oito de gente, esses iam tudo para Quatro Pontes. Aqui a nossa imigração aqui é mais de Ijuí, Augusto Pestana, daquele lugar, nessa região do Rio Grande. Ali em Flor da Serra então pegou-se mais lá pra banda de Erechim ou mais pra cima do estado. Então, deu-se início dessa maneira. Mas de Flor da Serra até Medianeira. Os primeiros dois anos nos moramos aqui e o nono Ticiani ali, meu vizinho, depois veio os Guiotto e não tinha motosserra né? Era tudo a serrote e machado, bem difícil e a coisa foi indo, foi evoluindo, mais tarde daí entrou-se assim a criação de porco e daí a gente começou a plantar milho também, a soja demorou um tempo, um pouco. Mas depois, mais tarde veio a destoca e as coisas foram evoluindo.⁶⁴

As vestimentas também eram características próprias da época, com a dificuldade de comprar tecido e pelo valor elevado, que eram comercializados, tornava-se cada vez mais comum pessoas na mesma comunidade com a mesma estampa de tecido se encontrarem.

Quando comprava roupa que encontrava uma peça, fazia roupa, lençol e tudo. Não é bem assim né? Mas quer dizer você fazia um vestido, eu fazia do mesmo pano. De repente aparecia um baita de um mascate vender um fardo, daí a comunidade inteira usava a mesma roupa, gente que vergonha, mas era assim. [risos]. De costume, nós tínhamos, nas Festas de Rei, ir roubar galinha na casa do vizinho, depois convidava todos para fazer a Festa de Rei. No Carnaval também, claro que era cinco ou seis famílias, mas nós tínhamos esse tipo de diversão, sadia. Me lembro que o meu finado marido, o Nandi, mandamos o compadre Luiz contar causo para a tia Edi e o tio Luiz. Roubamos as galinhas deles e depois convidamos para ir junto que lá tinha tal coisa e daí eles vieram ajudar a comer as galinhas deles [risos].⁶⁵

A vida era organizada em comunidade, com costumes e tradições próprias daquele povo, o que hoje já não tem mais a mesma adesão, a ponto de quase não existir mais.

Sobre a moradia, Santina disse que quando chegaram onde moram hoje ainda não tinha nenhuma casa construída. Disse que a família dela que construiu a primeira casa de moradia. Mas que, em Flor da Serra, já tinha gente morando, já tinham casas construídas desde o ano de 1957. Contou-me como era o cotidiano:

⁶⁴ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

⁶⁵ - Idem.

Eles desciam a cavalo pra cá no Paraná, era o Luiz Riboldi e o Arlindo Benini, essa gente, pode ser que vieram antes, mas morar mesmo, diz a história que em 1957 que vieram os primeiros moradores. Quando nós viemos tinha sete casas em Jardinópolis, mas assim barracos. E em Flor da Serra tinha seis casas, se diz casa, naquela época era casa [risos]. Bem pouco. Depois dali, aconteceu a revolta, mas muita coisa da revolta eu também não posso afirmar por causa que nós morava ali, um pouco distante.⁶⁶

As famílias, além de suas moradias e roçados, preocuparam-se em construir infraestrutura comunitária, como ruas e capela. Como afirma Schreiner, a partir de reflexões de Giralda Seyferth,

A comunidade constitui um elemento fundamental para a sociabilidade das famílias. Nelas, a vida revela como [...] se estruturaram com base nas suas tradições culturais. Sua organização e manifestações expressam elementos múltiplos de uma tradição de vida comunitária cultuada no sul do País. [...]. Os espaços e edificações de uso comum, as práticas de solidariedade familiar e de vizinhança, constituem a comunidade.⁶⁷

Destacando a construção da comunidade e os momentos de lazer, Santana relatou:

Assim nós começamos, o campo de futebol foi feito tudo. Cortar, arrancar os tocos, era sábado e domingo, era o lazer dos jovens cavoucar e arrancar os toco [risos] para fazer o campo de futebol. Clube também não tinha. Era muito precário no começo, não tinha as coisas. A igreja já tinha, porque a igreja foi a própria firma Bento Gonçalves que construiu. Tinha escola, mas a escola era pra ter duas salas de aula, daí uma eles cediam para as mudanças que chegavam e a outra tinha aula, mas só tinha uma professora e cinco alunos. Então, assim, cada um vinha e ficava nesse cômodo até que eles conseguiam derrubar um pedacinho de mato e fazer um acampamento, essa foi a nossa realidade. Tinha um hotel nessa época que já tinha sido dado o início, depois eles construíram esse hotel, mais tarde, mas ali quando concluiu o hotel já tinha famílias também que acolhiam, esse hotel ficou muitos anos ali, mas não progrediu. Porque todo mundo que vinha queria fazer a sua casinha, ter a sua morada e não existia tanto dinheiro assim, para pagar. Imagina, vinha cinco mudanças em um caminhão só, então o que

⁶⁶ - MARSARO, Santa. *Entrevista* Citada.

⁶⁷ - SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*. N. 52. Rio de Janeiro, 30 maio 1985.

que vinha junto era pouca coisa, pra tu vê o que que traziam um pouco mais que nada [momento de tristeza].⁶⁸

Outra questão interessante da entrevista com Santina foi o trabalho. A forma como esses trabalhadores se organizavam, ainda utilizando o sistema de mutirão⁶⁹ e a união com os vizinhos.

O trabalho assim rendia porque era sistema de mutirão né. Então quando iam os vizinhos, ia sei lá oito ou dez pessoas, pra de derrubar o mato pra aquele agricultor, então vinha aqui derrubava um pedaço. Depois ia em outro e derrubava outro pedaço. Era em grupo, né.⁷⁰

Santina retorna a questão da ajuda mútua, a partir de uma história triste e expressa o sentimento na história:

Os dois pais eram irmãos e estavam se ajudando no serviço. Um deles ainda mora aqui, o outro não sei, mas assim tudo tranquilo e foi acontecer. Isso já foi um pouco mais tarde porque o Pinheirinho foi colonizado depois. Eles ganharam da firma um tanto antes e eles ficaram ajudando a desmatar aqui. O Vergílio Bazzo e outros [vizinhos de Santina] foram, uma turma desceu pra lá. Eu lembro de uma história também do primeiro que faleceu lá dentro, indo pra Santa Rosa de Lima. Para trazer ele no caixão para o cemitério tinham que passar por cima de umas caieras, botavam em cima de uma coivara, passavam para a outra, porque era um trilho muito estreito e não tinham como vir. O único transporte era um cavalo. Lá em baixo em São Vicente também o único transporte era um cavalo. Em Boa vista nós estava lá um dia e um puxava para trás e outro para frente e um nono de lá disse: “Porcaria quando só tinha um cavalo nós assumia e agora cada um tem dois carros”. O trabalho era sofrido antigamente, mas a gente era mais unido.⁷¹

Evidencia-se a importância atribuída ao trabalho, uma vez que este está presente em quase todas as falas da entrevistada. Como muito bem afirmam os

⁶⁸ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

⁶⁹ - Como mostra Schreiner, acerca da colonização na região oeste do Paraná, as famílias viviam em comunidades e cultivavam práticas de solidariedade simples como a troca de dias de serviço e o mutirão. Na produção agropecuária, a “ajuda” ou “ajutório”, a cooperação se fazia por meio da retribuição em trabalho, retribuição em espécie, troca de serviço e mutirão, o que produzia uma rede ampla de relações. Noção desenvolvia por SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão social e a utopia: um estudo sobre os assentados rurais*. Curitiba: CRV, 2016, p.56.

⁷⁰ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

⁷¹ - Idem.

historiadores Davi F. Schreiner e Ivonete Pereira no artigo *Experiências que se entrecruzam... Vidas que se constroem: Narrativas de um migrante*:

O trabalho ganha sentido para além do espaço socioambiental da colônia, onde é desenvolvido pela família do colono, numa ambiência mais ampla: nas relações de reciprocidade entre vizinhos e nas relações comunitárias. Por meio de relações de reciprocidade horizontais, os migrantes fizeram estradas, construíram escolas, associações de canto, igrejas. Trata-se de um sentido cooperativo e solidário na constituição de novas relações sociais. O trabalho de abertura de estradas, a troca de dias de serviço e os mutirões são práticas adotadas por colonos nos processos de colonização, objetivando a realização de interesses e expectativas individuais, coletivas e comunitárias.

Essa forma de organização de trabalho estava presente também no cotidiano dos trabalhadores da Gleba Silva Jardim. O sistema de mutirão, a união para iniciar a comunidade, a importância do trabalho em grupo ou em família.⁷² Estas práticas foram vivenciadas em meio a uma conjuntura de pressões, de insegurança e medo.

1.4. Pressões e insegurança social

O relato de Dona Santina aponta para os sentimentos de insegurança, medo e de enfrentamentos às situações adversas.

Muita gente vinha se esconder aqui, então a gente ficava dentro de casa e fazendo comida, dando para essas pessoas que moravam na vila, porque foi uma coisa assim, que diz que vieram pra despejo, mas foi “jaguncedo”, mas vestido de policial, com roupa emprestada. A história que o povo conta é assim, mas pelo amor de Deus, eu não sei se isso é verdade. Diz que em Guarapuava a cadeia tava cheia e eles fizeram uma proposta que quem venciasse essa batalha era dispensado de ficar na cadeia e daí eles ajuntaram bastante, sabe bastante, não foi pouco e eu vi assim que veio bastante deles, quebrado, morto também, que levavam em bora com o jipe. Eu tava com a Nilza, minha filha pequena, lá no hospital e eles chegavam lá, mas não recebiam, tocavam pra frente e no outro dia, daí era só de carroça né? Nós não tinha outra coisa, aí o pai dela, que era meu

⁷² - Prática de cooperação, de ajuda mútua. Relações articuladas a partir de valores morais, sobretudo de cuidado da terra e para o trabalho.

marido, foi lá no nono pegou a carroça e os cavalo pra ir me buscar lá em Medianeira. Os cavalos não queriam ir na estrada porque tinha sangue. Então eles sentiam o cheiro, aí eles sentavam pra trás, foi assim sabe. Aqui, um agricultor foi morto, um detonou um tiro no braço e o mais saiu tudo assim livre. Mas foi muito, muito batalhado, muito sofrido. Só que não parou ali, que foi no ano 1961, até 1965 ainda tinha ameaça, né. Até o ano 65 ainda tinha muita ameaça, mas depois sossegou.⁷³

Santina relatou sobre, segundo seu modo de ver motivou a revolta. Contou também sobre o cotidiano na roça, as dificuldades, e, ao mesmo tempo, sua fala é permeada pela comparação com a vida anterior no Rio Grande do Sul.

Essa revolta [ocorrida em Serranópolis do Iguaçu em 1961] para falar bem a verdade, no fundo, no fundo, era só a ganância para querer [74]. O poder para querer as coisas, mas eles judiaram bastante o povo. Mas graças a Deus deu tudo certo. Depois mais tarde, naquela época, do ano 1960 em diante começou a ter prefeito em Medianeira. Então, em 1964, foi eleito um vereador aqui e eles iam à Santa Helena a cavalo ou a pé, do jeito que fosse para pegar carona para ir para Foz. As dificuldades foram grandes, mas tudo foi superado. Mas valeu a pena, valeu sim. Claro que sentimos muitas saudades e onde eu nasci e me criei, eu já me criei em uma colônia pronta, como se diz, nós tinha gado, canga, era uma família assim de porte médio, tinha estrutura. Quando a gente veio tinha terra, mas e como fazer com que desse, não tinha estrutura e a nossa ainda era dobrada porque nós compramos pelo mapa, nem sabe onde que era e onde que não era.⁷⁵

O sofrimento novamente está presente na fala da entrevistada, fala da dificuldade enfrentada pela falta de médico:

Só que foi muito sofrido, falta de médico, eu tive seis filhos e os seis em casa, nunca teve pré-natal, nem ecografia, nada, tive com parteira ainda não tinha nenhuma formada, então uma ajudava a outra e com aquela fé que a fruta quando tá madura cai né? As vezes patina [risos].⁷⁶

⁷³ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

⁷⁴ - A entrevistada se refere a quem ordenou a retirada dos posseiros da Gleba Silva Jardim e que posteriormente enviou os supostos policiais para o confronto armado ao usar o termo ganância.

⁷⁵ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

⁷⁶ - Idem.

Percebemos também nos relatos a presença marcante da religião na vida dessas pessoas. A relação da organização religiosa com a forma de trabalho familiar.

Mas com muita fé em Deus e nós tinha Nossa Senhora Medianeira como médica, como mãe e nós tinha a reza do terço. A gente sempre rezava, todo dia, hoje a gente acaba não fazendo, com mais tempo. Mas lá a gente rezava. Missa a gente tinha a cada quatro meses, mas em Medianeira tinha todo dia. Então a gente se repartia, quem ia hoje levantava quatro horas e ia para a missa e os outros ficavam para fazer o serviço. Daí domingo que vem os que ficaram iam e os que foram, ficavam. Daí mais tarde em 1962 veio a Nossa Senhora da Salete, então a gente fazia muita caminhada até o Morro da Salete, como proteção.⁷⁷

Sobre a questão da saúde Santina contou:

O hospital, aquele de Medianeira, quando nós viemos, já estava construído, mas quem gerenciava eram as irmãs religiosas, que é hoje a Maternidade Nossa Senhora da Luz, mas era mais no centro, um pouquinho para cá do Colégio Costa e Silva. Mas era assim, vinha um médico, ficava uns dias, depois ficava seis meses sem médico. Daí veio mais um, ficou mais um tempo. Daí veio o Ovídio Putrick ficou mais um tempo. Depois veio o doutor Vilson. Mas não tinha médico permanente, isso só depois de 1970 que chegou o doutor Eduardo e o doutor Ernildo, daí eles ficaram nesse hospital velho. Depois o sogro dele construiu o hospital Medianeira, que não tem mais, onde hoje é o mercado da Lar. Diz que não deu mais certo com as irmãs, daí elas construíram lá onde estão hoje. Começou a melhorar, mas até que eu tive os meus filhos se precisasse de médico tinha que ir para Cascavel e sem estradas. Tinha um jipão em Medianeira, mas não adiantava. Me lembro que deu uma febre muito alta no Carlos, meu filho, em 1965, aí eu fui a pé com ele para Medianeira, ele não tava nada bom, aí eu fiquei com medo, de noite mandei um táxi buscar o pai dele, quase morreram de susto quando viram o táxi que chegava, porque não tinha telefone, eu ia fazer o que?⁷⁸

As dificuldades de acesso às informações e aos meios de comunicação foram destacados na fala abaixo:

⁷⁷ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

⁷⁸ - Idem.

Olha no ano 1975 o meu pai faleceu, no Rio Grande e um amigo nosso de Foz do Iguaçu avisou, minha mãe faleceu no dia 6 de janeiro de 1975 e esse senhor pegou o carro e veio aqui em casa, que o meu irmão tinha ligado para Foz do Iguaçu porque a mãe tinha falecido de repente. Daí ele veio avisar, gente boa, daí depois um dia ele falou que vinha aqui passear, daí a gente carneou um porco e deu a metade para ele, mas ficou muito faceiro. Então, por isso que eu tenho essa data, no fim do ano, ali por outubro, em Medianeira veio telefone, no ano 1975. Não tinha comunicação. O rádio os primeiros anos nós escutávamos a rádio Guaíba, lá do Rio Grande, mas o rádio era tocado a bateria. Então tinha que escutar só um pouquinho, a hora do repórter Esso e depois tinha que fazer economia da bateria [risos]. A luz era lampião. Geladeira não tinha. Só que aquele tempo era assim.⁷⁹

Em contraposição a fala acima, apresenta as dificuldades do cotidiano:

Então, não é assim que era só morte né? Tinha sinais muito bom, tinha coisas boas também. Só que sofrido, tomar banho na gamela, lavar os pés no rio e lavar roupa no rio, assim sabe. De noite quando tinha que fazer um chazinho, ou alguma coisa, tinha que acender o fogo do fogão a lenha ou cobrir as brasas. Depois mais tarde eu aprendi, daí eu acendia aquela lamparina em baixo de uma latinha e botava aquele copinho dentro, em banho maria, para esquentar a mamadeira, o chazinho. Cada um com o seu jeito, mas a gente se virava.⁸⁰

Sobre a existência de um ambiente de tensão, onde colonos (trabalhadores rurais) e posseiros (ocupantes de uma área de posse, sem regularização) viviam sob constantes ameaças de desocupação por parte de jagunços (homens contratados e pagos a mando de alguém) sob argumentos que eram intrusos. A possibilidade de ocorrer uma revolta era eminente. Então, resolveram se preparar.

A gente não sabia nada, mas o povo lá já estava se preparando, alguma coisa tinha, só que eu não posso te afirmar. Porque nós sempre fomos pessoas neutras, a gente sempre gostou que as coisas fossem em paz, a gente sempre ignorou tudo. Mas eu me lembro que eles se armaram muito bem e eles sabiam que ia acontecer porque fizeram covas no mato, tocaia, mas só que nós aqui não sabia. Porque nós aqui e eles lá é que nem nós aqui e São Paulo, porque a gente não se comunicava, só se ia a cavalo. Mas

⁷⁹ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

⁸⁰ - Idem.

fica quieta, São Paulo ainda é mais fácil porque tu pega um avião em uma hora e pouco tu tá lá [risos].⁸¹

A neutralidade, na narrativa da entrevistada, aparece como uma estratégia diante dos acontecimentos, “a gente sempre ignorou tudo” e “sempre fomos pessoas neutras”. A neutralidade também se traduz numa posição política, que neste caso foi à escolha, e parece ter surtido efeito, ao menos na visão da entrevistada. Ao mesmo tempo esse posicionamento é uma síntese do processo.

A organização da vida social, os espaços comunitários e de como ocorria o comércio, enfim, como foram se constituindo relações sociais de produção e de um mercado, aparecem descritas ricas em detalhes. “Me lembro”, conta Santa,

... que quando nós chegamos o Genuíno Benini estava puxando as linhas para fazer o começo, onde hoje é o Bar da Joice, ali eles começaram com uma bodegazinha e para o lado de lá, onde hoje é a Loja Estrela, o Mansueto Carrer tinha uma casinha, daí ele começou a ir para Cascavel e trazer produtos para vender. Mas feijão, arroz, banha, essas coisas ninguém vendia. Era um pouquinho de sal, açúcar, roupa. O fermento era feito em casa e a farinha era levada no moinho o milho e o arroz era mandado descascar, então era assim, a gente tinha quase tudo. Leite, carne, ovo e a salada tinham. O querosene era comprado de lata e essa lata vazia servia para guardar a carne de porco frita, um pouco fazia salame, mas mais era frito. Se pelo menos a gente tivesse balde de plástico, porque aí era bem melhor, mas era lata que enferrujava, ficava aquele coisa, o balde de plástico naquela época já ia ser uma coisa moderna, mas olha que aí sim ia ser um eletrônico branco. [risos] Mas nem aquele não tinha. Nós tinha lona, mas essas de serrado, nem tinha de plástico. Foi sofrido, mas valeu a pena.⁸²

Na entrevista com Santina percebemos novamente o relato das dificuldades enfrentadas e importância dada ao sofrimento. Mas que ao se deparar com as lembranças do passado percebe que foi recompensador passar por tudo e atualmente estar morando no oeste paranaense.

Santina utiliza o termo “jaguncedo”, diante disso é necessário definir alguns termos e sujeitos presentes nesse processo histórico. O termo “jagunço” originalmente referia-se ao indivíduo que vivia de forma arredia, enfiado nas serras e

⁸¹ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

⁸² - Idem.

matas pelos interiores do Brasil. Ao longo da história brasileira esse termo foi sofrendo transformações, conforme as características de absorção social desses indivíduos. Encontramos a definição de “jagunço” como assassino (capanga), cangaceiro (bandoleiro) ou caboclo reduzido (aquele que se internou num reduto revoltoso - Canudos, Contestado), criminoso foragido ou qualquer homem violento contratado como guarda-costas por indivíduo influente (fazendeiro, senhor de engenho, político) e por este homiziado. Segundo o *dicionário informal*⁸³ “jagunço” é cangaceiro-homem que mata as pessoas por dinheiro, capanga.

O historiador Paulo Afonso Zarth, no livro *Os caminhos da exclusão social*, afirma que “colono” é um camponês imigrante ou filho de imigrantes europeus, enquanto “caboclo” se refere ao agricultor nacional, ou seja, nascido no país onde vive e seus pais também já nasceram aqui, com um modo de vida diferenciado do imigrante, se aproximando dos costumes e modo de vida do indígena. “Colono” se refere ao imigrante europeu ou aos seus descendentes, mas de origem não ibérica, com uma vida econômica melhor e ainda inserido no mercado, além de levar uma vida cultural diferenciada⁸⁴.

Em documentos e em relatos o termo “posseiro” é bastante utilizado. Com a definição de que é uma pessoa ou um grupo que vive em terras públicas ou em processo de privatização, ocupando pequenas ou grandes áreas de terra. Esses posseiros da Gleba Silva Jardim não possuíam documentos da terra que ocupavam, o que trazia dificuldades e constantes tentativas de expulsão da terra.

Sobre a questão da ocupação da terra Márcia Maria Menendes Motta, importante historiadora, aborda em o *Dicionário da Terra*⁸⁵ um tema tão importante que é o problema das lutas por terra no Brasil. Ao construir historicamente um processo de análise desses conflitos, ela contribui para a compreensão da luta contínua dos trabalhadores rurais. Em virtude disso, é importante conceituar grileiros⁸⁶, posseiros⁸⁷ e agregados⁸⁸, que são identificações com ideias diferentes, mas que também apresentam algumas aproximações significativas.

⁸³ - DICIONÁRIO Informal. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/jagun%C3%A7o>> Acesso em: 01 nov. 2016.

⁸⁴ - ZARTH, Paulo Afonso. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora Unijuí. 1998, p. 48.

⁸⁵ - MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

⁸⁶ - O termo *grilagem*, segundo Schreiner, designa a ação de apropriação e registro ilegal de terras através de escrituras de transferências de propriedades, recibos e outros, falsos. Ela conta, não raras vezes, com a

Grileiro é um termo que designa quem falsifica documentos para de forma ilegal tornar-se dono por direito de terras devolutas ou de terceiros ou ainda quem está na posse ilegal de prédio ou prédios indivisos, por meio de documentos falsificados. O nome grileiro vem do ato de colocar documentos de posse de terra em gavetas com grilo para que esse documento ganhe uma aparência velha, fazendo com que o fiscal de terra acredite realmente que aquele documento é verdadeiro⁸⁹.

O posseiro é a pessoa que possui a posse de uma gleba de terra, ou área de terra, mas não é o dono judicialmente, pois não possui documentação e registro em cartório que comprove ser de fato o dono. Como por exemplo, quem ocupa terras devolutas do Estado, sem registro e titulação em cartório. Os posseiros constantemente entram em divergências com os grileiros, pois como afirmam os posseiros, “o que os grileiros têm na verdade não são deles.”⁹⁰ A situação do posseiro é diferente da situação do grileiro, pois apesar de não ter em um dado momento a comprovação da posse, pode ter a posse legal, mesmo não sabendo disso.

O autor Francisco Paz, em seu livro *Cenários de economia e política – Paraná*, descreve aspectos de disputas e conflitos entre colonos e companhias

convivência de órgãos e pessoas responsáveis pela gestão do patrimônio público, de Cartórios de Registro Imobiliário e de órgãos governamentais. Depois de obter o registro no cartório de título de imóveis, o fraudador utiliza-se do mesmo expediente no Instituto de Terras do Estado, no cadastro do Incra e junto à receita federal. A obtenção destes registros torna a aparente legalidade mais consistente. A prática antiga de colocar os papéis falsificados em gavetas com grilos, para “envelhecerem”, deu origem à utilização do termo. O Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário e o Incra estão desenvolvendo um trabalho de levantamento da estrutura fundiária do país com o objetivo de identificar a falsificação de títulos de propriedade. Um primeiro resultado mostrou que a grilagem envolve 93.620.587 hectares. Cf. SCHREINER, Davi. F. *Entre a exclusão social e a Utopia: um estudo sobre os assentados rurais*. Curitiba: CRV, 2016. p. 43.

⁸⁷ - De acordo com Schreiner, o posseiro, como o agregado, trata-se de morador transitório: aquele que vive e trabalha em uma terra como se fosse sua, embora não tenha o título legal de propriedade e, assim, pode perder a terra a qualquer momento. O posseiro, diferentemente do agregado, não tem permissão do proprietário para morar e lavrar a terra e, em geral, ignora a situação legal da terra que ocupa, que pode não ter proprietário, ter proprietário, ou ainda, pode vir a ter proprietário. Cf. CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio bonito*. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982, p. 59.

⁸⁸ - Já o termo “agregado” como aquele que morava e trabalhava na fazenda. Sua relação de morada na fazenda lhe implica desempenhar tarefas para o fazendeiro e, ao mesmo tempo, produzir os seus próprios meios de vida. “Estar à disposição” do fazendeiro constitui o nexos fundamental que liga o agregado à dominação daquele. Trata-se de uma dominação que se estende sobre todo o tempo do agregado e sobre toda a sua família. “Trabalha-se para o fazendeiro para que se torne possível trabalhar para si próprio.” Cf. MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 84. In: SCHREINER, op., cit., p.44.

⁸⁹ - VACCARO, Gabriel. *Grileiros e Posseiros*. Disponível em:

<http://brilhantescaques.blogspot.com.br/2013/09/grileiros-e-posseiros.html>> Acesso em: 23 set. 2016.

⁹⁰ - Id. Ibid.

colonizadoras no sudoeste do Paraná, que são semelhantes às ocorridas na ocupação da Gleba Silva Jardim:

Não obstante a exploração política do conflito direto entre colonos e companhias colonizadoras, convém lembrar, no entanto, que a interferência explícita de grupos aliados, de ambos os lados, se dá no clímax da luta e não na emergência das estratégias de resistência dos colonos. Essas estratégias se desenvolveram no interior do processo de luta pela terra, resultantes da emergência da organização coletiva em torno de interesses comuns. Isso só foi possível pela existência de um contexto de perda de eficácia dos mecanismos políticos de dominação/subordinação de classe, tornando as contradições mais explícitas e desenvolvendo a solidariedade interna entre os camponeses do Sudoeste do Paraná. Em outras palavras, o que se quer enfatizar é que foi justamente a emergência da organização coletiva dos camponeses que transformou a disputa política latente em conflito político manifesto. Esta disputa, antes de ser uma disputa ideológica, era uma disputa econômica, fundamentada na função decisiva que o grupo dirigente-dominante exercia no núcleo essencial da atividade econômica. O que efetivamente estava em jogo eram grandes interesses econômicos e políticos manifestos na região, na transformação da terra em mercadoria.⁹¹

O autor ao afirmar que a organização coletiva dos colonos, ou seja, em grupo ou comunidade, transformou a disputa política em conflito político. Se refere ao fato de que a união desses agricultores e a luta pela terra acabaram transformando o contexto social vivido e a batalha judicial virou uma luta armada. Valério Rockenbach⁹², ao lembrar sobre a revolta, acabou chorando. Depois de conter o choro disse o que segue na fala abaixo.

Me lembro que sentimos muito medo e que na noite anterior ao dia da revolta dormimos no mato. Medo que o pessoal ia vim e tirar os moradores de lá, porque eles se interessavam na terra e tinham várias escrituras falsas. Era terra de posse e os colonos não tinham escritura. Queriam se aproveitar disso para se apossar da terra de toda a Gleba Silva Jardim.⁹³

Debatemos sobre essa questão de quem eram essas pessoas e Valério disse que eram os políticos e que tinha um governador naquele tempo no Paraná (Ney

⁹¹ - PAZ, Francisco. *Cenários de economia e política – Paraná*. Curitiba: Prephacio. 1991. p. 17.

⁹² - ROCKENBACH, Valério. *Entrevista* concedida a Franciele M. Bard Andrade. 10/06/2016.

⁹³ - Idem.

Braga). O que nos remete ao processo de regularização explicado no livro *O Paraná Reinventado – Política e Governo*.⁹⁴ Segundo avliação dos autores, enquanto os governos de Moysés Lupion (1947-1950 e segundo mandato entre 1956-1960) e de Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-1955) caracterizavam-se por um discurso sobre a necessidade da ocupação do território e por um conjunto de práticas voltadas à disciplinarização e higienização de uma nova população, os governos de Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1965) e Paulo Cruz Pimentel (1966-1971), apontam também para outros discursos e práticas que recobrem anteriores intersecções sobre a população, ao mesmo tempo que criam novas.

A faixa oeste do território paranaense, já na década de 1960 havia sido ocupada, por moradores motivados pelos movimentos populacionais organizados, ou ainda pela saída dos seus Estados de origem, como do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em busca de condições melhores em outra região e até em outro Estado. A pessoa que se deslocou para o Paraná, a partir desse momento, passa a ter um outro olhar dos governantes, pois com essa mudança passa a pertencer a outro grupo social, com importância, para quem estava no poder, por ter características vistas como ideais para ocupar essa região ainda pouco habitada.

Durante os governos de Bento e Lupion, os migrantes receberam destaque, principalmente os vindos da região Sul do Brasil, pois pertenciam a um grupo fundamental para o desenvolvimento do estado do Paraná. Conheciam, tinham prática e experiência para lidar com a terra, já adquirido anteriormente e o viviam em pequenas propriedades, seguindo o modelo que os governantes queriam implantar aqui. Tornaram-se figuras importantes nesse processo de ocupação e colonização. Já nos governos seguintes, de Ney Braga e Paulo Pimentel, essas ideias mudaram. Com a crescente industrialização e mecanização agrícola as práticas e interesses de governo eram outros e esses elementos tornaram-se indesejáveis. Alegando que a pequena propriedade ia contra o processo de industrialização e as necessidades de um Paraná em contínuo desenvolvimento, nesse período os migrantes passaram a ser identificados como:

⁹⁴ - MAGALHÃES, Marionilde Dias B. *O Paraná Reinventado: Política e Governo*. Série Pesquisa IPARDES- Fundação Edison Vieira. Curitiba, 1989.

Elementos originários dos Estados Sulinos que, sem documentação alguma se estabelecem desordenadamente na terra, motivam tensões provenientes da disputa com relação ao domínio, provocando, muitas vezes, a formação de minifúndios prejudiciais ao progresso das áreas atingidas.⁹⁵

Ney Braga assim, como Paulo Pimentel, segundo os autores, acusavam os governos anteriores dos problemas de titulação de terra, resultado de administração equivocada em alguns momentos e, possivelmente, até corruptas em outros. Segundo Ney Braga:

Na ânsia de agradar amigos e subverter consciências de manter posições, a administração anterior ultrapassou tudo o que se possa imaginar. O que foi feito na titulação de terras devolutas no Paraná é verdadeiramente espantoso.⁹⁶

Os governos Bento Munhoz da Rocha Netto e Moysés Lupion não conseguiram resolver os problemas e questões dos conflitos de terras. Em virtude disso, os governos Ney Braga e Paulo Pimentel apontaram a legalização das terras do oeste e sudoeste como caminho para resolver e pediram a revisão dos títulos expedidos. Utilizando dessa prática, Ney Braga afirmou que o Paraná antecipou-se à reforma agrária⁹⁷.

Segundo Valério, as pessoas diziam que esse governador assinou documentos como se permitisse a ocupação da terra. Disse que não sabe quem ganhou com isso, mas quem enfrentou os colonos na revolta foram jagunços vestidos de policiais. Algumas pessoas comentavam que eram pessoas que eles pegavam das cadeias e vestiam a farda. Se de fato eram ou não policiais até o presente momento não podemos assegurar, segundo relatos não eram, já no inquérito policial consta que eram policiais e inclusive até o nome destes. Sobre o número de mortos, Valério disse que foram doze ou treze pessoas, daqueles que vieram lutar contra os colonos e um colono também perdeu a vida.

⁹⁵ - MAGALHÃES, *O Paraná Reinventado: Política e Governo*. Op. cit., p. 149.

⁹⁶ - Id. Ibid. p. 43

⁹⁷ - Idem.

Sentimos ameaças porque teve um tal de Pereira, ele foi preso, levaram para Jardinópolis, fizeram ele fazer uma entrada de carro para um escritório, que funcionava em uma casa de madeira alugada. Ele teve que cavoucar lá o dia inteiro, os jagunços fardados de policiais fizeram isso com ele. Os colonos tinham medo porque poderiam ser policiais de fato, mas depois desconfiaram que eram jagunços. Naquela noite que soltaram ele, Pereira disse ou nós vamos lutar ou vamos perder todas as nossas terras.⁹⁸

Nesta hora novamente apareceu o choro na fala de Valério ao recordar o que viveram. Percebemos também que o medo tomava conta da vida dessas pessoas. Segundo ele, sabiam que teriam que agir, pois estavam pressionados e ameaçados. Em outros relatos também ficou evidente o que aconteceu com esse morador Pereira, citado na fala acima e que isso impulsionou a ação desses colonos, pois já viviam em um ambiente de tensão. Para eles essa pressão e ameaça feita serviu para mostrar que o tempo era curto e que a resposta ao que fizessem era certa.

Seguindo a narrativa, Valério falou que antes do conflito os colonos estavam trabalhando tranquilos. Perguntei se já havia tensão e ele me relatou que a terra era de posse e eles sabiam, mas tinham comprado de pessoas que eles achavam que eram os donos reais. Porém, depois começaram a surgir alguns boatos que tinha um pessoal interessado naquela gleba e com o tempo foram surgindo essas pessoas. Apareciam com documentos alegando que a terra era deles e queriam tomar aquela terra dos colonos.

Quando perguntei como Valério vê os dias de hoje em relação aquele tempo da ocupação ele me disse que aquela região de Serranópolis do Iguaçu foi medida pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) que hoje é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os colonos ajudaram a pagar o trabalho dos agrimensores, que, segundo ele, não era muito dinheiro. Todos mandaram medir suas terras e por isso atualmente possuem o título. A terra está legal, como propriedade da pessoa que fez o pedido desse documento e pagou a medição ao INCRA. Relatou que isso foi um pouco depois da revolta, no ano de 1967 que começaram as medições, mas demorou um pouco até que todos tivessem a terra legalizada.

⁹⁸ - ROCKENBACH, Valério. *Entrevista* Citada. Infrapolíticas: tornam público com a fala e depois com o movimento.

Como forma de seguir com a entrevista, instigamos as lembranças, mas sem direcionar ou dar rumo à conversa, então Valério recordou outro fato:

Nós ainda era novo, eu e meu irmão mais velho, o Mandio [Amandio], nós gostava de matar passarinho, caçar com espingarda. Aí nós tinha uma espingardinha trinta e dois, de calibre fino e nós queria ir na revolta, matar jagunço [risos]. Eu acabei não indo, não participei do confronto armado, mas meu irmão foi um dia lá para fazer espera, porque pensavam que eles iam invadir a terra logo. Fizeram espera um dia desses em uma ponte, logo abaixo de onde hoje é a Lar⁹⁹, naquela estrada que vai para Palmital [linha no interior do município de Serranópolis do Iguaçu]. Pensaram o seguinte, nós vamos dar uns tiros neles e o jipe deles desgoverna e cai dentro do rio lá e daí nós vamos matar o restante. Fizeram espera naquele dia lá e não apareceu ninguém. No outro dia eles pensaram diferente, vamos lá em cima trancar a estrada que vai de Flor da Serra para Jardinópolis. E aí eles trancaram com umas toras bem grossas de peroba e apareceram uns homens lá, um jipe cheio de policiais disfarçados. Quando esses jagunços apareceram eles mataram uma meia dúzia ali, que vieram com o jipe.¹⁰⁰

Depois que me narrou o ocorrido acima perguntei – Ou matavam ou perdiam a terra, foi visto dessa forma? É lógico, vamos defender as nossas famílias – foi a resposta de Valério. Perguntei se foram muitos disparos durante a revolta, disse-me que sim, que de casa escutavam os tiros e que foram vários.

Com a fala do entrevistado podemos perceber como eram os comentários na época, pois se as crianças e adolescentes queriam brincar de “matar jagunço” é porque as pessoas já comentavam que existiria a necessidade de matar, se fosse preciso, para permanecer na terra e defender a família e a propriedade. Percebe-se uma lembrança engraçada, a ironia pelo tom da voz e semblante, de um momento

⁹⁹ - Cooperativa Agroindustrial Lar, nessa localidade possui silos e atua como uma unidade de recebimento de grãos, como: soja, milho e trigo. Também funciona como comércio de sementes e insumos, com importante participação na região Oeste do Paraná. Utilizando da produção de pequenos, médios e grandes produtores rurais para exportar o produto e com essa prática obter lucros, que a cada ano são maiores. Inicialmente foi fundada com o nome Cooperativa Cipal, no município de Missal-PR, então Distrito Administrativo de Medianeira-PR, com o passar do tempo e as condições ruins da estrada que liga Missal a Medianeira (rodovia PR-495) foi transferida para Medianeira, recebendo o nome Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda –Cotrefal e mais recentemente mudando para Lar e com isso deixando de ser agropecuária para ser agroindustrial. Para saber mais sobre a Cooperativa Agroindustrial Lar ver a dissertação de FAGNANI, Lucineia. *Trabalho e trabalhadores na avicultura: experiências de operários na unidade de produção de pintainhos*, Cooperativa Agroindustrial Lar (2006-2013). 2014. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

¹⁰⁰ - ROCKENBACH, Valério. *Entrevista* Citada.

bom, de um tempo com tantas recordações tristes, que nos fizeram parar várias vezes durante a entrevista. Outra questão que é possível perceber mais no final da fala do entrevistado é a necessidade de enaltecer o sofrimento, a persistência e por fim a vitória no combate.

Esperamos até Valério se recuperar para poder continuar o relato, mas dessa vez foi devido aos risos. Seguiu contando que naquela época a morada era parecida com a que tinham no Rio Grande do Sul, mas que a casa era um galpão, metade para morar e a outra metade para guardar a carroça. Mesmo com as dificuldades enfrentadas, ainda acharam melhor morar aqui.

Outro relato sobre a ocupação é de Edite Locks e Nelson Locks¹⁰¹. Ficamos sabendo do interesse de Edite e Nelson Locks em relatar as suas trajetórias de vida, através de sua filha Cleusa Locks, pois trabalhamos juntas no Colégio Estadual do Campo Pedro Américo, em Serranópolis do Iguaçu. Com o número de telefone da casa deles combinamos por telefone o dia da entrevista. Edite preferiu vir até a nossa casa, informamos o endereço e então no dia 16 de outubro, em um domingo à tarde foram para Medianeira.

Quando chegaram começamos a conversar, perguntei-lhes de onde vieram e a idade. Edite disse que tem sessenta e nove anos, é natural de Criciúma, Santa Catarina, mas que se mudaram para Itapiranga, também no estado de Santa Catarina, onde os seus pai Davi Back e Petronila Back montaram uma serraria e um moinho, que de lá vieram de mudança para o Paraná e aqui novamente abriram a serraria no município de Serranópolis do Iguaçu.

Foi contando como vieram para o oeste do Paraná e como souberam daqui, disse-me que teve gente que veio para cá e foram de volta para Santa Catarina e contaram como era e então seu pai veio ver, gostou e quando voltou já vieram de mudança, a família toda com onze filhos. Trouxeram também os “peões” que trabalhavam para eles e moravam junto. Vieram para trabalhar na serraria.

O que motivou a vinda para cá, segundo Edite foi a busca por condições melhores e o que atraiu aqui foram as madeiras, tirava bastante madeira para a serraria. Porque lá em Itapiranga já era cidade e já não tinha mais quase nada de

¹⁰¹ - LOCKS, Edite; LOCKS, Nelson. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade. 16/10/2016.

madeira e aqui tinha bastante no final do ano de 1960, quando chegaram. Relatou também como era quando chegaram,

Aqui era tudo mato, não tinha quase nada, era assim, tinha um hotel para pousar, mas era bem fraquinho né? Mercado também era tudo muito fraco. Não tinha quase nada. Naquela época o meu pai tinha a serraria, não tinha, não existia motosserra, nem caminhão, ia de carroça e boi e era nós que serrava as toras, tinha que ajudar o pai a serrar. Nós que trabalhava, tinha cada torona, assim grande [fez gesto com as mãos] e levava para a serraria para serrar. Naquela época ainda tinha as toras, mas depois sim, aí tinha caminhão, motosserra, aí ficou melhor.¹⁰²

Sobre a terra onde moravam, perguntei se também era de posse, mas ela disse que não, que onde compraram já tinha escritura. Que seu pai não comprou muita terra, era uma chácara e duas quadras, mas na vila de Flor da Serra e a terra de posse era em Jardinópolis onde o Nelson morava, disse-me que sua família chegou meio ano antes aqui. Sobre os primeiros anos aqui, disse que até foram tranquilos em vista do que tinham.

A mãe trouxe bastante coisa, tudo para comer junto, ela tinha medo de passar fome, com os filhos tudo pequeno, tinha uma família grande, com onze, não, nós viemos em dez, porque uma nasceu depois, aqui né? A minha irmã, a Neuza, nasceu aqui. A mãe teve ela com quarenta e dois anos e quando deu aquela revolta a mãe tava grávida já, com ela, bem no comecinho da gravidez [percebe-se uma preocupação, medo e admiração por tudo que passaram, pela fala e semblante da entrevistada]. Nós tínhamos muito medo. A revolta foi bem ali onde que era a prefeitura antes, agora é a delegacia. Tinha dois tios meus que estavam junto na revolta e atiraram. Porque um dia antes veio um jipe cheio de policial lá e diz que queriam se adonar da terra e os colonos não deixaram né? Aí atiraram atrás do jipe e outro dia veio um monte de policial e aí sim que deu uns tiroteio. A terra que eles queriam se apossar é onde hoje é Jardinópolis, linha Boa Vista, Palmital, Bananeira, tudo aquilo lá pra baixo, era na gleba Silva Jardim, não era Serranópolis inteira, a divisa é onde hoje é a delegacia, pra lá era terra de escritura, só pra baixo que não. Flor da Serra foi colonizado pela Bento Gonçalves, ali era tudo escritura. Só que terra melhor era tudo pra lá, a gente vê né.¹⁰³

¹⁰² - LOCKS, Edite. *Entrevista*. Citada.

¹⁰³ - Idem.

Sobre as ameaças quando chegaram aqui, Edite e Nelson relataram que no início não haviam ameaças, mas no dia da revolta sim. Edite disse que a revolta foi em um domingo ao meio-dia, quase uma hora da tarde e que a casa deles encheu de gente.

Meus tios estavam junto com os colonos porque também tinham terra de posse. Aí as famílias tudo hospedadas lá na casa da mãe. Nós fazendo comida pra tudo aquele povo lá. Daí quando começou o tiroteio muitos colonos queriam se esconder dentro da nossa casa e se esconderam lá. Me lembro que a mãe do Nelson, minha sogra, passou tanto medo, muito medo, porque eles já moravam lá e via todo aquele movimento. Ela estava grávida e perdeu, perdeu gêmeos ainda. Ela estava grávida de gêmeos e perdeu por causa do susto né? [o espanto e a tristeza nesse momento tomam conta do semblante do casal]. Imagina como que ela ficou. Aí na revolta foi matado um colono e daí eu acho uns cinco ou seis policial. Eu sei que nós era quase criança, eu tinha quatorze anos, nós fomos correndo até na estrada principal para ver o jipe cheio de gente assim e o sangue corria. Levamos um susto porque nunca tinha visto nada assim. Diz que tinha alguém que queria se adonar daquela terra lá e aí todo mundo já comprou, haviam pago, só não tinham escritura. Foi feio aquilo ali, deu um susto feio. Sei que os parente lá em Itapiranga, Santa Catarina, ficaram tudo bem assim já com medo. Nós era para voltar. Ficaram tudo sabendo, porque foi bem noticiado na época. Foi uma revolta bem feita, eu sei que nós se escondemos tudo dentro de casa e aquilo assobiava bala, que medo. Já pensou se fosse hoje em dia acontecer uma dessa a gente já ia ficar com medo, imagina naquela época. O Nelson ainda, ele e o Pedro, irmão dele, foram a pé até lá em Flor da Serra, queiram olhar o movimento, ganharam um “xingão” da polícia. Não podia, era arriscado. Falaram assim: “O seus fingido, querem que vamo bater em vocês? Vocês foram em casa se trocar de roupa e vieram aqui, vocês são uns fingido”. Eles lá só de curioso, nem podiam participar, eles eram um piá novo, ele acho que tinha uns dezessete ou dezoito anos, ele e o Pedro. Muita gente ficou aqui, mas muita gente também vendeu a terra e foi embora de medo, depois da revolta.¹⁰⁴

Edite relatou que as pessoas falavam que na polícia tinha jagunço junto, mas disse que ela não sabia, porque eram policiais. Nelson não se manifestou. Sobre a expulsão da terra Edite falou que eles não foram expulsos e nem se sentiram intimidados porque a terra deles não era de posse. Nelson disse que a terra do pai dele era de posse, mas que também não foram expulsos.

¹⁰⁴ - LOCKS, Edite. *Entrevista*. Citada.

Era de posse, mas não fomos expulsos. Nem pensamos de sair ou voltar. Depois de um tempo foi mandado medir as terras. Quem mandou foi o Ney Braga, o governador na época. Cada um pagou e ganhou aquela quantia de terra.¹⁰⁵

A rotina de trabalho no começo segundo eles foi um pouco difícil devido à mudança. A família da entrevistada trabalhava toda na serraria e no moinho, que aqui instalaram. Já a família do entrevistado trabalhavam na lavoura.

Era puro mato, quando nós chegamos tinha pouca casa, poucas famílias. No interior tinha mais gente e hoje já é diferente, muita gente já vendeu a terra. Aqui tinha três serrarias, a do pai dela, a do Bloemer e a do Basso. Mas o “véio” Basso veio depois da revolta, acho que em 1963. Ele comprou terra de um cara que tava metido com os caras lá, com os jagunços, falavam que eram policiais, mas não sei, isso era coisa de um coronel de Cascavel, que mandava, devia de tá ganhando alguma coisa em cima. Às vezes era até eles que queriam as terras né? Mas era um tal de Elias Ross, que saiu fugido, foi morar no Portão do Ocoy, depois nunca mais vi ele, mas hoje acho que é falecido. Tinha um filho dele que era padre e não sei se tinha outros filhos. Mas aqui na época tinha muito mato. Aqui tinha bastante peroba e é uma madeira boa, mas ninguém dava muito valor, naquela época. Depois compravam bastante madeira até do Paraguai e venderam um tempo também. Antes da revolta já se suspeitava que ela ia acontecer, porque veio um pessoal com documento, dizendo que eram donos e queriam se apossar da terra. Mas eles queriam se adonar porque não eram dono. Não sei como conseguiram esses documentos, acho que era tudo falso. O pai comprou uma área grande de terra, mas tudo de posse. Nós também tínhamos uma família grande, de onze irmãos. Viemos no começo de 1960. Começamos a plantar aos poucos. Tinha muito título da mesma terra, como que não ia dar confusão, igual acontecia no Mato Grosso e acontece muito no Pará, um compra a terra e chega lá e já tem dono.¹⁰⁶

Edite completou a fala de Nelson. Ela relatou sobre a vinda para o oeste do Paraná, instalação quando chagaram aqui e a moradia, como se organizaram, diante da situação que encontraram,

O que a gente lamenta ainda hoje é o parque, aquela estrada lá, podiam abrir para os colonos passar, nós viemos tudo por ali. Era tudo estrada de chão, de Itapiranga até aqui, foi uns quatro dias de viagem. De caminhão, junto com a mudança, foi sofrido. Nós

¹⁰⁵ - LOCKS, Nelson. *Entrevista*. Citada.

¹⁰⁶ - Idem.

trouxemos junto vaca de leite, tudo o que podia. No começo foi bem difícil, até ter tudo. Nós tivemos primeiro uma casinha bem pequeninha para mora. Aí construíram uma casa bem grande de madeira, aí foi cerrado as madeiras e fizeram a casa. Foi uma casa bem confortável que o pai tinha. O pai nunca deixou faltar as coisas, isso nunca teve crise. Nós não podemos dizer isso, tinha uma família grande, mas nunca faltou.¹⁰⁷

Segundo a historiadora Nívia Maria Bogoni Grapiglia, o Parque Nacional do Iguaçu, mais especificamente o Caminho do Colono ou Estrada do Colono, como ficou popularmente conhecida, traz um importante papel social na vida dos moradores da região Oeste do Paraná. Pois, como afirma Edite Locks, na fala acima, é algo lembrado até hoje por grande parte da população de Serranópolis com saudosismo, de uma facilidade de acesso da região Oeste à região Sudoeste do Estado, ofertada anteriormente e que hoje não acontece mais.

O Caminho do Colono caracteriza-se por um percurso de aproximadamente dezoito quilômetros que corta o Parque Nacional do Iguaçu (PNI), entre os municípios de Serranópolis do Iguaçu e Capanema [...]. A denominação Caminho do Colono passou a ser utilizada no ano de 1997, ano que ocorreu a reabertura da estrada a partir da ocupação promovida por representantes políticos e pela população local. Essa ocupação tinha como proposta transformar a até então Estrada do Colono, denominação utilizada desde o ano de sua abertura oficial 1954, em um caminho, adequando o seu uso às novas exigências ambientais. Nos últimos anos esse percurso tornou-se palco de diversos conflitos, opondo sujeitos, entidades e instituições sociais. De um lado, os que defendem a continuidade do fechamento do caminho e, de outro, os que se posicionam pela abertura do mesmo.¹⁰⁸

A referida Estrada, como vemos acima, foi palco de disputas pela sua abertura, de um lado, e de outro pelo seu fechamento, opondo parte da população de diversos municípios e ambientalistas/órgãos do Estado. A Estrada do Colono foi aberta, segundo registros, em 1954, possibilitando a passagem das famílias que vieram morar no Oeste do Paraná, porém no ano de 1986 foi fechada. Nessa condição permaneceu até o ano de 1997, quando houveram diversas mobilizações, inclusive com moradores acampando as margens da rodovia PR 495 que dá acesso ao início da Estrada que corta o parque. Queriam a reabertura, o que ocorreu,

¹⁰⁷ - LOCKS, Edite. *Entrevista*. Citada.

¹⁰⁸ - GRAPIGLIA, Nívia M. B. *Participação das mulheres no movimento pela reabertura do caminho do colono (1986-2013)*. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, p.8. 2013.

permanecendo assim até 2001, quando foi fechada novamente e a balsa que fazia a travessia do rio Iguaçu foi afundada, pondo fim nas esperanças de reabertura e encerrando o conflito¹⁰⁹. Atualmente, ela se encontra fechada e a passagem encontra-se impossibilitada por cercas. A mata já ocupou o lugar por onde antes passavam veículos de várias localidades pela facilidade do acesso ao sudoeste do Paraná e por diminuir os quilômetros percorridos na viagem.

Edite lamenta ao fechamento da estrada pela facilidade de acesso ao Sudoeste do Paraná, no entanto, também destaca o tempo de estudo. Apesar do contentamento pelos negócios da família estarem progredindo, por outro lado, ela observa, recorda e lamenta não poder continuar estudando.

Deu certo os negócios aqui também. Só aqui eu já não fui mais na aula, que lá eu ia, porque aqui já não tinha mais né? Tinha escola, mas só até o terceiro ou quarto ano, daí não estudei mais. Mas nós tinha que trabalhar, a gente sempre viveu lutando, trabalhando. Lá em Itapiranga eu podia ter estudado, mas tinha que sair de casa, nós morava no interior e só tinha na vila, dava uns doze quilômetros. Três irmãs minhas vieram morar para cá, mas enfrentaram, uma saiu de casa, estudou, fez faculdade, ela é professora aposentada. A que faleceu também estudou e essa mais nova também. Daí o resto já trabalharam, porque todo mundo não podia estudar. Eu tinha um pouco de receio de parar fora de casa, na casa de outros e faz anos né? ¹¹⁰

Sobre suas lembranças destacou como principal o dia da revolta. Percebemos em sua fala o medo, a tristeza, os traumas daquela situação vivida, diante de tudo que presenciaram, por ser, segundo ela, algo inesperado. Recorda que seu pai não participou do confronto por não ter terra de posse, tinha escritura e, portanto não estavam sofrendo ameaça direta, mas acabaram se envolvendo pela proximidade com os outros colonos, como relata abaixo:

O que eu mais me lembro disso tudo é do dia da revolta, dia dois de julho de 1961, nós já estávamos quase um ano aqui, porque chegamos em novembro de 1960, eu sei que nós tinha que ficar dentro de casa, bem quietinhos, só rezando e chorando de meio dia.

¹⁰⁹ - Cf. GRAPIGLIA, Nivia M. B. *Participação das mulheres no movimento pela reabertura do caminho do colono (1986-2013)*. Op. cit., p. 8.

¹¹⁰ - LOCKS, Edite. *Entrevista*. Citada.

Não sabia quem podia morrer. Meu pai não estava junto, mas tinha dois tios meus e o resto era tudo conhecido porque morava pouca gente ali. Eu acho até que esses meus tios depois tiveram que prestar depoimento pra polícia, daquele inquérito que foi aberto. O meu pai ia visitar aquele Rockenbach que foi preso, porque foram no hospital, que um deles tinham se machucado, tinha pegado um tiro de raspão, levava comida para ele, lá na cadeia em Foz. Porque ele e o pai se davam muito bem, eram amigo e era cliente do pai. O pai não participou da revolta porque não tinha terra de posse, então não tinha medo de perder, nem ameaça. Mas nós passamos muito medo, eu sei que a mãe chorava e queria voltar, mas o pai não quis por causa das madeiras, que aqui tinha bastante. Eles não ficam com tanto medo, igual a gente. Ela por estar grávida, durante a revolta, já fica mais abalada e teve a última filha com quarenta e dois anos. Mas pelo menos teve, a mãe do Nelson que foi pior porque perdeu os gêmeos. Foi muito triste viver tudo aquilo.¹¹¹

Nessa direção, como se vê nas falas de Edite e Nelson, havia muita ameaça que faziam com que esses moradores ficassem com medo e permanecessem dentro de suas casas para defender suas vidas. Tudo isso nos força a refletir melhor o caráter da revolta e seus impactos, o que faremos no segundo capítulo.

¹¹¹ - LOCKS, Edite. *Entrevista*. Citada.

CAPÍTULO 2

“Na encruzilhada”: pequenos posseiros na luta pela terra

2.1. O confronto armado...

O confronto ocorreu em uma encruzilhada, nas estradas que davam acesso de um lado a Linha Pinheirinho, do outro lado as Linhas Palmital e Boa Vista. A estrada bloqueada pelos agricultores com uma árvore de peroba. A referida estrada dava acesso de Medianeira a Capanema, onde hoje é a antiga prefeitura, entre os bairros de Flor da Serra e Jardinópolis.



FIGURA 5. Localização da “Encruzilhada” onde ocorreu o confronto armado.
Fonte: <http://www.serranopolis.pr.gov.br/municipio>

A narrativa de Valério Rockenbach nos fornece elementos importantes de como transcorreu o confronto direto entre posseiros e as forças armadas, supostamente policiais. Era início do dia 2 de Julho de 1961.

Primeiro atacaram o jipe, só que o motorista do jipe não foi morto, não se sabe o paradeiro, porque ele estava se escondendo atrás de um barranco, daí eles viram que ele não tinha farda e não atiraram nele. Identificaram que não era policial, ou melhor, não era jagunço. (...). Mataram aquelas pessoas do jipe, esse jipe não era deles. Era de um cara que vinha lá do lado de Medianeira, era um jipe clandestino, que era de uma outra pessoa que morava em Capanema. Daí ele [o motorista] não sabia o que estava acontecendo e vinha trazendo eles de carona. Quando chegaram em Flor da Serra eles tinham trancado a estrada com toras de peroba. Aí se obrigou a parar, daí os policiais tinham aberto a túnica, mostrando a camiseta branca [percebe-se admiração na fala pela atitude narrada]. Aí os colonos falaram: “não atire, é uma família”. Mas, aí começou a aparecer os canos das armas, dos fuzis para fora da janelinha do jipe. Daí um deles falou, atire porque são policiais ou jagunços. Aí começaram a atirar e mataram quase todos. Um deles não, ele saiu correndo atrás de um barranco que tinha, de lá foi correndo até Jardinópolis e de lá avisou um reforço que tinha.¹¹²

Entretanto, salienta Valério “O mais grosso veio depois”. Foi então que, em dois de julho do ano de 1961, sabendo que a polícia viria, os pequenos proprietários se uniram e ficaram esperando preparados para o combate. Conforme relatou sua irmã Marcela Rockenbach, em entrevista concedida ao professor Leonir Olderico Colombo, no dia 7 de dezembro de 1998:

Formou-se um grupo e, no sábado bem cedo, esses colonos, e meu pai também estava junto, foram até uma ponte da estrada que dava acesso até a Esquina Represo [...] os colonos desmancharam a ponte e se esconderam atrás do barranco do riacho, para quando o carro viesse com os inimigos, pudessem se defender [...] achavam que as espingardas eram armas muito simples para atacar gente que tinha fuzil, por isso se esconderam atrás do barranco. Realmente, no sábado, eles vieram. Quando chegaram perto do riacho, perceberam que a ponte estava desmanchada, pararam o carro e as pessoas foram para fora do jipe e, nisso, os colonos começaram a atirar, mataram um e os outros conseguiram fugir e o carro ficou ali.¹¹³

Quando houve esta reação, os moradores sabiam que haveria revanche e estavam preocupados com as ameaças feitas às mulheres e crianças, mesmo assim não fugiram da luta pela terra, porque entendiam ser sua por direito de compra. O que desencadeou o conflito armado foi a ameaça feita pela polícia ao morador José Pereira, que segundo relatos, além de ser preso foi obrigado a comer fezes de

¹¹² - ROCKENBACH, Valério. *Entrevista*. Citada.

¹¹³ - Cf. COLOMBO, *Memória: documentos sobre a revolta de 61*. Op. cit., p. 195.

animais e tomar a própria urina¹¹⁴. Provocações foram feitas. Segundo relato, um sargento falou no meio dos posseiros: “Aqui vai sobrar viúva pra fazer sabão. Para eu matar um homem, é que nem matar um mosquito”¹¹⁵.

Segundo Colombo, em fins de maio de 1961, financiado pelo governo do Estado “um avião monomotor sobrevoava a Gleba, soltando panfletos com os seguintes dizeres: “O pagamento da terra em três dias, ou serão despejados”. Diante desses fatos acima narrados os colonos sentiam que algo deveria ser feito. Um monomotor para a época não representava pouca coisa, o que nos leva a alguns questionamentos.

Ao que parece, esses colonos nunca haviam pensado em agir com armas, mas os intrusos precisavam ser expulsos e então se organizaram:

a) Acima de dezesseis anos, todos os homens deveriam participar; b) As pessoas idosas eram encarregadas de cuidar das casas; c) Algumas mulheres levavam alimentos até as trincheiras; d) Os posseiros destinados a buscar defesa junto às autoridades, o que não aconteceu, durante o combate ao reconhecer um membro do Exército se aproximou e acabou sendo morto de maneira brutal.¹¹⁶

O confronto direto, segundo relatos, durou horas. Jovens, adultos, homens e mulheres participaram de diversos modos. A conjuntura levou à mobilização e a luta tornou-se coletiva. Valério descreve a vinda dos supostos policiais.

¹¹⁴ - Esta não é uma prática que ficou no passado. Como podemos perceber através da reportagem, do dia 9 de agosto de 2016, da revista *Caros Amigos* sobre o Assentamento Quintino Lira, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Santa Luzia do Pará, este foi atacado por um grupo de homens armados na manhã de segunda-feira, dia 08 de agosto do referido ano. Segundo informações do MST, os homens sequestraram os trabalhadores Chico Vieira e Chico Perna, além de Marizita, professora do acampamento. Os assentados foram forçados a indicar os locais das roças e das plantações. A área, onde se localiza atualmente o assentamento, é terra grilada e está em posse do deputado federal Josué Bengston (PTB) e de seu filho Marcos Bengston, que é acusado de ter assassinado o trabalhador Valmeristo Soares, conhecido como Caribé, em 2010. O INCRA já deu parecer favorável à criação do assentamento, mas a área permanece sendo alvo de constantes conflitos. No início do mês, Ronair José de Lima, presidente da Associação Terra Nossa, foi assassinado em São Félix do Xingu, a 1.050 quilômetros da capital. Em nota, a direção do MST exige a prisão dos envolvidos na ação criminosa e o assentamento das famílias. Cf. ASSENTAMENTO do MST é atacado no Pará. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/7531-assentamento-do-mst-e-atacado-no-para>> Acesso em: 09 jun. 2017.

¹¹⁵ - Cf. COLOMBO, *Memória: documentos sobre a revolta de 61*. Op. cit., p. 27.

¹¹⁶ - Idem.

Daí eles vieram, uns quarenta mais ou menos, a pé, lá de Jardinópolis e os colonos viram eles lá no outro lado. Ali no Riboldi (morador em uma região alta, onde hoje é chamada de Centro, próximo da divisa dos bairros Flor da Serra e Jardinópolis, onde ocorreu a revolta) descendo a pé. Lá vem eles, gritaram dois colonos. Então todo mundo se escondeu atrás de umas toras que eles tinham colocado né, para se guarnecer dos tiros. Daí daqui um pouco eles vinham vindo na subida, ali sabe, onde era antigamente a prefeitura. Naquela encruzilhada eles estavam esperando e ali em baixo antes da subida eles se espalharam, uns vinham reto, outros pela direita, outros pela esquerda e conforme eles iam chegando lá em cima eles atiravam. Pegavam muitas balas naquelas toras de peroba e os colonos escondidos atrás, de vez em quando se erguiam e olhavam, mas se eles viam alguma pessoa caminhando lá, eles atiravam, daí se abaixavam de novo. Daí foi indo e foi indo e no fim os colonos começaram a escapar. Daí tinha um mato perto do campo de futebol de Flor da Serra, eles iam fugindo e as policias vinham vindo, vinham vindo atrás, aliás, os jagunços. Quando chegaram até na tora já não tinham mais colonos, já tinham fugido tudo.¹¹⁷

Segundo relatos as horas de batalha e tiroteio foram de agonia para quem ficou em casa sem saber se estavam vivos ou não. Quanto ao número de mortes, há divergências, nas fontes escritas e nos relatos. Segundo o inquérito policial foram mortos três policiais e um posseiro, já os relatos afirmam que foram mais de vinte. Em contrapartida, os jornais da época: “Diário do Paraná” e “Gazeta do Povo” noticiaram números divergentes de mortos. Segundo foi publicado no dia quatro de Julho no jornal Diário do Paraná, quatro pessoas morreram e vinte ficaram feridas, já no dia seguinte o mesmo jornal afirmou que foram mortas cinco pessoas. O jornal Gazeta do Povo no dia quatro de Julho trouxe a informação de que o resultado da batalha foi com três soldados mortos e não soube informar quantos posseiros morreram e quantos ficaram feridos. Portanto, não conseguimos precisar o número exato de mortos no dia do confronto.¹¹⁸

Mas, daí antes da noite veio o exército de Foz do Iguaçu, do batalhão, daí eles tomaram conta da situação. Não puderam mais avançar nos colonos, nem nada. O exército ficou lá uns três ou quatro dias ajudando e cuidando, por que numa revolta assim, depois que o exército viu que deu sangue, daí eles interviram e tomaram conta da situação.¹¹⁹

¹¹⁷ - Cf. COLOMBO, *Memória: documentos sobre a revolta de 61*. Op. cit., p. 45.

¹¹⁸ - Idem.

¹¹⁹ - ROCKENBACH, Valério. *Entrevista*. Citada.

Alguns colonos tinham ido até Foz do Iguaçu falar com o coronel, para socorrer, para dar um jeito na situação e ele teria dito: “antes que der sangue nós não podemos agir”. Mas logo que ficou sabendo que uma revolta estava em curso.

O coronel reuniu o batalhão e mandou para Flor da Serra. Os militares ficaram um tempo acampados ali, não me recordo quanto tempo, mas uns três ou quatro dias, por aí ou uma semana.¹²⁰

Sobre o número de colonos que participaram Valério disse que eles achavam que foram uns cem ou cento e vinte colonos, mais ou menos. A gleba era grande, tinha muitas pessoas, não sabe ao certo quantas famílias. Quando chegaram já tinha bastante gente. Contou das armas usadas na revolta, que não providenciaram nenhuma, que normalmente os colonos já tinham espingardas, tudo calibre fino.

Não dá nem para lutar contra fuzis e metralhadora, tinha acho que até metralhadora. Eles inclusive usavam balas explosivas, por isso que deu medo. Balas explosivas que quando batiam em um galho de árvore, lá no meio do mato a gente ouvia que tinha mais perto lá de casa. Atiravam meio no alto, a “grito”, eles queriam espantar os colonos. Eles atiravam mais do que era preciso, estavam bem armados e tinham muita munição. Inclusive, quando o exército foi embora, eles foram no escritório lá em Jardinópolis, daí eles pegaram o que tinha restado lá, bala, revólver, sei lá o que mais que tinha lá. Eles acabaram com o escritório lá, que era na vila de Jardinópolis, eu acho que eles tinham alugado uma casinha de madeira para fazer o escritório porque esperavam que os colonos de boa vontade viessem lá e pagar a terra para eles, ou desocupar, esse plano era deles. Ou paga ou sai, que diziam que era deles. Eles alegavam que algum cara tinha comprado aquilo lá e apresentava documento falso, documento de posse, só que não era verdadeiro.¹²¹

Narrando suas memórias disse que, inclusive, tinha um tio seu, Norberto Rockenbach, que se machucou quando estavam dando os tiros no dia da revolta, após vir aquele reforço policial ou de jagunços lá de Jardinópolis, depois do ataque ao jipe. Foi levado para o hospital e de lá foi levado preso até Foz do Iguaçu.

¹²⁰ - ROCKENBACH, Valério. *Entrevista*. Citada.

¹²¹ - Idem.

Tinha uma pessoa na frente dele [Norberto] que deu um tiro, a arma abriu e deu um cartucho bem no braço dele. Assim no ombro, perto do braço, em cima, diz que afundou um pouco o cartucho. Daí ele tinha bastante dores, foram procurar recurso e foram no hospital em Medianeira. Naquele tempo só tinha um hospital, daí um outro tio meu foi junto com ele, ficaram lá durante a manhã. Isso logo depois que tinham atirado no jipe, que tinham matado aquelas pessoas do jipe, daí eles foram para Medianeira, pegaram uma carona. Quando terminou a revolta, lá no hospital a polícia foi ver se tinham feridos, aí levaram presos os dois. Foram para Foz do Iguaçu, um tio meu ficou nove meses preso e o outro ficou onze meses preso.¹²²

Novamente Valério se entristece e enche os olhos de lágrimas, dá uma engasgada, mas continua contando.

Fizeram tudo isso, trataram como se fossem bandidos, eles chamavam os colonos de jagunços. Mas, na verdade era o contrário. Na ida para Foz, quando estavam levando os dois, eles ameaçavam de matar, de cortar o pescoço deles, ameaçaram várias vezes. Não podíamos contar com a polícia, porque era a própria polícia que estava por trás disso tudo. O exército acabou ajudando porque aí os jagunços tiveram que ir embora logo. Chegaram no mesmo dia da revolta, que começou de manhã cedo, aí por umas nove horas, só que chegaram um pouco antes da noite, então os jagunços ainda estavam todos ali. Daí o exército tomou conta e mandou todo mundo embora.¹²³

Valério utiliza o termo colono em suas falas, o que nos possibilita a discussão sobre a identidade social, a criminalização dos trabalhadores e a elaboração da identidade social a partir de representações sociais pejorativas. Ao contrário das representações pejorativas em relação os colonos da Gleba, observamos que, como bem mostra Neusa Bloemer¹²⁴,

Ser colono ou agricultor é conviver com outros pequenos produtores em um espaço onde se conta com a reciprocidade e a solidariedade comunitária. Reciprocidade que se manifesta tanto em relação às diferentes categorias a que pertence internamente este campesinato, como entre aqueles portadores de diferenças étnicas, mesmo que

¹²² - ROCKENBACH, Valério. *Entrevista*. Citada.

¹²³ - *Idem*.

¹²⁴ - Cf. BLOEMER, *Brava gente brasileira*: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Op. cit., p. 253.

esta última forma de interação social não seja indistintamente marcada pela solidariedade e reciprocidade. Nesse sentido, em tempos “normais” de reprodução social, ser camponês é continuar gerindo e produzindo sua vida no limite de cada grupo doméstico e buscando e recebendo ajuda de outros membros da comunidade, em momentos difíceis. É compartilhar, quando necessário, o trabalho, mas também o divertimento e a festa sempre que possível.

As representações pejorativas contrapõem-se a interpretação da vida social dos colonos acima. Os estereótipos têm por finalidade o apagamento do modo de vida do colono ao criminalizar, e, assim, justificar o uso da força para combater e para tomar-lhes a terra. A elaboração e afirmação de tais representações ocorreram, possivelmente, mais fortemente nos dias que antecederam o conflito, durante o próprio dia e os dias posteriores, visto que as ameaças continuaram e os conflitos também.

Diante da continuidade dos conflitos por terra no oeste paranaense, dos assassinatos, das ameaças explícitas ou veladas, com a possibilidade de eclosão de novas tragédias, no dia 12 de junho de 1964 a diocese de Toledo também se manifestou, tomando a decisão de dirigir um apelo ao então governador do estado, Ney Braga, mostrando as suas preocupações. O apelo foi redigido por Wilson Carlos Kuhn, segundo a Igreja um profundo conhecedor dos problemas e conflitos fundiários que afligiam a região no que diz respeito às terras e à área social. O manifesto foi assinado por Dom Armando Cirio. Ele manifestava uma posição conservadora em suas ações como membro e representante da Igreja, uma presença oficial.

Segundo o Nilceu Jacob Deitos, a Igreja atuou no sentido de mediar junto ao Estado para solucionar o problema de terras vivido pelos colonos. E, que,

A ação da Igreja Católica no Oeste do Paraná, no período entre os anos 1930 a 1990, tem uma trajetória intensa e merecedora de investigação, uma vez que seu papel institucional foi muito expressivo nas primeiras décadas da colonização, e ainda hoje desempenha uma larga influência nos mais diversos grupos sociais, o que parece ser uma particularidade da região. [...] conseguiu construir sua legitimação utilizando-se de estratégias e ações que permitiram a ela construir-se de tal forma. As estratégias e ações utilizadas alcançam a devida repercussão na medida em que

conseguiram elaborar um corpo de representações que, de certa forma, interagiu na comunidade de fiéis.¹²⁵

Todavia, a partir da segunda metade dos anos de 1970, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, com uma visão crítica e comprometida com as diferentes categorias de trabalhadores rurais atuou apoiando e organizando a luta pela terra na região¹²⁶. Querendo evitar a presença da CPT, setores conservadores da Igreja usavam da estratégia de apaziguamento para não reconhecer os posseiros como proprietários da terra, como percebemos na carta abaixo:

Senhor governador, vivamente preocupados pelo curso de determinados acontecimentos na região oeste e sentindo as súplicas e veementes apelos do rebanho que nos foi confiado, dirigimo-nos a V. Excia no sentido de alertá-lo sobre a situação reinante no meio ambiente e que exige dos poderes públicos a tomada de imperiosas providências.

O alto crédito de confiança, que sempre a atuação governamental mereceu de nós, não impede que levemos aos altos escalões deste governo a preocupação que milita em nossos corações, tangidos que somos, de um lado, pela obrigação de submissos à autoridade, e de outro lado, pelo nosso indeclinável dever de também propiciar aos nossos fiéis alguns dos meios que lhes são necessários a alcançar uma vida mais tranquila e digna.

Permita-nos, pois, Senhor Governador, que lhe exponha os graves problemas que nos afligem e nos preocupam sumamente em nossa Diocese de Toledo.¹²⁷

Dom Armando Cirio ao escrever a carta se refere ao “rebanho” que lhe foi confiado, o que nos permite questionar. Qual é o rebanho? Todos os posseiros e colonos estão inseridos nesse “grupo” de fiéis? Como era essa relação da Igreja com o Estado, a preocupação de fato era com as súplicas e apelos de quem pertencia a Igreja Católica ou para demonstrar estar submissos ao governo, mostrando-lhe apoio.

¹²⁵ - DEITOS, Nilceu Jacob. *Presença da Igreja no Oeste do Paraná: A construção do imaginário católico (1930-1990)*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2004. p. 26.

¹²⁶ - A CPT foi criada em 1975, durante um encontro de bispos e padres, em Goiânia. Seu objetivo era atuar em relação aos graves problemas e conflitos pela terra vividos pelos trabalhadores rurais no campo.

¹²⁷ - CIRIO, Dom Armando. *Anotações da vida e da atuação da Diocese de Toledo 1960-1978*. Cascavel, 2013.

Depois, segue, dividida em quatro partes, a exposição dos problemas que preocupavam seriamente a diocese:

- 1- Bem delicada é a situação de Palotina. [...]
 - 2- Urge que sejam anulados os títulos expedidos pela última administração estadual, por seus vícios e irregularidades. Urge que se dê ao colono a terra por ele adquirida e por ele trabalhada. Achamos justo que se defenda os direitos do bravo colono, herói anônimo na construção da grandeza da terra paranaense.
 - 3- De não menor gravidade é o problema da “Memória”, ou das terras do Piquiri. [...]
 - 4- Outras situações mereciam o nosso exame, como as da “Colônia Adelaide”, “**Silva Jardim**” e “Ocoy”. Mas, as expostas são mais prementes, porque envolvem em grande número o elemento humano, por quem, V. Excia e nós, somos obrigados a nos interessar.
- Este é o quadro atual, bem resumido, da situação no oeste paranaense. [...] ¹²⁸ (grifo nosso).

Ao afirmar na carta “bravo colono”, percebemos um destaque ao trabalho desempenhado pelos colonos ao colonizar o Oeste do Paraná. Nilceu Deitos também aborda esse engrandecimento do trabalho dos colonos,

É uma posição de defesa dos pequenos agricultores, sendo que o episcopado, ao tomar esta postura diante do problema agrário que apresenta dupla titulação de propriedade em inúmeros casos, o faz numa perspectiva profética de denúncia litigiosa e aclamação de justiça junto ao governo estadual. Nesta mesma ocasião, os bispos fazem uma marcha no Oeste, saindo de Foz do Iguaçu e percorrendo todas as paróquias mais estruturadas da diocese, até chegarem na Catedral de Toledo. ¹²⁹

Esse posicionamento da Igreja se deve ao fato de querer apresentar proteção ou defesa do pequeno produtor rural, expressando-se sobre esse problema das titulações das terras e dos conflitos que estavam ocorrendo. Não percebemos uma disputa com o Estado, mas sim uma política de apaziguamento, como uma

¹²⁸ - Cf. DEITOS, Nilceu Jacob. *Presença da Igreja no Oeste do Paraná: A construção do imaginário católico* (1930-1990). Op. cit., p. 68.

¹²⁹ - Idem.

instituição que zela por seus seguidores fiéis. Conquistando seu espaço e o reconhecimento dos colonos.

O bispo de Toledo, ao lembrar algumas inquietações passadas, disse: “Mãos às obras. Com fé e determinação vamos preparar um futuro melhor para a nossa Igreja”.

A Igreja Católica tinha metas muito bem traçadas para a população do oeste do Paraná, percebe-se por seu slogan da época da colonização: “Igreja, caminho do cristão”. Esse plano tinha como objetivo fazer entender que o cristão sem uma vivência dentro de uma comunidade não aprende ser cristão, nem desperta para uma responsabilidade pessoal. Porém, o cristão, na medida em que toma consciência de que é membro de uma Igreja, deveria se sentir responsável pelas suas necessidades, e na medida em que tomava consciência da sua missão, sentiria a vontade de contribuir e colaborar. Percebemos, com este plano que a Igreja teve, a influência significativa no processo de ocupação e colonização. Desde costumes, práticas, modos de vida e tomada de consciência do ser enquanto pertencendo a determinada comunidade.

Sobre o problema das terras a Igreja também se posicionou, afirmando que reconhece que não cabe a ela fazer a reforma agrária. Cabe-lhe prestar um serviço em vista dos muitos, complicados e diferenciados conflitos existentes não só no Paraná, mas em todas as regiões do Brasil. Para o bispo Dom Armando Cirio o problema das terras não era de fácil solução e ele ainda afirmou: “A situação dos problemas das terras será mudada quando for mudada a mentalidade da nossa sociedade”¹³⁰.

Dom Armando também relatou que nesta nossa região, nas décadas de 1950 e 1960, envolvendo posseiros, invasores, grileiros, proprietários de terras, jagunços, pistoleiros, políticos, juízes, governos federais e estaduais, aconteceram muitos conflitos de terras. “Quem vinha pra cá nesse tempo tinha que enfrentar uma situação em que a lei e cartório eram exercidos no gatilho de um revólver”¹³¹, afirmava Dom Armando.

¹³⁰ - Cf. DEITOS, Nilceu Jacob. *Presença da Igreja no Oeste do Paraná: A construção do imaginário católico* (1930-1990). Op. cit., p. 68.

¹³¹ - Idem.

Esse trecho da fala do bispo nos remete ao relato de Osvaldina Riboldi, que concedeu entrevista no dia 9 de dezembro de 2016, uma sexta-feira de manhã, conforme combinado por telefone, por intermédio de sua nora Marli Riboldi. Osvaldina disse que perderam sete alqueires de terra para um sargento do Exército, que chegou em sua casa com três revólveres e ameaçou matá-los.

Vinha aqui com dois revólveres na cintura e um na mão, chegou aqui e botou em cima da mesa e disse assim: “Eu aqui não estou pedindo eu estou mandando”. Eu estava grávida, sofrida, aquilo era uma pobreza e nós estávamos na mesinha na sala e eu disse para o Riboldi: “Riboldi dá né? Não vamos brigar agora por isso. Que seja feito o que Deus quiser”. Era para dar os sete alqueires para ele fazer uma hípica. O sargento Saldanha dizia: “Eu posso fazer o que eu quiser aqui” e a gente sabia que quando ele veio o próprio INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) deu liberdade para ele fazer o que achasse melhor. Por um lado foi bom, tem gente que elogia ele até hoje. Quem elogia é porque ele me deixou essa terra, ele não me tirou daqui, ele me ajudou aqui. Claro que tem um ditado que diz que, com padre, delegado e médico nunca se briga, porque pode precisar a qualquer hora. Eu pensando nisso, se ele pode tudo, ele pode também tira nós. Eu já tava “sovada” de tanto levar rasteira.¹³²

Diante do desenrolar do conflito, o governador Ney Braga autorizou o início da legalização das terras. Sobre a regularização das terras, segundo consta no livro *O Paraná Reinventado*, Ney Braga e Paulo Pimentel dispunham de discursos e práticas de governo próximas aos de Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Netto. Sobre saúde, segurança pública, assentamento do homem do campo e legalidade das terras os governantes buscavam assegurar a eficácia da máquina administrativa pública¹³³.

O processo de regularização/legalização foi lento. Somente em 1967 o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, que hoje é o Incra, Instituto de Colonização e Reforma Agrária, realizou as medições dos lotes, onde havia superposição ou “dois andares”, como também é conhecida esta prática, a qual o

¹³² - RIBOLDI, Osvaldina. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade. 09/12/2016.

¹³³ - Cf. MAGALHÃES, O *Paraná reinventado*: política e governo. Op. cit., p. 71.

próprio governo do estado foi em grande medida responsável, pois havia expedido títulos de domínio para particulares em terras já tituladas.¹³⁴

Os agricultores puderam ficar em suas terras e continuar o seu trabalho, embora o medo e a insegurança advinda da experiência de luta, da violência e prisão de dois posseiros, persistiram em suas memórias, por vezes, a exemplo do que afirma Pollack “[...] de forma silenciosa, subterrânea”.¹³⁵

Outro relato importante é o do morador Sérgio Benini, nascido em Guaporé, Rio Grande do Sul, um senhor simpático e com muitas lembranças dos seus 75 anos vividos. Filho de Genovino Begnini e Marcelina Begnini, com seis irmãos (já falecidos) e quatro irmãs. Olimpio, Luís, Dorvalino, Aida, Adelino, Celita, Ari, Maria, Anita e Valdemar.

Dia 03 de Agosto de 1955 nós chegamos em Medianeira, moramos seis meses meio acampado porque tinha que queimar o mato e arrumar as coisas e no dia 05 de Janeiro de 1956 nós viemos morar pra cá. Viemos de caminhão, junto com a mudança, deu três dias e meio de viagem, porque aqui era ruim, não tinha asfalto, naquela época, em 55 que na BR 277, eles estavam fazendo terraplanagem. Moramos em Flor da Serra em um ranchinho dois anos, depois o pai comprou de um tal de Edmundo Candoski, que tinha tirado a terra, porque era de posse que encostava na nossa e viemos morar. Quando nós chegamos tinha só um morador na Divisa do Parque o Erto Steghle, bem na encruzilhada ali e ele também sabia que era de posse. Tinha um tal de Mariano, uns Gabriel aqui em Jardinópolis e o Luís Riboldi e só. Tinha gente que morava aqui antes de nós chegar, mas era tudo tipo bugre, do mato, que nem índio, mas só que eles brigam entre eles e mataram uns quantos e os outros foram embora, aí começou a entrar o pessoal do sul e ficar aqui. Construíam um galpão, faziam a roça, mas ninguém tinha muita terra eram uns 10 alqueires cada família e aqui em Jardinópolis colonizou antes por causa que a terra era barata. O meu pai comprou 20 alqueires por um casal de porco, mas só que não conseguiu segurar, o dinheiro era pouco, a família era grande.¹³⁶

Observamos que tanto se via no caso de Benini como seu vizinho adquiriram terras de posse. E sabiam disso. Portanto, inferimos que havia uma instabilidade em relação a situação das terras que ocuparam e estavam cientes disso. Ao que nos

¹³⁴ - Cf. MAGALHÃES, O *Paraná reinventado*: política e governo. Op. cit., p. 71.

¹³⁵ - Idem.

¹³⁶ - BENINI, Sérgio. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade. 21/12/2016.

leva a insegurança que nutriam de perdê-la. Mas, também, por entenderem que eram terras do Estado poderiam as ocupar, cultivar e as reivindicar. Além disso, a terra, neste caso 20 alqueires adquiridos por Benini, pois a família era grande, foram comprados por um casal de porcos.

Como mostra o historiador Paulo Zarth, muitas vezes o pequeno posseiro não tinha recursos financeiros para legalizar as terras ou mesmo não se preocupava com a legalização, tendo em vista, por exemplo o caboclo, ocupava uma área e com o tempo tendia a rumar para outro lugar mais adiante. Ainda segundo o autor, a apropriação das terras brasileiras “sempre obedeceu a uma legislação, mas os caminhos legais tinham muitos desvios. Eram muitas as formas de legalizar as terras através de mecanismos fraudulentos” ¹³⁷.

Sobre a revolta Sérgio contou que em 1958 chegaram uns guardas para acompanhar os movimentos e ficaram acampados perto da casa de sua família.

A gente sentia ameaça, bastante, foi por isso que aconteceu aquela revolta. Porque aconteceu o seguinte, isso aqui era tudo terra do Estado e quando descobriram que era um lugar ótimo, aí começou a aparecer um dono de Curitiba, um tal de Damião, aí depois um de Foz do Iguaçu, bom apareceu uns cinco ou seis donos. Mas aquilo lá era uma farsa, descobriram que aqui valia e como tinha pouca gentes eles queriam se adonar. O problema maior foi que essa gente colocou guardas aqui e uma parte estava acampada perto de casa, ficaram dois anos aqui, viramos até amigo deles, mas não sabia guarda do que eles eram. Em 1958 vieram aqui, eram a paisano, um até casou com uma moça daqui. O pessoal cansou que tinha tanto dono e se armaram e a revolta aconteceu. ¹³⁸

Diante deste cenário surgem algumas questões a serem abordadas: Quais são as memórias sobre o conflito destes trabalhadores? Existe uma história ou memória hegemônica sobre o fato ocorrido? Por que optaram pela resistência? Qual o interesse em questão: manter e proteger relações, a posse e, ou a propriedade da terra e da casa, da família, manter o modo de vida ou a produção agrícola, os

¹³⁷ - ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2002. p. 74.

¹³⁸ - Idem.

costumes aos quais estavam habituados? Tais questões nos remetem as observações de Motta acerca do trabalho do historiador com as memórias. Para ela,

A história tem como uma de suas principais tarefas deslegitimar as memórias. Esta não é uma tarefa fácil. Escapar da memória consagrada por um grupo implica alguma forma de distanciamento crítico perante os fatos que a compõem. Para contrapor-la, não basta, portanto, afirmar que as construções da memória são mentiras, até por que elas não o são. Se dissermos que estas retiram do passado alguns fatos e escolhe-os para responder às demandas do presente, isso significa afirmar que elas não são meras fantasias. São vividas lembranças, comemoradas como tais guardam um elo, ainda que linear – como já sabemos – com os tempos de outrora. [...] É preciso entender as razões pelas quais são alguns fatos os escolhidos, quem e porquê esqueceu e fez esquecer outros fatos. [...] Para questionar a memória, é preciso então reconstruir uma gama variável de interpretações da evidência que se pretende estudar. Somente assim, torna-se possível aproximar-nos da realidade então vivida, fugindo do perigo de um juízo moral.¹³⁹

É preciso, segundo a autora, analisar a fonte como fonte, não como um espelho da realidade. A linguagem não influencia a realidade vivida, ela constitui essa realidade, ou seja, o ponto de vista dos envolvidos nos fatos. Nos debates em torno da memória existem perspectivas “de cima” e “de baixo”, existe também uma perspectiva hegemônica que quer reproduzir a lógica elitizada do processo, conforme afirmou Edward Palmer Thompson¹⁴⁰. “A hegemonia ou dominação só existe porque a realidade está tão saturada daqueles elementos que as pessoas enxergam como natural”. Porém, é possível lançar olhar para essa realidade, interpretar e desconstruir aquilo que é tido como natural ou normal.

Pensar em hegemonia nos permite refletir sobre a ideia de que uma determinada classe é a dominante e a outra classe é a dominada, oprimindo outros grupos e classes sociais a determinados princípios, valores e crenças. No entanto, apesar de determinada classe social dominante difundir um pensamento tornando-o hegemônico, as outras não entendem tal pensamento com a consciência, ou seja, não refletem ou a incorporam, ao menos não totalmente, sobre o que lhes é imposto,

¹³⁹ - MOTTA, Márcia Maria Menéndez. *História e memória*. Cadernos do CEOM. Ano 16- n.17. Memória social, 1998.

¹⁴⁰ - THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1981.

por não perceberem que não é dessa forma que ocorrem as relações sociais e consequentemente de poder. O que é vivido é o início desse processo, mas não é o final, pois sempre há uma intenção por trás do fato vivido. A hegemonia não toma a tudo e a todos. Os sujeitos manifestam interesses que estão relacionados aos valores, a sua cultura e se irrompem contra a dominação¹⁴¹.

O que pudemos observar nas entrevistas e fontes escritas é que os trabalhadores interpretam a situação em que viviam de um modo próprio. Nessa relação que os sujeitos buscam manter determinados costumes, que é a rigor algo conservador, mas este só faz sentido em um contexto. Destacamos, que, se de um lado o costume pode em tese ser considerado conservador, de outro lado a perspectiva de conquistar terra, ter a sua posse e mesmo ser proprietário, têm significado prospectivo para que não a detinha e dela precisa para reproduzir as condições materiais de existência e recriar seu modo de vida, como observa Schreiner¹⁴². Assim, as práticas sociais não devem ser vistas fora das relações sociais e dos modos de vida dos sujeitos, a partir do diálogo com as fontes.

Tal questão nos remete a entrevista com Euclides Basso sobre como vê essas disputas, ou seja, como vê os dias de hoje em relação àquele tempo da ocupação da terra.

Hoje eu vejo que no que diz respeito à Revolução, o assunto ficou no esquecimento e apenas as pessoas da época, é que muitas vezes comentam, mas é muito pouco, é, é só mesmo, é em fatos oportunos quando se trata de pesquisa realizadas por parte de pesquisadores, professores e, e assim por diante.¹⁴³

Observamos, a partir desta fala, que o campo das memórias é um terreno de recriação, de seleção de lembranças e de disputas sobre o passado, mas também sobre o presente e o passado. Há memórias que se as pessoas querem e fazem questão que sejam lembradas, reconhecidas, outras versões, por vezes não. Essa é uma questão importante, pois por vezes o tema ficou muito restrito as pessoas da época.

¹⁴¹ - Ver SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência*. Discursos ocultos. Trad.: Pedro Serras Pereira. 3. ed. Mato Grosso do Sul: Letra Livre, 2013.

¹⁴² - Cf. SCHREINER, *Entre a exclusão social e a utopia*. Op. cit., p. 99.

¹⁴³ - BASSO, Euclides. *Entrevista Citada*.

A título de exemplo, tomemos a transcrição da entrevista realizada com Olímpia Rockenbach Wesseling, filha de Idalino e Berta Tereza Rockenbach, com sete irmãos, Armandio, Valério, Marcela, Noêmia, Ana Helena, Amário e Valdomiro. Ao chegar à sua casa, no dia que combinamos para realizar a entrevista, Olímpia foi logo relatando as dificuldades enfrentadas quando chegaram aqui no Paraná e que por várias vezes pensaram em voltar para sua antiga morada no Rio Grande do Sul. Contou-me um pouco sobre o dia a dia e a rotina de trabalho na roça. Havia feito a casa, arrumado o jardim com muitas flores, feito cercas para os animais. Só então iniciou o relato sobre o conflito armado.

Percebemos através da sequência dos fatos narrados por Olímpia que para ela importa destacar primeiro o sofrimento e a dúvida sobre a permanência na região Oeste do Paraná. A entrevistada evidencia o modo de vida, no qual a moradia, o jardim e a organização em seu entorno eram importantes. Mostra isso também através da narrativa sobre a organização diária no campo e na moradia.

Posteriormente relata sobre o conflito ocorrido, contou que ficaram em casa, rezando e com muito medo ao som de cada disparo de arma de fogo a aflição aumentava, pois não sabiam se o tiro tinha atingido algum de seus parentes, que foram para a luta. Destaca que outras cinco famílias se reuniram em sua casa. O motivo da revolta, segundo Olímpia, foi devido a falta de legalização da terra. Havia comprado, mas não tinham como comprovar a propriedade e quando chegou a ordem para desocupação ou compra da terra, segundo ela, não tinham dinheiro para pagar novamente e não queriam sair sendo que já haviam comprado. Então, se organizaram e resolveram enfrentar a polícia.

Quando parou o tiroteio, seu pai Idalino e o seu tio Norberto Rockenbach chegaram, e, nesse momento, percebi emoção na fala dela, ao relatar. “Quando eles chegaram foi um alívio, uma alegria, percebemos que estavam vivos, são e salvos, agradecemos a Deus naquele momento por ter deixado eles viverem”¹⁴⁴. A busca pelo sagrado aparece em diversas narrativas diante de circunstâncias de insegurança e medo. Tal fato revela a religiosidade como elemento importante no modo de vida daquelas famílias de entrevistados.

¹⁴⁴ - WESSELING, Olímpia Rockenbach. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade. 10/10/2015.

Na fala da entrevistada é possível perceber a sua experiência, a forma como vivenciou, a noção com relação ao ocorrido e a sua ação. Isso nos remete a noção de representação estudada por Stuart Hall, que é apontada como uma formulação, um elemento de mediação ou aproximação entre o real e o estudado. É importante reconhecer essa não problematização inicialmente. Não tem como escrever sem a linguagem, criar conceitos ou seguir conceitos já elaborados. Para que a entrevista ocorra é necessário, no mínimo, duas pessoas, a que lança os questionamentos e a que comenta ou responde estes. Quem faz a entrevista acaba influenciando, mesmo não querendo, na resposta que a pessoa entrevistada dá. Portanto devemos considerar que o relato não é uma “cópia, espelho, reflexo, colagem” da realidade, pois conhecimento histórico não é a realidade, não é idêntico, é a representação da realidade, uma versão do fato. Ao utilizar a história oral é possível transcrever a entrevista, que pode produzir outro sentido, informar a interpretação e por vezes perceber que a luta de classes está no dia a dia, não só na revolução. Neste sentido, entendemos que ao historiador cabe a tarefa de transcrever e analisar as falas com esmero, procurando sempre manter o conteúdo, o significado e os sentidos das falas dos entrevistados.

A memória coletiva passa primeiramente por elaborações, interpretações para o fato ser narrado pelos indivíduos que participaram, como afirmou o historiador Marcos Nestor Stein.

O conhecimento histórico não visa estabelecer certezas absolutas, mas explicações que estão, ou devem estar, sujeitas a revisões e reformulações, enquanto que a comemoração tem um caráter de dogma, que ritualiza e idealiza determinada visão do passado com vistas aos interesses do presente. Assim, aquilo que denominamos de memória coletiva, deve ser entendido não como um conjunto de lembranças compartilhadas de maneira natural e homogênea por um grupo humano, mas como interpretações do passado, produzidas e divulgadas por indivíduos (os comemoradores) que visam alcançar determinados objetivos. Portanto, o discurso denominado de memória coletiva é um campo de disputas e de construção de identidades.¹⁴⁵

¹⁴⁵ - STEIN, Marcos N. *O oitavo dia*. Produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR. Guarapuava: Unicentro, 2011. p. 35.

Edward Palmer Thompson trabalha também com a noção de classe, formação da classe, luta de classe, a partir de formulações teóricas. Faz crítica ao modelo de base e de superestrutura na história, analisando formas de dominação de classe e resistência popular. Não se pode apenas analisar a superestrutura, ela existe, mas é preciso ressaltar a importância da base. Para ele um desafio é que para ter história não é preciso seguir modelos.

Thompson lançou a ideia de se recuperar a experiência das pessoas e assim elaborou sua contribuição aos estudos da cultura. Nós historiadores investigamos a experiência humana, as relações sociais, nas quais a cultura se faz. A história enquanto ciência não separa em “gavetas”, precisa perceber os acontecimentos de maneira relacionada. Neste sentido, as classes se fazem nas experiências vividas (ao mesmo tempo nas dimensões econômica, cultural e política, ou seja no social). Ou seja, “Quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus [...]”¹⁴⁶ temos uma dinâmica de formação de classe social em andamento.

O reconhecimento de interesses comuns e a luta coletiva dos posseiros na Gleba Silva Jardim impulsionaram o processo de legalização das terras. As pessoas comuns, pelo menos nesse caso, tiveram clara participação e a resistência foi a única opção encontrada segundo relatos de moradores.

Nos documentos extraídos dos arquivos do DOPS podemos observar que os posseiros envolvidos no confronto com os policiais buscaram desenvolver uma defesa com preceitos jurídicos. Defendendo a ideia de que era um movimento coletivo e um ato de legítima defesa, alegando e tentando provar as atrocidades e ameaças feitas nas abordagens aos colonos por parte do cabo Cunha e do Dr. Luiz de Almeida, com o auxílio do delator Elias Ros, que segundo eles, entregava (denunciava) o restante dos colonos.

Em suma, a memória é um campo de constantes mudanças e disputas. Não se trata apenas da história oral, envolve ritual, mito, símbolos, que são construídos para manter determinadas memórias vivas, justificando o passado e mantendo

¹⁴⁶ - THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 67.

relações no presente. A construção e a manutenção da memória perpassa também os caminhos da escrita. Existe o exercício para lembrar essa memória construída e a importância para que não se crie uma nova memória sobre determinado evento ou acontecimento.

2.2. A disputa pela posse na justiça

Ao iniciar a análise das fontes surgiram várias questões. Por que aquela área estava em litígio? Onde se localizava? Por que aconteceu o conflito? Quem eram as pessoas envolvidas no litígio e por que estavam disputando tal terra? Quando chegaram? Quais são as versões e como as partes envolvidas na Ação de Imissão de Posse e de Manutenção de Posse se referem às suas vivências?

Para além destas questões, analisamos as mudanças que ocorreram após o confronto e os sentidos construídos por estes trabalhadores acerca de suas vivências a partir de suas narrativas na atualidade. Procuraremos cotejar tais narrativas com os Autos de Imissão de Posse, da primeira vara cível da Comarca de Foz do Iguaçu, que está dividido em dois volumes, com 316 páginas e a Ação Ordinária de Manutenção de Posse sob numeração 18/1957, que estava tramitando no período da chegada dos colonos ao oeste do Paraná.

A ação de imissão de posse pode ser conceituada, inicialmente, como o meio processual cabível para conferir posse a quem ainda não a tem, ou, nas palavras do professor Ovídio Baptista, como a ação que visa a proteger "o direito a adquirir uma posse que ainda não desfrutamos."¹⁴⁷ Ação de Imissão de Posse deve ser utilizada como medida judicial por quem faz jus e está privado da posse de bem imóvel.

Todavia, mesmo que a lei não preveja expressa proteção ao objeto do pedido, nada impedirá que a ação possa ser instaurada e o pedido apreciado pelo juiz. Conforme a lição de José Frederico Marques, "pretensão é o ato jurídico que contém

¹⁴⁷ - COSTA, Josiane Guarnier da. Aspectos teóricos e práticos da ação de imissão de posse no ordenamento jurídico brasileiro. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, a. 10, n. 641, 10 abr. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6570>>. Acesso em: 01/07/2016.

exigência contra o réu, enquanto a ação é o direito subjetivo contra o Estado para pedir-lhe a tutela e o reconhecimento da pretensão.”¹⁴⁸

Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz. Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.¹⁴⁹ Ovídio Baptista da Silva esclarece que:

O que é necessário ficar estabelecido, porém é que a ação de imissão de posse – melhor seria dizer “imissão na posse”, apesar de se ter consagrado o emprego errôneo da expressão “imissão de posse”- não tem por fim a defesa da posse, que é indiscutivelmente, o fundamento da tutela outorgada pelos interditos possessórios. [Concluindo que essa ação] “[...] não protege uma posse que se tem e sim o direito a adquirir uma posse de que ainda não desfrutamos. Como a ação não protege a posse, mas o direito à posse, torna-se evidente sua natureza petitória”.¹⁵⁰

A ação de imissão de posse, portanto, é uma ação “real, e não uma ação pessoal, fundada em direito obrigacional, daí sua natureza executiva”¹⁵¹. Na imissão não se discute a existência de um direito, pois ele já está dado e tornando-se o pedido meio de torná-lo efetivo.

A súmula 487 do Supremo Tribunal Federal determina que “Será deferida a posse a quem, evidentemente, tiver o domínio, se com base neste for ela disputada”.¹⁵² Em relação à natureza jurídica da ação de imissão de posse é considerada petitória, pois a ação visa a conferir posse, e não a proteger uma posse já existente. Sua causa de pedir está fundada no direito à posse.

A defesa da posse e da propriedade é uma questão extremamente importante. O conceito que o próprio legislador imprimiu de “possuidor”, em seu

¹⁴⁸ - COSTA, Josiane Guarnier da. Aspectos teóricos e práticos da ação de imissão de posse no ordenamento jurídico brasileiro. Op. Cit.

¹⁴⁹ - Idem.

¹⁵⁰ - CURSO DE PROCESSO CIVIL. Vol. 2, 3.^a ed. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1998, p. 232.

¹⁵¹ - Id. ibid. p. 238.

¹⁵² - Idem.

artigo 1.196 do Código Civil, afirma que: “Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno, ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade”¹⁵³. O objeto da possessória é apenas proteger a posse de uma violência que venha a se caracterizar no campo da ameaça, turbação ou esbulho.

Seja na turbação, seja no esbulho, a posse deve ser julgada, preferentemente, a favor daquele que prova o domínio sobre a coisa. Tal como na ação de reintegração, o réu pode exigir, na manutenção, que o autor preste caução, sob pena de depósito da coisa litigiosa. Na ação de manutenção cabe ao autor pedir perdas e danos, como ao réu, em sua contestação. A contestação da ação transforma o seu rito processual em ordinário.

O objetivo de escolher essas fontes para serem analisadas é justamente entender que os conflitos e disputas em torno da propriedade da terra não encerraram com o final do confronto armado, ao contrário, permanecem até hoje, como é o caso da ação 510 de 1993, que foi transferida de Foz do Iguaçu para Medianeira, onde mudou a numeração passando a ser 571/96. Porém não permaneceu na cidade de Medianeira, foi transferida para a 2ª Vara Cível Federal de Foz do Iguaçu, onde hoje tramita sob o número 200.70.02.003136-3. Tendo em vista não ser possível realizar a análise no seu todo, pretendemos explorar a primeira e a segunda petição, dando ênfase a essa disputa, que é recente e possibilita realizar levantamento de vários dados com relação à Gleba Silva Jardim, em especial, às experiências dos trabalhadores.

Ao fazer uma análise deste movimento social, busca-se descobrir o engendramento de práticas no processo histórico, neste caso é indiscutível que a questão principal é a disputa pela propriedade e a defesa do direito sobre ela e, nesta direção, a decisão de recorrer à justiça como forma de garantir este direito. A petição inicial¹⁵⁴ é o instrumento pelo qual o interessado invoca a atividade jurisdicional, fazendo surgir o processo. Nela, o interessado formula sua pretensão, o que acaba por limitar a atividade jurisdicional, pois o juiz não pode proferir

¹⁵³ - XAVIER, Marco André Clementino. *Ação de manutenção de posse*. Disponível em: <<http://marcoandreclementinoxavier.jusbrasil.com.br/artigos/114231867/acao-de-manutencao-de-posse>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

¹⁵⁴ - Para que a atividade jurisdicional contenciosa (composição de lide) seja exercida é necessário que o interessado provoque-a, pois prevalece o "princípio da inércia". Cf. PETIÇÃO inicial - Novo CPC (Lei nº 13.105/15). Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/resumos/exibir/150/Peticao-inicial/>> Acesso em: 09 jun. 2017.

sentença de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do demandado.

A Ação Ordinária de Manutenção de Posse foi registrada com o número 18/1957, no dia 11/03/1957, tendo como requerente Cândido Musa Telles e como réus os posseiros que estavam ocupando a Gleba Silva Jardim. Compõe um volume único, com 84 páginas. Está arquivada na 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu.

Na capa do processo está escrito: “Autos de Imissão de Posse – À: Cândido Musa Telles e Esposa – R: Eduardo Ferreira e outros.” Acredita-se que a ação foi movida devido a denúncia de extração ilegal de madeira feita anteriormente contra Eduardo e outros posseiros que se encontravam dentro da possível propriedade de Cândido Musa Telles. Em 21 de janeiro de 1957 o acusado compareceu à delegacia de Foz do Iguaçu para prestar depoimento e se defender do que estava sendo acusado. Por esse motivo o seu nome está escrito na capa da Ação Ordinária de Manutenção de Posse.

Muitos posseiros só descobriam que a terra tinha possível dono quando este entra na justiça com o advogado Antônio Damião Neto, que faz a petição inicial no dia 7 de março de 1957, requerendo a posse e os direitos da propriedade, contra: Eduardo Ferreira, Manuel Gabriel da Silva, Antônio Gabriel da Silva, Vicente Gonçalves, Antônio Fraga, Theodoro Cassiano, Genovino Begnini, Luiz Riboldi, Geraldo Silva, Geraldo Luiz, Waldomiro Marques, Attore Cândido Stenghale, Fortunato Buratti, Emilio Gabriel, Aurélio Pasqualetto, Pedro Galvão, Lourenço Batista, Willy Cristmann, Alcides Svanzella e Irmãos Boeno.

O Juiz de Direito emitiu despacho aos posseiros para que pudessem contestar, ou então seriam julgados. No dia 13 de março o Oficial de Justiça fez a intimação. A partir daí percebe-se a presença de outros posseiros, alguns não foram encontrados na Gleba e nem na região, para assinar a intimação alguns aceitaram e outros não assinaram. No dia 27 do mesmo mês, Eduardo Ferreira com seu advogado apresentaram contestação e defenderam o direito de todos os posseiros, alegando que ocuparam a terra por uma questão de necessidade e sobrevivência. No dia seguinte, o advogado Damião Neto contesta as argumentações do advogado dos réus e requer a desocupação da área.

O processo 18/1957 fica parado por um longo período e, em 9 de março de 1960, foi retomado devido ao pedido do autor para inclusão de outro advogado. O Juiz convoca os autores do processo e os réus para a audiência marcada para o dia 27 de maio, neste dia o Juiz toma o depoimento de todas as testemunhas separadamente e deu início ao julgamento. Após o pedido dos advogados de Cândido Musa Telles e sua esposa pela condenação dos réus o Juiz decide encerrar a seção. Cabe observarmos que não iremos fazer a análise do processo judicial como um todo, de todo o conteúdo, dos argumentos de defesa e acusação, mas utilizaremos as principais informações sobre o contexto estudado e as suas motivações.

A sentença foi publicada no dia 14 de junho onde foi exigida a retirada dos intrusos para que a posse fosse dada aos autores do processo. Mas, os posseiros se recusaram a sair. O tempo vai passando e no dia 15 de dezembro, final deste mesmo ano, o Juiz encaminha ofício ao delegado solicitando escolta policial aos oficiais de justiça, sob alegação que haviam recebido ameaças. Estiveram na Gleba no dia seguinte escoltados por 12 soldados, mas foram impossibilitados novamente por 50 posseiros, mas que foram notificados.

O processo vai se desenrolando e no dia 19 de janeiro do ano seguinte o Juiz determina a Reintegração de Posse. No dia 28 a Polícia comunica ao juiz que não conseguiu efetuar a ordem devido à presença de 350 posseiros armados que se encontravam no local. Houve um crescente aumento do número de posseiros envolvidos, visto que do dia 16 de Dezembro até o dia 19 de janeiro, pouco mais de um mês, houve alteração de 50 para 350 posseiros armados.

Diante da resistência dos réus, os advogados de Musa Telles apresentam uma petição no dia 23 de setembro, relatando o confronto armado ocorrido dos dias um e dois de Julho e requerem cumprimento, reclamando da demora na atuação do governo do Estado do Paraná.

O processo anda e nos encaminhamentos finais que acontecem no dia treze de novembro é incluso a certidão de Embargos de terceiros, impedindo o uso de força policial, ficando paralisado até a solução do Embargo. Quase onze anos depois, no dia primeiro de março de 1972, outro Juiz emite a certidão, alegando que

nenhuma das partes mostrou interesse no andamento do processo, sendo determinado o seu arquivamento.

2.3. A repercussão do conflito na imprensa

O referido conflito foi bastante noticiado, devido a sua relevância social e no contexto em que ocorreu, pois nesse período aconteceram diversos conflitos agrários parecidos em todo o Estado do Paraná. A título de exemplo utilizaremos os jornais da época, “Diário do Paraná” e “Gazeta do Povo”. Nos dias quatro, cinco, sete e oito de Julho de 1961 a Gleba Silva Jardim foi matéria desses dois jornais com as seguintes manchetes: “Rebelião de Posseiros leva pânico ao Oeste do Paraná”; “Voltou (aparentemente) a calma no Oeste Paranaense depois de conflitos com três soldados da Polícia Militar mortos”; “Governo do Estado preocupado com conflitos sangrentos: Reuniões no Palácio do Iguazu pela manhã, à tarde e à noite”; “Governo quer solução social para o Oeste”; “Pedido na Assembleia desapropriação das terras”; “Daros: “Vamos dar crédito de confiança ao governo” (deputado Waldemar Daros)”; “Governo tomou importante decisão as quatro horas da madrugada: Terras”; “Governo torna a dizer que tudo é calma no Oeste: “OMO” funcionou (Operação de manutenção da Ordem)”; “Ney irá a Brasília coordenar ação unitária para o Sudoeste (governador Ney Braga)” e “Assembleia: Dalcanale sugere medidas para solução do problema do Oeste (deputado Luiz Alberto Dalcanale)”.

Já nos dias doze e treze do mesmo mês recebe um destaque maior, ocupando a capa do jornal Diário do Paraná: “Ney fica em Brasília até solucionar o Oeste” e no segundo dia: “Ney: tese do Paraná aceita em Brasília; agora, vai a Jânio.” Nesse último dia também foi noticiado no jornal Gazeta do Povo: “A União e o Estado vão estudar a gravidade do problema de terras”.

O Diário continuou noticiando no dia vinte e sete ainda do mês de Julho: “Corregedor denuncia intrusão de funcionários do INIC no Oeste (Instituto Nacional de Imigração e Colonização)”. Dando uma pausa até o dia treze de Agosto quando voltou a ser notícia:

Governo estabelece decálogo para encaminhamento do problema de terras no Estado. Cria dez leis para, aos modos do governo, tentar regularizar a situação das terras dos colonos e posseiros do Paraná. Assegurando a permanência na terra já ocupada, proibindo o comércio de posse, solução dos problemas na faixa de fronteira, anulação dos títulos com prejuízos aos colonos, o que destacamos é que isso seria feito preferencialmente onde reina a tranquilidade, oferecendo recompensa aos que colaborarem com a ordem pública e com as autoridades, uma forma de intimidação, declarando no artigo sétimo apoio as companhias colonizadoras, no oitavo aos que possuírem título que satisfaça todas as exigências legais, no penúltimo percebemos um comprometimento por parte do Estado em assegurar a tranquilidade em todas as regiões e por último destaca a importância de cumprir a lei e as decisões judiciais, usando como pretexto a seguridade dos colonos.¹⁵⁵

Anunciando as mudanças com o fim da revolta e a vitória dos posseiros, isso em um contexto estadual. Em outubro nos dias treze e quinze ainda são abordados esses temas que envolvem não só a Gleba Silva Jardim, mas todo o Estado. Noticiando: “Estatuto de uso da terra: Nova e revolucionária política agrária no Paraná” e “Hoffmann: Estatuto da terra é apenas uma “tentativa” de reforma; têm lacunas”, fazendo referência ao deputado José Hoffmann.

Mesmo trinta anos após o conflito Silva Jardim, em 1991, agora denominada Jardinópolis, distrito de Medianeira, voltou a ser notícia, desta vez estampando as páginas da Revista Oeste. Que trouxe uma matéria interessante entrevistando o morador Elvino Bogo, com os temas: “Terras baratas e férteis”; “Jagunços fardados”; “O atentado e o levante”; “Estrada bloqueada” e “Pão, queijo e balas”. Onde Bogo, que atualmente mora em Medianeira, vai narrando o que vivenciaram naquela época.

As reportagens dos jornais e a importância dada pela imprensa da época aos acontecimentos diante dos problemas das titulações de terra no Estado do Paraná também aparece nos relatos orais. Como destacamos na entrevista como Beno Hipler, filho de Fernando Hipler e Eriga Hipler, nascido Santa Rosa, Rio Grande do Sul, hoje morador de Flor da Serra, próximo do local onde ocorreu a revolta de 1961. Beno é casado com Iracema Hipler, vieram para o Oeste do Paraná quando eram recém casados, segundo ele, dia vinte de Agosto de 1959. Aqui tiveram filhos e

¹⁵⁵ - COLOMBO, Leonir Olderico. *Memória*: documentos sobre a revolta de 61. Op. Cit.p.71.

viveram boa parte das suas vidas, onde estão até hoje. Destaca que os jornais noticiavam bastante a revolta, como podemos perceber na fala abaixo:

Os jornais falavam das dificuldades que nós passamos aqui e foi mesmo, foi muito sofrido. Estrada ruim, viemos com um caminhão Ford, novinho em folha, mas foi demorado igual. Eu não gosto nem de lembrar, quase não conseguimos levar a mudança onde nós fomos morar na Linha Palmital, a roda da carroça afundava nas valetas e caminhão nem passava lá. Era tudo mato fechado. A revolta que noticiaram foi logo ali, 50 metros aqui pra cima. O Elvino Bogo veio me avisar que ia estourar a revolta e aí estourou mesmo. Morreu tanta gente, só 1 colono, era primo dela (Iracema) o Reich, matou um e morreu no cemitério, porque foi ali perto mesmo. Mas polícia morreu 7 só aqui nesse mesmo lugar. Polícia não jagunço, um era policial que eu conhecia bem ele, mas o resto era só jagunço. Quando eles começaram a vim atrás, depois que nós matamos os 7, pegamos as armas deles e nós fugimos pro mato. A gente atirava e se escondia, era só assim pra viver, na falta de bala nós atiramos cabeça de prego.¹⁵⁶

O Jornal Gazeta do Povo noticiou no dia quatro de Julho de 1961 que as terras da Gleba Silva Jardim pertenciam à Colonizadora Alto Paraná Ltda, de propriedade de Lauro de Camargo e outros. Assim como consta no inquérito policial, feito pelo delegado especial Dr. Atílio Jorys Fisterol, como requerente das terras desta Gleba citada era a Cia. Colonizadora Alto Paraná Ltda. Neste sentido, observamos uma contradição entre o que foi noticiado na imprensa e no inquérito registrado na Ação de Manutenção de Posse, pois nele o requerente da Gleba Silva Jardim foi Cândido Musa Telles e sua esposa.

Sobre o encerramento dos conflitos o jornal “Gazeta do Povo” ressaltou, em sua publicação três dias após o ocorrido, a importância da presença do Exército na região Oeste do Paraná, com o Batalhão de Fronteiras, com sede em Foz do Iguaçu e sob o comando do coronel Duque Estrada. Ressaltou que a sua presença “contribuiu consideravelmente, para evitar que outras ocorrências do caracter e da gravidade das que assinalaram no domingo, no interior de Medianeira, voltasse a repetir-se”.¹⁵⁷ A tropas do exército só se retiraram do local quando o conflito tinha sido debelado.

¹⁵⁶ - HIPLER, Beno. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade. 20/12/2016.

¹⁵⁷ - COLOMBO, Leonir Oldérico. *Memória*: documentos sobre a revolta de 61. Op. Cit.p.51.

Foi noticiado na imprensa também sobre a reação do governo do Estado e seu representante Ney Braga com relação ao ocorrido no dia dois de Julho de 1961 (Domingo). Quem trouxe essa reportagem foi o jornal “Gazeta do Povo”, na quarta-feira posterior ao ocorrido, que relatou a preocupação do governador sobre a situação dos problemas de terra, visto que esse não foi um conflito isolado e vários outros já haviam ocorrido no Estado. A imprensa destacou a reunião que ocorreu desde as 9:00 horas da manhã até as 18:30 horas, com pausa de apenas trinta minutos para o almoço, a noite a reunião continuou, reiniciando as 21:00 horas. Consta no jornal que a imprensa não foi informada sobre o horário de término da reunião e nem sobre as medidas a serem adotadas pelo governo após horas de conversa.

Outro jornal que publicou nesse mesmo dia sobre a referida reunião foi o “Diário do Paraná”, porém com informações um pouco diferentes da apresentada pela “Gazeta”. Afirmando que a reunião iniciou as 15:00 horas de terça-feira (quatro de Julho) e prosseguiu até a madrugada, continuando na quarta-feira. Trouxe como informação que o governador da época, Ney Braga, fez um levantamento completo da situação no Oeste, com destaque sobre os aspectos jurídicos da luta pela posse das terras. Ele fez uma declaração a 1:00 hora da madrugada ao referido jornal o governador, afirmando querer dar uma solução social para o problema, alegando que aguarda a sanção de leis federais, como: O Estatuto da Terra, para somente após isso poder agir de forma mais ampla.¹⁵⁸

A retirada dos soldados do Exército, citada anteriormente, ocorreu segundo consta no jornal “Gazeta do Povo”, no dia sete de Julho deste mesmo ano, isso após uma decisão tomada pelo então governador as 4:00 horas da madrugada, esse fato segundo o redator do jornal “deve ser considerado importante na evolução do problema de terras do Oeste do Paraná.”¹⁵⁹ Destacamos também que “A decisão refere-se a retirada contingente de quarenta soldados que, sob o comando do coronel João da Silva Lapa, se encontrava nessa zona, desde que as tropas do Exército, integrantes do 5º Batalhão de Fronteiras, se retiraram do local.”¹⁶⁰

¹⁵⁸ - COLOMBO, Leonir Olderico. *Memória*: documentos sobre a revolta de 61. Op. Cit.p.53.

¹⁵⁹ - COLOMBO, Leonir Olderico. *Memória*: documentos sobre a revolta de 61. Op. Cit.p.57.

¹⁶⁰ - Idem.

2.4. Tempos e temporalidades sociais diversas

Hoje eu vejo o conflito entre a gleba chamada Silva jardim que eram terras do Estado e essas terras, elas foram habitadas por pessoas carentes. E a outra gleba, que fica próximo daqui, que é outro bairro, chamado Flor da Serra ele foi, é, essas terras foram compradas. Então existe atualmente, uma diferença socioeconômica entre o bairro de Flor de Serra que as pessoas, elas dispõem de mais recursos materiais do que a nossa área, que é formada por pessoas mais humildes. Porque na época a maioria se aposso simplesmente da terra. Então esse fato hoje ele trás um certo preconceito entre as duas comunidades. A comunidade de Flor da Serra, ela se acha mais importante do que a comunidade aqui de Jardimópolis, que o povo é mais pobre, mais simples e humilde. E até eles deram um apelido, que Jardimópolis é a “favela” de Serranópolis do Iguaçu.¹⁶¹

O pessoal de Jardimópolis nunca gostou da gente aqui de Flor da Serra. Quando tinha baile aqui eles vinham estragar o baile, jogavam arame, corrente, em cima da rede de alta tensão, para acabar a luz, tinham inveja porque aqui tinha baile bom. Quando faziam isso uns moradores daqui iam lá e estragavam também, mas só por que eles começavam, eles eram mais rebeldes. Isso só acabou quando o presidente do clube (já falecido Nicácio Weber) comprou um gerador de energia, com motor a diesel. Nos jogos de futebol também sempre dava briga. Eles são diferentes, tem jeito e cultura diferente da nossa aqui.¹⁶²

Atualmente, há narrativas que evidenciam os conflitos entre os moradores dos bairros Flor da Serra e Jardimópolis, no município de Serranópolis do Iguaçu, na região oeste do Paraná. Como é o caso da primeira fala acima, do morador de Jardimópolis Euclides Basso. Na fala de Euclides é visível um incômodo em relação a convivência com os moradores do outro bairro, se sente excluído, inferior, mesmo pertencendo ao mesmo município e com uma pequena distância de três quilômetros entre os dois locais. Já na segunda fala, Olimpia Maria Wesseling de Flor da Serra relatou o preconceito por parte dos moradores e isso levava a rivalidade naquela época, o que ainda permanece, de certo modo, um pouco disfarçada, até hoje.

Isso evidencia a diferença cultural e de costumes. Percebemos, com essas duas falas acima, a construção de uma identidade social. Ela é constituída a partir de onde e como as pessoas apresentam as suas características e comparam com

¹⁶¹ - BASSO, Euclides. *Entrevista* Citada.

¹⁶² - WESSELING, Olimpia. *Entrevista* Citada.

as dos outros, criando uma identidade para si e para os seus, em contraposição ao(s) do(s) outro(s)¹⁶³.

Ao fazer uma visita a Serranópolis durante as entrevistas, observamos uma tentativa de aproximação da população por parte da prefeitura municipal, que escolheu uma região entre as duas vilas e iniciou a construção de um novo bairro, chamado de centro, onde encontramos, uma única escola municipal, fazendo com que os alunos das duas localidades se desloquem até lá, a igreja matriz, a prefeitura, a casa da cultura, o centro de convivência do idoso, o centro de eventos, o jericódromo, onde é realizado anualmente uma exposição, feira da agro indústria familiar, corrida de jericos e uma praça. Toda essa estrutura foi desenvolvida pensando na aproximação e convivência harmoniosa dos moradores.

Fizemos alguns questionamentos ao escutar os relatos dos moradores: Por que esse conflito entre os moradores dos dois bairros? Onde começou? Tem relação com a compra da terra por parte de uns e por outro lado os outros que eram posseiros? Para tentar solucionar essas indagações, fez-se necessário retornar ao período da ocupação das terras, isso através das narrativas, se não existe a disputa pela terra, embora haja compra e venda. Há conflitos que estão no pano social, cultural, na representação de um em relação ao outro.

As falas apresentam sentidos e significados na construção da identidade de si e do outro. Torna-se bastante interessante, diante disso, analisar o trecho do livro *Brava Gente Brasileira: Migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*¹⁶⁴, de autoria de Neusa Maria Sens Bloemer, no qual ela aponta que o estranhamento manifesta-se, também, na própria designação que cada grupo atribui ao outro. “Enquanto os brasileiros assim se autodenominam, os italianos os chamam de caboclos ou negros, ambas as expressões utilizadas com uma forte conotação negativa. Por sua vez, aqueles que se autodesignam de italianos ou como os “de origem” são alcunhados pelos brasileiros de gringos.”

A citação acima nos remete as disputas entre colonos de Flor da Serra e Jardinópolis, onde os moradores da primeira vila denominam os da segunda como classe inferior, mais pobre, com menos recursos financeiros, apresentam certo

¹⁶³ - Cf. BLOEMER, *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Op. cit., p.20.

¹⁶⁴ - Idem.

preconceito devido a cor escura da pele de alguns moradores e estilo de vida diferente. Já os moradores de Jardinópolis definem os moradores de Flor da Serra como classe que se considera superior, mas que na realidade, segundo eles não é, apenas se acham ricos e tratam eles com desprezo e desvalorização. Porém, como muito bem apontou Neusa Bloemer, o estranhamento ocorre nessa definição, na visão que já está formada, definida com relação ao outro. Mas, quando analisamos a auto definição ela acaba se distanciando da definição do outro sobre mim.

Essa definição de sujeitos foi apontada por Robson Laverdi, pesquisador da história oral, como tendo origem nas mudanças e deslocamentos sociais, que aponta:

Esses deslocamentos populacionais não apenas ultrapassam fronteiras, interligam espaços, interconectam ideias e conhecimento, mas também reconfiguram fronteiras socioculturais, identidades sociais, representações de si e do “outro” e se constituem enquanto sujeitos. [...] focalizando as implicações desses movimentos na própria configuração de suas narrativas e na constituição de subjetividades. Interessa-nos aqui apreender a passagem da experiência vivida em linguagem, que se processa pelo ato de narrar, assim como se organizam as experiências de deslocamento por meio da memória e da narrativa oral.¹⁶⁵

Percebemos na narrativa, relatos de tempos diversos. O ontem e o presente, do trabalho familiar ao êxodo rural.

Mas, só que do ano 1961 até 1965 veio muitas famílias, muitas mesmo, até a exemplo de agora, tinha só três ou quatro famílias morando na vila o resto era tudo trabalhando na roça e agora temos meia dúzia na roça e estamos com quase seiscentas famílias na vila. Agora inverteu a maioria saiu da roça.¹⁶⁶

O processo de “modernização conservadora” da agricultura, dentre outros fatores, levou a migração de pessoas que viviam no campo para a cidade. O uso de máquinas e equipamentos mecanizados substitui em grande medida o serviço

¹⁶⁵ - LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas*: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo oeste do Paraná. Curitiba: Tetravento, 2005.

¹⁶⁶ - MARSARO, Santa. *Entrevista* Citada.

manual ou braçal em algumas atividades, impulsionando a mudança desses trabalhadores para a cidade. Essa mudança estruturou uma nova sociedade e um contexto social diferente do vivido na década de 1960, como relatou Santana.

É possível perceber isso através dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Até o início dos anos de 1950, segundo estudo desenvolvido por Schreiner,

[...] a estrutura agrária do Paraná caracterizava-se pelas grandes propriedades concedidas pelo Estado à iniciativa privada que, em geral, dedicava-se à exploração de erva-mate e madeira. A partir da década de 50, através da colonização empreendida pelas companhias particulares e pelo Estado, resultou num aumento significativo do número de unidades com até 100 hectares: de 85,48% em 1950, foi para 93,84% em 1960, e 96,70% em 1970.¹⁶⁷

Já a área ocupada aumentou durante essas três décadas.

A área ocupada que em 1950 era de 28,89% pulou para 52,39% em 1970. Não obstante isso, considerando o número e a área ocupada pelos estabelecimentos acima de 1.000, constata-se que houve uma pequena desconcentração fundiária durante a década de 50. Mesmo assim, a concentração continuou elevada. Durante os anos 60, a reconcentração se estabelece: diminuiu o número de grandes estabelecimentos, mas aumenta sua área.¹⁶⁸

Ao mesmo tempo, o autor demonstra que durante a década de 1970, houve um grande aumento da concentração da propriedade da terra.

De um lado, embora o número de propriedades com mais de mil hectares tenha aumentando minimamente, a área ocupada por estas unidades aumentou substancialmente. De outro lado, diminuiu o número e a área ocupada pelas propriedades com menos de cem hectares. [...] em 1970, as propriedades com menos de 100 hectares totalizavam 536.208 estabelecimentos agrícolas (96,70%) e ocupavam uma área de 7.672,39 milhões de hectares (52,39%). Já as propriedades com mais de 1.000 hectares, que totalizavam um número ínfimo (1.087 unidades, 0,19%), ocupavam uma área de

¹⁶⁷ - Cf. SCHREINER, *Entre a exclusão social e a utopia*. Op. cit., p. 99.

¹⁶⁸ - Id. *ibid.* p. 100.

2.732.391 milhões de hectares (18,68%). Esta tendência manteve-se nas décadas seguintes.¹⁶⁹

Em 1995, as grandes propriedades ocupavam mais de 50% da área ocupada pelas propriedades com tamanho inferior a cem hectares. A atuação dos governos militares contribuiu para a concentração das terras e o êxodo rural de milhões de famílias por meio da chamada “modernização conservadora da agricultura”. Ou seja, impulsionaram a agricultura capitalista.

[...] do campo “(vinculação do crédito agrícola à aquisição de máquinas e implementos, em grande parte produzidos pelo capital multinacional) como resposta às questões referentes ao estrangulamento do processo de desenvolvimento (fornecimentos de matérias-primas, alimentos, etc.). A ação modernizante levou a um processo de substituição das técnicas agrícolas tradicionais; à utilização de fertilizantes, inseticidas e herbicidas, à intensificação da concentração fundiária; ao aumento da produção e da produtividade; à expansão do crédito rural de forma seletiva a juros baixos, privilegiando os grandes produtores da Região Sul e Sudeste; à integração do capital financeiro com o capital das agroindústrias e do capital agrocomercial; à internacionalização da agricultura brasileira, com a exportação de produtos (soja, cacau, café e laranja), e redução na produção de alimentos para o mercado interno; e a territorialização da burguesia, através de grandes investimentos de grupos financeiros e industriais em terras, facilitados com os incentivos e isenções fiscais concedidos pelo Estado. Estas mudanças não se fizeram sem a alteração das relações de produção. Necessidades até então inexistentes se impuseram, desarticulando a lógica tradicional da produção camponesa.¹⁷⁰

Atualmente, portanto, o modo de produzir e suas relações continuam em alteração, quando se observa as mudanças descritas acima e as vivências no tempo presente. Ao mesmo tempo, quando se compara as situações vividas no passado, no tempo e espaço colonial da Gleba Silva Jardim, Santana, por exemplo, a partir do presente relembra e compara questões como a da saúde. Se atualmente há maiores possibilidades de acesso a tratamentos em hospitais, isso não havia em épocas anteriores.

¹⁶⁹ - Cf. SCHREINER, *Entre a exclusão social e a utopia*. Op. cit., p. 100.

¹⁷⁰ - Cf. LINHARES & SILVA, *Terra prometida*. Op. Cit., p. 184; 188.; Cf. LEITE, José Sérgio. *Padrões de desenvolvimento e agricultura do Brasil*. In: ABRA. *Reforma agrária*. Campinas, 1, v. 25, 1995, p. 137-152.

Tem uma história que pra mim é muito triste, lá no Pinheirinho [interior de Serranópolis] que teve aquela vez, que estavam dois pais cortando as árvores caídas, eles terminaram de serrar uma árvore caída e a raiz voltou, tinha dois nenês brincando em baixo, ninguém achou aonde que eles estavam. Para poder tirar aqueles tocos teve que vim um caminhão de São Miguel, então vocês vejam como foi triste, a falta de recursos. Quando chegaram já estavam mortos os dois priminhos.¹⁷¹

Com isso Santina expressa e exemplifica uma das dificuldades enfrentadas. A tristeza de não poder ajudar, de ver as crianças falecerem sem poder fazer nada, a distância e a dificuldade dos primeiros meios de comunicação e depois o acesso nas estradas atrasaram o socorro, que quando chegou só pode constatar o óbito.

O morador Luís Marsaro, conhecido como Maninho, natural de Augusto Pestana, Rio Grande do Sul, filho de Amadeus Marsaro e Jandira Rigo Marsaro, com cinco irmãos, Aléssio, João, Antônio, Terezinha e Maria. Atualmente com 64 anos, também narra os momentos passados comparando com os vividos no presente.

Nós viemos em 1958, o meu tio já estava aqui, viemos porque lá no Rio Grande era pouca terra e a gente era em 4 filhos homens e o meu pai quis tentar melhorar de vida, aqui a propaganda era grande de terra boa. Era tudo posse antigamente, de invasão, não tinha documento, o meu pai comprou o direito de outro. O trabalho era tudo manual, tudo no braço, era foice, machado, serrote, enxada, não tinha nada igual tem hoje, nem carroça de boi, muito menos máquina, hoje tá melhor. Viemos morar em Flor da Serra numa casa alugada e depois fomos morar perto do Rio Moreno, onde hoje é Cristo Rei. Nos primeiros tempos não sentimos ameaças, só depois, quando queriam que a gente pagasse novamente pela terra e aí os colonos se revoltaram. Tinha um povo acampado por aqui e que ameaçava. O pai só não foi embora de volta pro Rio Grande porque não tinha condições, mas sentimos muito medo, era aquela tensão. Então hoje é melhor né?¹⁷²

Edite e Nelson olham também as experiências do passado na comparação com o vivido na atualidade. Hoje moram onde naquela época era de posse, próximo ao cemitério de Jardinópolis. Que compraram depois que casaram e ainda não tinham escritura, foram morar e ainda era posse. Mas logo depois foi escriturada, Edite disse que vê que atualmente estão muito melhor do que naquele tempo.

¹⁷¹ - MARSARO, Santa. *Entrevista* Citada.

¹⁷² - MARSARO, Luís. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade. 21/12/2016.

Sáimos um tempo de Serranópolis, depois de casados já, moramos em Santa Teresinha, que pertence a Santa Helena, onde fomos assaltados bem feio, depois fomos morar no Paraguai, mas acabamos voltando para Serranópolis e hoje faz trinta e seis anos que moramos ali. Hoje também vivemos da roça, o nosso ganho é da roça, mas hoje estamos bem, em vista daquela época. Aonde nós viemos morar primeiro, nas terras do pai e da mãe, ficaram uma parte para um irmão e uma irmã e as chácaras foram vendidas, o pai e a mãe já tinham falecido, os dois. Foi repartido né? Nós éramos em onze irmãos: O Reinoldo Back, o mais velho, daí tinha o Davi Arno Back, o Zeno Back e o Francisco Back, que também já faleceu, há anos já, esses eram meus irmãos. As irmãs somos em cinco ainda, uma é falecida, A Lídia Back é a mais velha, não casou, só tem uma filha, ela mora ali ainda, no mesmo lugar em Flor da Serra, ela nunca saiu dali. Tem a Dolfina que mora aqui em Medianeira, a Lucia que mora em Toledo, uma mora em Mato Grosso e daí tem a Neuza, a mais nova, que já nasceu aqui, se aposentou pelo Banco do Brasil, mora aqui em Medianeira também.¹⁷³

Os costumes que não são mantidos intrigam Santina:

Eu acho um grande desrespeito com os mais velhos e muita falta de fé. As pessoas não tiram aquele momento de visitar um doente, levar alguma coisa. Nós aqui no interior a gente tenta levar adiante o respeito, aquela tradição de cuidar, quando vai visitar um doente, ver como ele tá, tem algum serviço de fazer, faz e se não pega a estrada e vai para casa, não fica atrapalhando. Nós temos isso e isso eu prego também na comunidade, mas tá caindo muito de lado. Eu digo que a gente precisa se reunir, mas a gente precisa se unir, falta isso. Mas os confortos são tudo bem melhor, mas naquela época sobrava um pouco mais, porque tinha menos gastos, menos esbanjamento. Você já pensou uma casa que nem essa nossa, tem um ar condicionado ali, tem outro lá, mas se tu não tens e chega alguém, começa a se abanar e não dorme. Não sei de quem é a culpa, mas hoje é assim. Uma andorinha só não faz verão. Não adianta só eu passar a noite me abanando com o chapéu, ninguém vai me apoiar, só vão me chamar de louca. O que deixou de se valorizar é o ser humano, isso que tá esquecido. Hoje as estradas são uma maravilha, tudo melhorou, mas a minha preocupação é se nós temos um julgamento, porque não é só aqui e agora, é a eternidade. Eu fui uma mulher que criou seis filhos em onze anos, não tive a possibilidade de me dedicar muito aos outros, mas agora o que eu posso eu faço.¹⁷⁴

¹⁷³ - LOCKS, Edite. *Entrevista* Citada.

¹⁷⁴ - MARSARO, Santa. *Entrevista* Citada.

A entrevistada faz um balanço dos pontos positivos e negativos da vida na roça naquela época. Ela não faz referência as disputas identitárias, mas se desloca para a afirmação da manutenção identitária, ao relatar o modo de vida. Percebe o que mudou, o que melhorou e o que recorda com saudosismo:

O que eu me lembro com muito orgulho e saudade é que aquilo que a gente plantava na horta era sem agrotóxico, em vinte e poucos dias você semeava uma verdura e você colhia. Isso eu lembro com muita saudade, aquelas verdurinha sadia. As frutas também nós sentimos falta, não conseguimos trazer muda, então, a gente trouxe a semente, tinha que plantar a semente, aí até produzir. Saímos de um lugar cheio de pomar e ficamos uns cinco anos na maior carência. Porque hoje você vai ao mercado e consegue trazer uma “toyotada” (Toyota cheia), mas naquele tempo nem que tivesse dinheiro, não tinha fruta, então era isso. O que eu não tenho saudade é dos mosquitos, tinha que fazer fogo para espantar. Para ir trabalhar tinha que por um pano por baixo do chapéu, para a gente se salvar dos mosquitos, mas isso não foi muitos anos. Os primeiros anos o que era coisa boa é que tinha as escolas mais perto, nós tínhamos uma escola aqui, depois tinha outra lá no fundo, tinha outra na linha Bonatto, então a cada três ou quatro quilometro tinha uma escolinha. Hoje as crianças tem transporte. Era uma professora só para quatro classes. Pode ser que faltou aprendizagem, mas educação não faltou. A nossa primeira professora foi a Lídia Locks, depois teve a Nilza, a Terezinha Marsaro, a Gema Benini, que hoje está em Campo Grande. Era só cinco ou seis crianças, eles aprenderam muito bem, boa caligrafia, boa educação e sabiam respeitar as pessoas e não reclamavam. Hoje é mais fácil porque tem transporte, mas a educação falta, aprendizagem não, mas educação falta. Naquele tempo tinha que valorizar o que tinha.¹⁷⁵

Quem se recorda com saudades daquele tempo também é a moradora de Jardinópolis, Terezinha de Jesus Cordeiro Bicudo, nascida em Canoinhas, Santa Catarina, filha de Luís Cordeiro e Vitalina do Carmo Cordeiro, hoje com 80 anos. Sua entrevista foi possível graças à indicação de Márcia Mallman, sua nora, que trabalha na biblioteca do Colégio Estadual do Campo Pedro Américo onde tive a oportunidade de lecionar. Terezinha veio ao Oeste do Paraná com seu esposo João Bicudo, hoje já falecido e aqui tiveram um filho, Jackson. Vieram assim como outros moradores, em busca de uma vida melhor.

¹⁷⁵ - MARSARO, Santa. *Entrevista Citada*.

A gente veio pra cá sabe pra melhorar as condições, mas bem no começo não foi assim, foi sofrido, a gente trabalhava de peão. Os primeiros anos aqui foi muito difícil. Mas ainda assim eu tenho saudade daquela época, era um tempo bom. A gente se agarrava na Igreja, com muita fé. Nós tinha feito Igreja, escola, tinha tudo.¹⁷⁶

Há outra questão importante que se evidencia na relação entre os outros agricultores posseiros que habitam o bairro Jardinópolis e agricultores que naquela época já possuíam escritura da terra do bairro de Flor da Serra. Como é o caso do relato de Dorvalino. A entrevista com Dorvalino Begnini foi possível devido a indicação de Santa Marsaro, durante a sua entrevista. Dorvalino é filho de agricultor e atualmente possui um estúdio fotográfico junto em sua residência, em Flor da Serra, onde mora com sua esposa. Nos relatou no dia 21 de Dezembro de 2016. Nascido em Guaporé (atualmente município de Serafina Corrêa) Rio Grande do Sul, veio ao Paraná com 15 meses, onde mora até hoje com 63 anos de idade.

Quando a sua família chegou ao Oeste do Paraná, ficaram um ano em Medianeira e apenas seu pai foi para a Gleba Iguaçu, onde hoje é o bairro Flor da Serra em Serranópolis do Iguaçu. Seu pai, Armino Begnini, organizou tudo, construiu um galpão e em 1955 levou a família, sua esposa, Graciosa Begnini e seus filhos, para morar na Gleba. Moraram no galpão enquanto construíam a casa.

Eu não me lembro nem do Rio Grande, nem de Medianeira, bem dizer nasci e me criei aqui. O meu falecido pai foi o primeiro morador de dentro de Flor da Serra, porque o Riboldi diz que é ele, mas ele nunca morou em Flor da Serra. Ele sempre morou lá em baixo e lá nunca pertenceu a Flor da Serra, lá já é Jardinópolis. Na verdade era pra nós ter ido morar onde hoje é Vista Alegre, mas como a gente veio pra medianeira e lá tinha os Felinni e eles são lá de baixo também, lá de Serafina(RS) e eles tinham essa área, foi por intermédio deles então que nos viemos pra cá, eles eram colonizadores, eram da Bento Gonçalves. Nós podia ter ido pra área das três fazendas, lá de Jardinópolis pra lá até na Represo, era tudo posse, mas já tinha umas conversas de que lá era tudo do Lupión e do Ney Braga, então o pai preferiu não arriscar. Hoje podia ter uns quantos hectares, mas fazer o que (perecebe-se um momento de tristeza). Na verdade morreu só um colono, mas já era a terceira revolta que ele enfrentava, porque aqui na região ocorreu muitas, não foi só essa. Me lembro que Cascavel foi feito também, naquele

¹⁷⁶ - BICUDO, Terezinha. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade. 20/12/2016.

tempo não tinha lei, imagina se hoje ela ainda é porca (indignação e revolta diante das recordações).¹⁷⁷

O entrevistado faz menção às outras revoltas que ocorreram na região Oeste do Paraná. O que nos permite dialogar com os conflitos da região Oeste e Sudoeste, pois todos causaram impacto político, econômico e social, com participação fundamental no cenário brasileiro. Dentre eles podemos destacar a revolta ocorrida em Francisco Beltrão que ficou conhecida como a Revolta dos colonos de 1957 e o Levante de Posseiros de Três Barras em 1964. A semelhança desses conflitos com o ocorrido na Gleba Silva Jardim é que todos tiveram a intervenção militar, que travou batalha com os colonos a mando do governo do Estado.

Os relatos de Dorvalino trazem também importantes contribuições para a compreensão desse período estudado, pois apontam outra visão ou perspectiva. Seu pai teve oportunidade de comprar ou até de ocupar uma terra de posse, mas segundo ele, não quis e acabou comprando onde já era legalizado, utilizando as reservas que tinha. Quando entramos na questão da área de posse ele narrou os fatos da revolta, disse que escutavam os tiros da casa deles e que achou muito estranho a diferença dos armamentos entre os colonos e os policiais, visto que os colonos só tinham espingardas e os policiais tinham metralhadoras e só conseguiram matar um colono. Outra questão que destacamos da fala de Dorvalino é a disputa entre quem foi o primeiro morador da área legalizada, ou seja, Flor da Serra, não aceitando que outro morador pudesse afirmar tal fato.

Trata-se da elaboração de representações identitárias em relação ao outro e de si próprio. Ou seja, dos moradores dos dois bairros em relação de um ao outro e de sua própria identidade.

Flor da Serra e Jardinópolis sempre foi diferente. Eu hoje o que eu vejo, é que falta a união, o respeito, valorizar a pessoa, aquilo que ela é, não aquilo que ela possui, se ela sabe falar bem ou mal, eu para mim isso é tudo, valorizar. Nós carneávamos uma galinha e dava para cinco ou seis, agora se podem eles vem te roubar a galinha né. Então, essas coisas para mim é muito difícil. Eu gosto de sair com uma calça arremangada, chinelo de dedo, cumprimentar

¹⁷⁷ - BEGNINI, Dorvalino. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade. 21/12/2016.

todo mundo e se eu tenho roupa nova eu tenho e se eu não tenho não importa. Mas, tem gente que se acha mais que os outros.¹⁷⁸

Como observamos na fala acima, de Santina, trata-se de relações tencionadas permeadas por múltiplas representações acerca do “Outro”, a representação de identidades, diferenças sociais e culturais, com costumes e modos de vida específicos de cada localidade. Destaca a falta de união e cooperação como principal causador dessa discórdia entre os dois bairros, a violência e as pressões que foram sentidas somente pelos moradores da Gleba Silva Jardim, pois como aponta eram os que não possuíam escritura da terra e sentiam medo de perdê-la.

Santina também relatou acerca das ameaças que recebiam:

Chegavam nas casas e humilhavam sabe? E isso ainda depois da revolta, vinha alguém. Isso era ali, você conhece a linha que pega desde a prefeitura velha, até a linha São Carlos e até no rio, da linha Dourado pra lá, pra cá não. Aqui sempre foi boa segurança, tranquilo assim. Nós sempre acolhemos e apoiamos os que vinham pedir socorro. Aqui já tinha escritura, naquela época nós já tinha a casa pra morar. Flor da Serra assim demorou, mas não como Jardinópolis pra começar a sair.¹⁷⁹

Percebemos que mesmo após a revolta o ambiente de tensão e medo continuou, segundo o relato de Santina, ocorriam humilhações, mas somente com os moradores da região que abrangia a Gleba Silva Jardim. A entrevistada acima, como já foi dito anteriormente, não morava na Gleba, mas relata o que presenciou em visitas aos amigos daquela localidade e por ser próximo a sua casa. Aponta que sempre acolheu quem precisou, retomando os princípios de cooperação e ajuda mútua. Podemos perceber também a importância dada na fala com relação a segurança do local onde mora, apontando os perigos vividos pelos outros moradores, mas não por eles, visto que possuíam escritura e podiam viver tranquilos, se comparado a insegurança sentida por quem tinha que conviver com o medo de perder suas terras.

¹⁷⁸ - MARSARO, Santa. *Entrevista* Citada.

¹⁷⁹ - MARSARO, Santa. *Entrevista* Citada.

CONCLUSÃO

A ênfase dos entrevistados no que se refere a conquistar a terra se tornou tão forte que, mesmo com medo e insegurança enfrentaram os que queriam lhes a queriam tomar. No entanto, ora reforçam o medo, o sofrimento, a insegurança, as dificuldades e outras vezes como superaram as dificuldades, fizeram o enfrentamento, contando com certo heroísmo e romantismo acerca daquele tempo. Nesta direção, apontam para um certo saudosismo daquele tempo, ao afirmarem que “era um tempo bom”. Também aponta uma conjuntura de mudanças rápidas, destacando que parte deles enriqueceram em pouco tempo.

A terra se tonou objeto de apropriação privada no processo de ocupação e colonização, mas não só. Qualquer produto, objeto de uso e, ou, desejo passou a ter valor de mercado. Trata de um processo de expansão do capital sobre a terra, sobre os meios e instrumentos de produção. No entanto, devemos observar, como salienta Ariovaldo Umbelino de Oliveira, “o capital, para se reproduzir precisa do trabalho do camponês.”¹⁸⁰ Ou seja, “O desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital.”¹⁸¹

O que o autor aponta como reflexão é que o capitalismo está tão enraizado, pois sua origem é antiga e para compreender esse processo de construção da propriedade privada da terra é preciso conhecer as realidades históricas do capital. O capitalismo não envolve apenas a produção de mercadorias ou produtos, mas as trocas comerciais que ocorrem tanto de um produto por outro, quanto de dinheiro por produto e vice versa. Essa produção ocorre através da exploração da mão de obra, mas o resultado final é a mercadoria. De certa forma o trabalhador depende dessas relações de mercado para ter o emprego e por isso esse sistema está muito bem “amarrado” aliando empresários, bancários e latifundiários, com objetivos em comum, obter lucros cada vez maiores¹⁸².

¹⁸⁰ - OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007. p.184.

¹⁸¹ - Cf. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. Op. Cit., p. 18.

¹⁸² - Idem.

Inicialmente na Gleba Silva Jardim, segundo relatos, não existia essa exploração do trabalho, talvez isso tenha ocorrido, pois todos possuíam um pedaço de terra para plantar. A organização para o trabalho era através da cooperação e trocas de serviço, ou seja, os vizinhos se ajudavam e formavam mutirões e trabalhavam na terra de um, já no outro dia ou na outra semana trabalhavam em outra propriedade, assim sucessivamente até que todos tivessem os seus serviços concluídos.

Atualmente, percebemos que essa realidade mudou, com a modernização do campo muitos agricultores tiveram que vender a sua propriedade para algum vizinho que já tinha terra e aumentou a extensão ou para alguém que já tivesse máquinas para trabalhar na lavoura. Com isso, muitos que antigamente eram proprietários, atualmente, são empregados rurais, cuidando de fazendas ou trabalhando por dia ou ainda por safra. Alguns tiveram que sair do campo e ir morar e trabalhar na cidade. Ao relatarem suas memórias essa questão evidencia-se reiteradamente.

As “Memórias de colonos: da posse de terra à resistência agrária”, abordadas no primeiro capítulo, evidenciam a importância da memória na construção do saber histórico. Nas narrativas observamos a importância dada por cada pessoa entrevistada a cada tema proposto ou que muitas vezes era enaltecido por eles, como é o caso das relações sociais e das relações de trabalho, que com o passar do tempo foram se alterando, o que é lembrado por muitos como algo negativo advindo com a “modernidade”, a mecanização do campo, a produção tecnificada e com insumos danosos como os herbicidas, a concentração da terra e a migração para a cidade. Porém, sobre tais questões não há uma única interpretação. Há os que defendem o uso, por exemplo, de agrotóxicos e a mecanização. Têm uma visão positiva, pois tais recursos ampliariam a produção com menos dispêndio de força de trabalho.

Através da história oral podemos conhecer as experiências a partir de outro olhar, pois há uma diferença em ouvir alguém contando o que viveu com emoções, silêncios, mudanças no tom de voz e todos os detalhes que uma conversa produtiva pode trazer ou ler algo em um livro sobre o ocorrido. A maior dificuldade que encontramos foi com relação ao distanciamento, onde nós enquanto historiadores

não podemos simplesmente reproduzir o que nos foi contado, é preciso analisar os fatos de forma minuciosa e contrapor com as outras fontes.

O primeiro tema explorado nesse capítulo foi “Do domínio e da posse” onde definimos conceitos, um breve histórico com os diferentes donos que possuíam o domínio por lei, com mapas para auxiliar na visualização da área e no seu tamanho real e os motivos da vinda desses posseiros para o Paraná, especificamente para essa região estudada.

A possibilidade de ocupar e permanecer na terra, ou seja, do domínio sobre a terra de posse, fez com que esses colonos deixassem seus estados de origem, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul para vir colonizar uma região com proposta de terra fértil e barata ou muitas vezes que permitia a possibilidade de ser ocupada sem necessidade de pagamento. Esses comentários em regiões que já estavam colonizadas e com pessoas que ainda não tinham conseguido comprar sua própria terra foi um “prato cheio” para que optassem pela vinda. Quando aqui chegaram se depararam com um ambiente diferente do que foi feito por meio da propaganda. Havia pressões, ameaças de despejo, cobrança ou várias tentativas de cobrança pelas terras que ocupavam. A insegurança de perder as terras levou ao movimento coletivo que culminou na revolta.

As “Trajetórias e vivências de migrantes” foi o espaço destinado no trabalho para relatar e analisar o que os colonos contaram e o que vivenciaram no local de origem, na vinda para a região Oeste do Paraná e os primeiros tempos aqui. Tivemos acesso a diferentes relatos, mas algo é comum em quase todos: as dificuldades enfrentadas, o medo e a insegurança na estrada e na chegada a região, diferente da tranquilidade que possuíam onde moravam anteriormente. O processo de ocupação e os conflitos não ocorreram de forma ordenada, eles foram ocorrendo enquanto a área estava sendo ocupada por uns e deixada por outros que desistiram de enfrentar e lutar, por diferentes motivos.

Para os colonos que decidiram ficar destacamos a “Terra, trabalho e sociabilidades”, visto que foram através desses mecanismos que esses colonos da Gleba Silva Jardim conseguiram sobreviver e conseguiram sustento para as suas famílias. Segundo relatos a terra precisou ser preparada, logo depois de desmatar e queimar o que atrapalhava os ideais de cultivo da terra. Quando a terra estava

pronta iniciaram os trabalhos e a construção dos ambientes sociais, como: a Igreja, o clube, a venda, a escola, o hotel, não necessariamente nessa ordem. Esses lugares serviam para reunir os moradores, conversar, trocar ideias, combinar serviços de mutirão, organização para a luta e ter relações comerciais.

Os posseiros sentiram “Pressões e insegurança social” por parte do Estado com o aparato policial e dos supostos donos das terras que faziam parte da Gleba Silva Jardim. A insegurança ocorria pelas pressões que vinham sentindo para que se retirassem do local, pois não possuíam documentação que comprovasse a compra da propriedade.

A falta de comunicação e acesso, por falta de estradas e assistência a serviços fez com que esses moradores se sentissem desamparados pelo Estado que não deu suporte e nem estrutura para que tivessem condições dignas de moradia.

No segundo capítulo abordamos o tema “Na encruzilhada”: pequenos posseiros na luta pela terra”, onde tratamos sobre a localidade que ocorreu o confronto armado, que é em uma encruzilhada, das estradas de acesso de um lado a Linha Pinheirinho, do outro lado as Linhas Palmital e Boa Vista. Indo no sentido Flor da Serra a Jardinópolis o primeiro acesso fica do lado esquerdo e o segundo fica do lado direito. Essa encruzilhada fica próximo a antiga prefeitura, foi nessa estrada que os colonos que estavam mobilizados para a luta derrubaram uma peroba e deixaram a tora da árvore atravessada em cima da pista impossibilitando o acesso, visto que essa era a única estrada na época que dava acesso a Gleba e os supostos policiais foram impedidos de passar. O confronto armado iniciou no dia 02 de Julho de 1961 motivado pela tensão e pressões que estavam ocorrendo anterior a essa data.

A análise acerca da disputa pela posse na justiça, com a Ação Ordinária de Manutenção de Posse, sob numeração 18/1957 e a Ação de Contestação sob o número 510 de 1993, evidenciou, a exemplo das narrativas orais, que a Gleba Silva Jardim tinha várias pessoas que se diziam donos, inclusive alguns entraram com pedido na justiça, alegando a invasão da terra por parte de posseiros, considerados intrusos. Contudo, como ficou provado, os documentos eram falsos, sendo o processo encerrado.

A repercussão do conflito foi noticiado pela imprensa. Alguns jornais fizeram divulgação diária, atualizando sobre as movimentações tanto do governo, da suposta polícia, do exército, quanto dos colonos posseiros. Pela grandiosidade do conflito ocorrido teve momentos em que recebeu destaque estampando a página principal dos jornais Gazeta do Povo e Diário do Paraná.

“Tempos e temporalidades sociais diversas” compõem o desfecho do segundo capítulo, evidenciando as memórias e a interpretação dos que viveram naquele tempo da chegada e instalação no Oeste do Paraná e que fazem uma comparação ao que vivem hoje nessa mesma região. Muitos destacam com saudosismo a cooperação e a ajuda mútua, que hoje em dia não é mais tão comum, por outro lado abordam as dificuldades enfrentadas e como atualmente as coisas são mais fáceis, apontando a facilidade de acesso que veio junto com a modernidade.

A presente dissertação possibilitou, a partir da análise das narrativas orais e fontes escritas, evidenciar como os pequenos posseiros vivenciaram as disputas pela terra e elaboram interpretações acerca de tais conflitos fundiários, ao sofrerem ameaças de despejo, serem cobrados pela terra mais de uma vez, sentirem a insegurança e se mobilizarem, culminando num confronto coletivo. Trata-se de experiências (de ocupação da terra para nela cultivar, de solidariedade, de ajuda mútua e de confrontos) ocorridos no processo de ocupação/colonização e expansão da propriedade privada da terra, constituindo uma identidade social.

Ao analisarmos as falas dos moradores das duas glebas (Silva Jardim e Iguaçu), percebemos que a identidade social ficou evidenciada ao relatarem sua forma de preservar e re(criar) sua cultura, os seus costumes, organização social e do trabalho – no dizer de Raymond Williams¹⁸³ⁱ, seus modos de vida. Percebemos essa construção/elaboração de uma identidade social através das representações sociais, ou seja, ela é elaborada a partir do momento e da maneira como as pessoas de um determinado grupo social apresentam as suas características próprias e fazem uma comparação com as práticas ou princípios das pessoas pertencentes a outro grupo, criando uma identidade para si e para os integrantes do mesmo grupo, em contraposição aos do outro meio social. Esse processo constitui-se porque os

¹⁸³ - WILLIAMS, Raymond. *Base e superestrutura na teoria cultural marxista*. Cultura e materialismo. São Paulo: UNESP, 2011.

sujeitos são motivados por interesses diversos, interpretam e vivenciam as relações sociais a partir de suas referências e são constituídos nas relações sociais.

BIBLIOGRAFIA

- AMANCIO, Silvia M. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a Revolta dos Posseiros em suas variadas versões*. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes- Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História. Maringá, 2008. Dissertação.
- ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS DE MEDIANEIRA. *Resgate da Memória de Medianeira*. Curitiba: CEFET, 1996.
- BERTOLDI, Osmilda. *As disputas de memórias da luta dos posseiros da Gleba Silva Jardim - Medianeira/Serranópolis do Iguaçu (1961)*. Programa de Desenvolvimento Educacional. Unioeste, SEED-PR, 2010.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BLOEMER, Neusa Maria S. *Brava gente brasileira: Migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CIRIO, Dom Armando. *Anotações da vida e da atuação da Diocese de Toledo 1960-1978*. Cascavel, 2013
- COLOMBO, Leonir O. *No rastro do burro: memórias e discursos do “colono posseiro”*. Foz do Iguaçu: Editora Canal6, 2015.
- DEITOS, Nilceu Jacob. *Presença da Igreja no Oeste do Paraná: A construção do imaginário católico (1930-1990)*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2004.
- GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Trad. de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.
- GRAPIGLIA, Nivia M. B. *Participação das mulheres no movimento pela reabertura do caminho do colono (1986-2013)*. Marechal Cândido Rodon: Unioeste, 2013. Dissertação.
- KHOURY, Yara Aun. *Historiador, as fontes orais e a escrita da história*. In: ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d' Água, 2006.
- LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo oeste do Paraná*. Curitiba: Tetravento, 2005.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias B. *O Paraná reinventado: política e governo*. Série Pesquisa IPARDES- Fundação Edison Vieira. Curitiba, 1989.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOTTA, Márcia Maria Menéndez. *História e memória*. Cadernos do CEOM. Ano 16- n.17. Memória social, 1998.
- MYSKIV, Antonio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflito de terra no oeste paranaense (1961/66)*. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2002.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007. p.184.
- PAZ, Francisco M. *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991.
- PINTO, Samantha Isabela; SILVA, Fernando Moreno. In: Anais do X Seminário de Iniciação Científica. *O ethos presente nos jornais Gazeta do Povo e Folha de Londrina*. Só Letras – CLCA – UENP/CJ - ISSN 18089216.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Paris: Estudos Históricos 3, 1987.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História. São Paulo: PUC, v. 14, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos*. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo. Rio de Janeiro, Vol. 1- n. 2, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. *As fronteiras da memória*. Revista História e Perspectivas. Uberlândia, 2001.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão social e a utopia: um estudo sobre os assentados rurais*. Curitiba: CRV, 2016.
- SCHREINER, Davi F. *Terra, territorialidades e conflitos*. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 17, núm.1, enero-abril, 2013, pp. 69-103. Universidade Estadual de Maringá.
- SCHREINER, Davi F. PEREIRA, Ivonete. *Experiências que se entrecruzam...Vidas que se constroem: Narrativas de um Imigrante*. Anuac, Volume II, Número 2, 2013.
- SILVA, Tatiane Karine M. *Trabalhadores e proprietários na "Terra das Águas": conflitos, desapropriações e expectativas sobre os modos de viver em Santa Helena- PR (1960-2013)*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Ciências Humanas, Educação e letras- CCHEL Colegiado de História. Marechal Cândido Rondon, 2013.
- SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, n. 52. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1985.
- SEYFERTH, Giralda. A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, n.37. Rio de Janeiro, 1982.
- SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência*. Discursos ocultos. Trad.: Pedro Serras Pereira. 3. ed. Mato Grosso do Sul: Letra Livre, 2013.
- STEIN, Marcos N. *O oitavo dia*. Produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR. Guarapuava: Unicentro, 2011. p. 35.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1981.

WILLIAMS, Raymond. *Base e superestrutura na teoria cultural marxista*. Cultura e materialismo. São Paulo: UNESP, 2011.

ZARTH, Paulo Afonso. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

FONTES:

CADASTRO GRÁFICO TERRITORIAL RURAL DO ESTADO DO PARANÁ-INCRA/SEMA. *Histórico do imóvel Silva Jardim*. Curitiba: SEMA, 1978.

COLOMBO, Leonir O. *Memória: documentos sobre a revolta de 61*. Capanema: Editora IGAL, 2001.

JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 1961.

JORNAL FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 07 de agosto 1988.

JORNAL GAZETA DO POVO. Curitiba, 1961.

PRIMEIRA VARA CÍVEL, Comarca de Foz do Iguaçu. *Autos de emissão de posse*. N. 18, 1957.

REVISTA OESTE. Cascavel, agosto 1991.

ENTREVISTAS:

BASSO, Euclides. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 20/05/2016.

BEGNINI, Dorvalino. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 21/12/2016.

BENINI, Sérgio. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 21/12/2016.

BICUDO, Terezinha. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 20/12/2016.

HIPLER, Beno. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 20/12/2016.

LOCKS, Edite. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 16/10/2016.

LOCKS, Nelson. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 16/10/2016.

MARSARO, Santa. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 20/10/2016.

MARSARO, Luís. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 21/12/2016.

PREIS, Ema. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 10/06/2016.

RIBOLDI, Osvaldina. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 09/12/2016.

ROCKENBACH, Valério. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 10/06/2016.

WESSELING, Olímpia Rockenbach. Entrevista concedida a Franciele M. Bard Andrade em 10/10/2015.
